

2021 RELATÓRIO DE GESTÃO

INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

WWW.MPMT.MP.BR

 @MPMT  @MPMT  @MPDEMT



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL 2021



Março • 2022



Procurador-Geral de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Secretário-Geral do Ministério Público

Promotora de Justiça Auxiliar do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Promotora de Justiça Auxiliar do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Diretor-Geral

José Antônio Borges Pereira

Esther Louise Asvolinsque Peixoto

Deosdete Cruz Júnior

Hélio Fredolino Faust

Milton Mattos da Silveira Neto

Claire Vogel Dutra

Hellen Uliam Kuriki

Ricardo Dias Ferreira

Elaboração de Conteúdo

DEPLAN – Departamento de Planejamento e Gestão

Annelyse Cristine Cândido Santos

Diego Dias de Lima

Luiz Mário Magalhães de Souza

Projeto Gráfico e Diagramação

DICS – Departamento de Imprensa e Comunicação

Emanuel Evandir da Silva Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

M425r Mato Grosso. Ministério Público.

Relatório de gestão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
2021/ Procuradoria-Geral de Justiça. - Cuiabá, 2022.
207p. il.

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública.
3. Gestão. 4. Ministério Público. 5. Procuradoria de Justiça. 6. Mato
Grosso. I. Título.

CDU 35

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Diego Dias de Lima. CRB1-2566

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ORGANOGRAMA	21
3	MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2020/2023	22
4	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	23
4.1	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	24
4.1.1	Composição	24
4.1.2	Atividades Desenvolvidas pela Unidade	25
4.1.3	Iniciativas de Destaque Realizadas no ano de 2021	26
4.2	PROMOTORIAS AUXILIARES	31
4.2.1	Composição	31
4.2.2	Atividades Desenvolvidas pela Unidade	32
4.2.2.1	Gestão por Competências	32
4.2.2.2	Vida Plena	47
4.2.3	Planejamento Estratégico 2021	51
4.2.3.1	Macroação: Implementar a Gestão Por Competência	51
4.2.3.2	Macroação: Promover a Qualidade de Vida no Trabalho	52
4.2.4	Iniciativas de Destaque no ano de 2021	53
4.3	SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	55
4.3.1	Composição	55
4.3.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade no ano de 2021	56
4.4	SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	57
4.4.1	Composição	57
4.4.2	Colégio de Procuradores de Justiça	58
4.4.2.1	Composição	58
4.4.3	Conselho Superior do Ministério Público	59
4.4.3.1	Composição	60
4.4.4	Iniciativas de Destaque no ano de 2021	60

4.5	CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	61
4.5.1	Composição	61
4.5.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade	61
5	ÁREA FINALÍSTICA	64
5.1	PROCURADORIA ESPECIALIZADA CRIMINAL	65
5.1.1	Composição	65
5.1.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade	65
5.1.3	Iniciativas de Destaque Realizadas no Ano de 2021	66
5.1.4	Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	66
5.1.5	Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	67
4.1.6	Dados da Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada	68
4.1.7	Dados da Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada	69
5.2	PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA PROIBIDADE E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	70
5.2.1	Composição	70
5.2.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade	71
5.2.3	Iniciativas de Destaque Realizadas no Ano de 2021	72
5.2.4	Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	72
5.2.5	Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	73
5.2.6	Dados da Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada	73
5.3	PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	74
5.3.1	Composição	74
5.3.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade	75
5.3.3	Iniciativas de Destaque Realizadas no Ano de 2021	75
5.3.4	Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	77
5.3.5	Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	77
5.3.6	Dados de Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada	78
5.4	PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA AMBIENTAL E DA ORDEM URBANÍSTICA	79
5.4.1	Composição	80

5.4.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade	80
5.4.3	Iniciativas de Destaque no Ano de 2021	83
5.4.4	Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	84
5.4.5	Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área	85
5.4.6	Dados de Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada	86
5.4.7	Dados de Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada	87
5.5	PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA CIDADANIA E CONSUMIDOR	89
5.5.1	Composição	89
5.5.2	Atividades Desenvolvidas Pela Unidade	89
5.5.3	Iniciativas de Destaque do Ano de 2021	90
5.5.4	Dados de produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área	90
5.5.5	Dados de produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área	91
5.5.6	Dados de Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada	91
5.5.7	Dados de Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada	92
6	ATUAÇÃO DO MPMT NO ENFRENTAMENTO À COVID NO ANO DE 2021	94
6.1	ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 EM NÚMEROS	95
7	ÓRGÃOS AUXILIARES	98
7.1	CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAO’S	98
7.1.1	Composição	98
7.1.2	Descrição das Principais Atribuições da Unidade	99
7.1.3	Planejamento Estratégico 2021	102
7.1.4	Iniciativas de Destaque do Ano de 2021	104
7.1.5	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	110
7.2	CENTRO DO CONHECIMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – CAOP/CSI	112
7.2.1	Composição	112
7.2.2	Descrição das Principais Atribuições da Unidade	113
7.2.3	Planejamento Estratégico 2021	113
7.2.4	Iniciativas de Destaque no Ano de 2021	114
7.2.5	Atuação do CAOP/CSI em 2021	115

7.2.5.1	Atividades Administrativas	115
7.2.5.2	Capacitações	116
7.2.5.3	Termos de Cooperação Técnica	117
7.2.5.4	RIF – Relatório de Informação Financeira	117
7.2.5.5	LAB-LD: SIMBA	118
7.2.5.6	Produtos Relacionados ao PAI – Portal de Apoio à Investigação	119
7.2.5.7	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD	120
7.2.5.8	Demandas CETI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação	120
7.2.6	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	121
7.3	CENTRO DE ESTUDOS DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAF	122
7.3.1	Composição	122
7.3.2	Principais Atribuições da Unidade	122
7.3.3	Iniciativas de Destaque no Ano de 2021	123
7.3.4	Atuação do CEAF em 2021	124
7.3.5	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	125
7.4	DIRETORIA-GERAL	126
7.4.1	Composição	126
7.4.2	Principais Atribuições da Unidade	126
7.4.3	Iniciativas de destaque no Ano 2021	127
7.4.4	Atuação da Diretoria-Geral em 2021	128
7.4.5	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	128
7.5	GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL CONTRA O CRIME ORGANIZADO – GAECO	129
7.5.1	Composição	129
7.5.2	Principais Atribuições da Unidade	129
7.5.3	Planejamento Estratégico no ano de 2021	130
7.5.4	Iniciativas de Destaque no Ano de 2021	131
7.5.5	Atuação do GAECO no ano de 2021	131
7.5.6	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	132
7.6	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI	133
7.6.1	Composição	133

7.6.2	Principais Atribuições da Unidade	133
7.6.3	Iniciativas de destaque no Ano 2021	134
7.6.4	Atuação do GSI no Ano de 2021	134
7.6.5	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	135
7.7	NÚCLEO DE AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA – NACO	136
7.7.1	Composição	136
7.7.2	Principais Atribuições da Unidade	136
7.7.3	Planejamento Estratégico 2021	137
7.7.4	Iniciativas de destaque no Ano 2021	137
7.7.5	Atuação Ministerial do NACO no Ano de 2021	138
7.7.6	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	139
7.8	NÚCLEO DE APOIO À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES – NARE	140
7.8.1	Composição	140
7.8.2	Principais Atribuições da Unidade	140
7.8.3	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	141
7.9	OUVIDORIA	142
7.9.1	Composição	142
7.9.2	Principais Atribuições da Unidade	142
7.9.3	Planejamento Estratégico 2021	143
7.9.4	Iniciativas de destaque do ano 2021	144
7.9.5	Atuação Ministerial da Ouvidoria no Ano de 2021	146
7.9.6	Produtividade das principais atividades da Unidade	147
8	ÁREA MEIO	148
8.1	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – DEPLAN	148
8.1.1	Composição	148
8.1.2	Principais Atribuições da Unidade	148
8.1.3	Iniciativas de destaque no Ano 2021	150
8.1.4	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	152
8.2	CONTROLE INTERNO	160

8.1	Composição	160
8.2	Principais Atribuições da Unidade	160
8.3	Iniciativas de destaque no Ano 2021	161
8.4	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	162
8.3	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAA	163
8.3.1	Composição	163
8.3.2	Principais Atribuições da Unidade	164
8.3.3	Iniciativas de Destaque no Ano de 2021	165
8.3.4	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	167
8.4	DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE – DAEXP	172
8.4.1	Composição	172
8.4.2	Principais atribuições da Unidade	172
8.4.3	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	173
8.5	DEPARTAMENTO FINANCEIRO – DEFIN	174
8.5.1	Composição	174
8.5.2	Principais Atribuições da Unidade	174
8.5.3	Iniciativas de destaque no Ano 2021	175
8.6	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA – DENG	176
8.6.1	Composição	176
8.6.2	Principais Atribuições da Unidade	176
8.6.3	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	177
8.6.4	Destaque em fotos DENG	191
8.7	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP	193
8.7.1	Composição	193
8.7.2	Principais Atribuições da Unidade	193
8.7.3	Iniciativas de destaque do ano 2021	194
8.7.4	Produtividade das Principais Atividade da Unidade	195
8.8	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – DICS	197
8.8.1	Composição	197

8.8.2	Principais atribuições da Unidade	197
8.8.3	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	198
8.9	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI	199
8.9.1	Composição	199
8.9.2	Principais Atribuições da Unidade	199
8.9.3	Iniciativas de Destaque no Ano de 2021	200
8.9.4	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	202
8.10	DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES – DAQ	204
8.10.1	Composição	204
8.10.2	Principais Atribuições da Unidade	204
8.10.3	Iniciativas de destaque no ano 2021	205
8.10.4	Produtividade das Principais Atividades da Unidade	205
8.11	CONCLUSÃO	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Administração MPE - MT	23
Figura 2 - Recursos Destinados Pelo MP para o enfrentamento à COVID - 19	96
Figura 3 - Recursos de TAC's Destinados ao Fundo Penitenciário do Estado de Mato Grosso - FUNPEN-MT	97
Figura 4 - Valores Destinados/Requeridos Pelo MPMT para o enfrentamento à COVID - 19	97
Figura 5 - Valores Destinados/Requeridos Por Comarca	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produtividade Judicial Procuradoria Especializada Criminal 2021	69
Gráfico 2 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público	72
Gráfico 3 - Produtividade Judicial das Promotorias da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público	73
Gráfico 4 - Produtividade Judicial da Procuradoria Especializada da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público	73
Gráfico 5 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias da Defesa da Criança e Adolescente	77
Gráfico 6 - Produtividade Judicial das Promotorias da Defesa da Criança e Adolescente	77
Gráfico 7 - Produtividade Judicial da Procuradoria Especializada da Defesa da Criança e Adolescente	78
Gráfico 8 - Produtividade Judicial das Procuradorias da Defesa da Cidadania e Consumidor - Atividades Processuais	92
Gráfico 9 - Produtividade Judicial das Procuradorias da Defesa da Cidadania e Consumidor - Pareceres em Recursos e Ações	92
Gráfico 10 - Produtividade Judicial das Procuradorias da Defesa da Cidadania e Consumidor - Rec. Interposto - Ações Incidentes e Autônomas	93
Gráfico 11 - Produtividade Judicial das Procuradorias da Defesa da Cidadania e Consumidor - Resultados 2º Grau	93
Gráfico 12 - Atividades do Portal de Apoio à Investigação - PAI	121
Gráfico 13 - Resumo Atividades GSI	135
Gráfico 14 - Resumo Atividades Ouvidoria	147
Gráfico 15 - Resumo Atividades Controle Interno	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição Gabinete Procuradoria-Geral de Justiça	24
Tabela 2 - Atividades Gabinete Procuradoria-Geral de Justiça	25
Tabela 3 - Composição Promotorias Auxiliares	31
Tabela 4 - Atividades Promotorias Auxiliares - Gestão Por Competência	32
Tabela 5 - Atividades Promotorias Auxiliares - Qualidade de Vida - Vida Plena	47
Tabela 6 - Atividades Assessoria Jurídica - Promotorias Auxiliares	51
Tabela 7: Composição SubProcuradoria-Geral de Justiça Administrativa	55
Tabela 8: Produtividade Subprocuradoria-Geral Administrativa	56
Tabela 9 - Composição Órgãos Colegiados	57
Tabela 10 - Membros do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso	58
Tabela 11 - Membros do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso – Biênio 2021-2023	60
Tabela 12: Composição Corregedoria Geral do Ministério Público	61
Tabela 13: Atividade Desenvolvidas Pela COGER	63
Tabela 14 - Procuradores de Justiça das Procuradorias Especializadas	64
Tabela 15 - Composição Procuradoria de Justiça Especializada Criminal	65
Tabela 16 - Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça Criminais	67
Tabela 17 - Composição Procuradoria Especializada da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público	70
Tabela 18 - Composição Procuradoria Especializada da Criança e Adolescente	74
Tabela 19 - Composição Procuradoria Especializada da Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística	80
Tabela 20 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias na área “meio ambiente natural”.....	84
Tabela 21 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias na área “meio ambiente urbanístico”.....	85
Tabela 22 - Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça na Área do Meio Ambiente	85
Tabela 23 - Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente	86
Tabela 24 - Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio	

Ambiente	87
Tabela 25 - Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente - Taxonomicamente	87
Tabela 26 - Composição Procuradoria Especializada da Defesa da Cidadania e Consumidor	89
Tabela 27 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça na Área da Defesa da Cidadania e Consumidor	90
Tabela 28 - Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça na Área da Defesa da Cidadania e Consumidor	91
Tabela 29 - Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada da Cidadania e Consumidor	91
Tabela 30 - Composição CAO Geral	98
Tabela 31 - Servidores CAO Geral	99
Tabela 32 - Dados Planejamento Estratégico CAO Geral	103
Tabela 33 - Dados Atividades Desenvolvidas Pelos CAO's	110
Tabela 34 - Composição GSI	112
Tabela 35 - Composição CEAF	122
Tabela 36 - Atividades CEAF	125
Tabela 37 - Composição Diretoria-Geral	126
Tabela 38 - Composição GAECO	129
Tabela 39 - Atividades GAECO	132
Tabela 40 - Composição GSI	133
Tabela 41 - Composição NACO	136
Tabela 42 - Atividades NACO	139
Tabela 43 - Composição NARE	140
Tabela 44 - Atividades NARE	141
Tabela 45 - Composição Ouvidoria	142
Tabela 46 - Composição DEPLAN	148
Tabela 47 - Atividades Execução Orçamentária - DEPLAN	152
Tabela 48 - Composição Controle Interno	160
Tabela 49 - Composição DAA	163

Tabela 50 - Atividades DAA - Gerência de Documentação e Arquivo	167
Tabela 51 - Atividades DAA - Gerência de Materiais e Almoxarifado Central	168
Tabela 52 - Atividades DAA - Gerência de Manutenção e Transporte	169
Tabela 53 - Atividades DAA - Gerência de Patrimônio	169
Tabela 54 - Atividades DAA - Gerência de Serviços Gerais	170
Tabela 55 - Composição DAEXP	172
Tabela 56 - Atividades DAEXP	173
Tabela 57 - Composição DEFIN	174
Tabela 58 - Composição DENG	176
Tabela 59 - Composição DGP	193
Tabela 60 - Atividades DGP	195
Tabela 61 - Composição DICS	197
Tabela 62 - Composição DTI	199
Tabela 63 - Composição DAQ	204
Tabela 64 - Atividades DAQ - 2019 a 2021	206

1 • INTRODUÇÃO

O ano de 2021 iniciou com a chegada da vacina da Covid-19 ao Brasil. Em Mato Grosso trouxe grandes desafios depois de muitas perdas. As pessoas, as empresas, as instituições precisaram se reinventar para seguir adiante e encontrar novas alternativas para dar continuidade as atividades.

Em 2021, sobre a imprevisibilidade da pandemia, o Ministério Público agiu como um suporte de defesa a vida, promovendo diversas ações, através da Procuradoria Especializada da Cidadania e Consumidor, dando sustentação e promovendo algumas ADI's, em relação a algumas leis e decretos municipais que resistiam as medidas de segurança pautadas pelas entidades fitossanitárias.

No que tange a atuação finalística, foram empreendidas diversas medidas inovadoras na instituição.

Criação do GAECO Ambiental, a fim de combater o crime organizado, vez que em decorrência do processo de ocupação do território e do avanço do agronegócio, observou-se a necessidade do combate ao desmatamento ilegal e outros crimes contra o meio ambiente, como uma política institucional, contando com inteligência de investigação para combater os crimes.

Reestruturação do espaço reservado ao Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), que passará a abrigar também a Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública (DEFAZ).

Medidas autocompositivas também foram fomentadas internamente e externamente, com foco na resolutividade. Instituiu-se, através do Ato Administrativo nº 1.001/2021, o Programa Dialogar, no qual incidentes disciplinares de menor potencial ofensivo praticados por servidores poderão ser resolvidos com a aplicação de métodos autocompositivos. Criação, através do Ato Administrativo nº 1.049/2021-PGJ,

do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NEA), que servirá como aliado dos Promotores e Procuradores de Justiça para o alcance das metas estabelecidas pela instituição e contribuirá significativamente para uma atuação proativa e resolutiva.

No sentido de fortalecer a atuação finalística, no corrente ano, foi dado posse a 12 Promotores de Justiça e no ano de 2022, será dado posse a mais 05 Promotores.

Foram realizadas reuniões da Comissão de Apoio Institucional, com o objetivo de aproximar a Administração das Promotoras, Promotores e Colaboradores que atuam nas Comarcas do Interior e da Capital, com objetivo de identificar problemas administrativos e institucionais e assim buscar soluções céleres e eficientes que assegurem a melhor da prestação de serviços à população mato-grossense.

Nesse sentido, o Ministério Público está avançando em direção a uma nova realidade tecnológica, o qual apresenta muitos desafios, sendo necessário a sistematização e processamento de dados o mais rápido possível. Em razão disso, foi atualizado o sistema SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público), para a versão 3.0, que é a principal ferramenta utilizada para o controle dos protocolos judiciais e extrajudiciais não-administrativos que tramitam pela instituição. Contudo, apesar de todo investimento na parte tecnológica no ano de 2021, é indispensável a participação do ser humano, ressaltando que em cada Promotoria do Estado de Mato Grosso possui um Promotor de Justiça, pois é direito da população e obrigação do Ministério Público ter Promotor em cada cidade, para receber as demandas individuais e indisponíveis do cidadão, bem como às coletivas da sociedade organizada.

Viabilização da utilização do Aplicativo “Whatsapp Busines” para todas as unidades da instituição, a fim de facilitar o contato da população com as Promotorias de Justiça.

Também foi desenvolvido o Projeto de virtualização da gestão de pessoas, que tem como ferramenta o Sistema Athenas. Adquirido pelo MPMT, por intermédio

de um convênio com o Ministério Público do Tocantins, o Athenas, quando implantado na sua totalidade trará maior celeridade, segurança e qualidade nos serviços prestados. A primeira fase começou com o Vida Funcional, que foi reformulado e, agora, é um módulo dentro do Athenas. A próxima etapa será a folha de pagamento. Após a migração completa as planilhas de Excel serão coisas do passado, já que todo esse processo será totalmente automatizado. Com isso, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso passa a ter total domínio sobre o sistema de gestão de pessoas, que muito em breve será automatizado em sua integralidade. Além da segurança na gestão da informação, a instituição passará a ter um sistema próprio que poderá ser melhorado gradativamente de acordo com a realidade.

No ano de 2021, consolidou o plano de gestão dos departamentos e alinhamento de toda a equipe da área para uniformização da atuação. A implementação de melhorias administrativas, busca assegurar avanços na profissionalização da gestão e fortalecer a integração de todos os departamentos, a fim de que a instituição seja uma só, primando pela eficiência, impessoalidade e tecnicidade e com isso, consolidar entre os integrantes da instituição a cultura do planejamento com foco em resultados.

No tocante a qualidade de vida dos integrantes da instituição, houve ampliação do Programa Vida Plena, que se transformou em um núcleo, para atender ainda mais as demandas internas do Ministério Público, a fim de propiciar um ambiente de trabalho cada vez mais agradável, além de dar suporte psicossocial a todos os membros e servidores da instituição. Sendo realizado no ano de 2021, a troca de todas as cadeiras, buscando evitar a doença LER.

Instituição, através do Ato Administrativo nº 1.057/2021-PGJ, da Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Laboral e ao Assédio Moral e Sexual no trabalho e todas as Formas de Discriminação no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que tem por objetivo, coibir todas as condutas de violência laboral, assédio moral, assédio sexual e discriminação direta ou indireta, no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no MPMT, praticadas presencialmente ou por meios virtuais.

Adesão à campanha realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), “Bem Viver – Saúde Mental no Ministério Público”, com o intuito de desenvolver uma política institucional permanente sobre o tema.

Através do Ato Administrativo nº 1.034/2021-PGJ, todos os eventos do MPMT que possam ser assistidos pelo público externo serão traduzidos simultaneamente, incluindo sessões dos órgãos colegiados, encontros institucionais e de capacitação (seminários, webinars, palestras, cursos, simpósios, entre outros).

Sobre o Planejamento Estratégico, qualquer administrador precisa de dados para tomar as suas decisões. Hoje temos um Centro de Estatística, que dá informação dos números quantitativos e qualitativos necessários para as tomadas de decisão. Foi construído um planejamento enxuto a médio prazo, para mudança de cultura atendendo as metas do Planejamento, em construção com a sociedade civil, Promotores e Conselho Gestor, traçando as metas e médio e longo prazo do Ministério Público em defesa da sociedade.

Realização de reuniões pelo Comitê de Gestão Estratégica, para deliberar matérias relevantes à execução do Planejamento Estratégico e que impactam nos resultados dos serviços prestados pela instituição à sociedade; criação de novas Promotorias de Justiça, de forma estratégica e com foco nos resultados que o MP pretende entregar à sociedade.

Lançamento da Primeira edição da Revista do Planejamento Estratégico, divulgado exclusivamente de forma eletrônica, que traz os resultados obtidos no ano de 2020 em todas as áreas de atuação e constitui uma ampliação da legitimidade social do Ministério Público do Mato Grosso e, ao mesmo tempo, revela a sua integridade organizativa e funcional.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso obteve um dos melhores resultados da história no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público – edição 2021, conquistando dois primeiros lugares, um segundo lugar e dois selos “Respeito e

Diversidade”, em reconhecimento às ações que promovem a cultura do respeito à diversidade humana e ao pluralismo de ideias e opiniões. Os grandes vencedores foram o “Aplicativo Projeto Luz” e o projeto “Satélites Alertas:

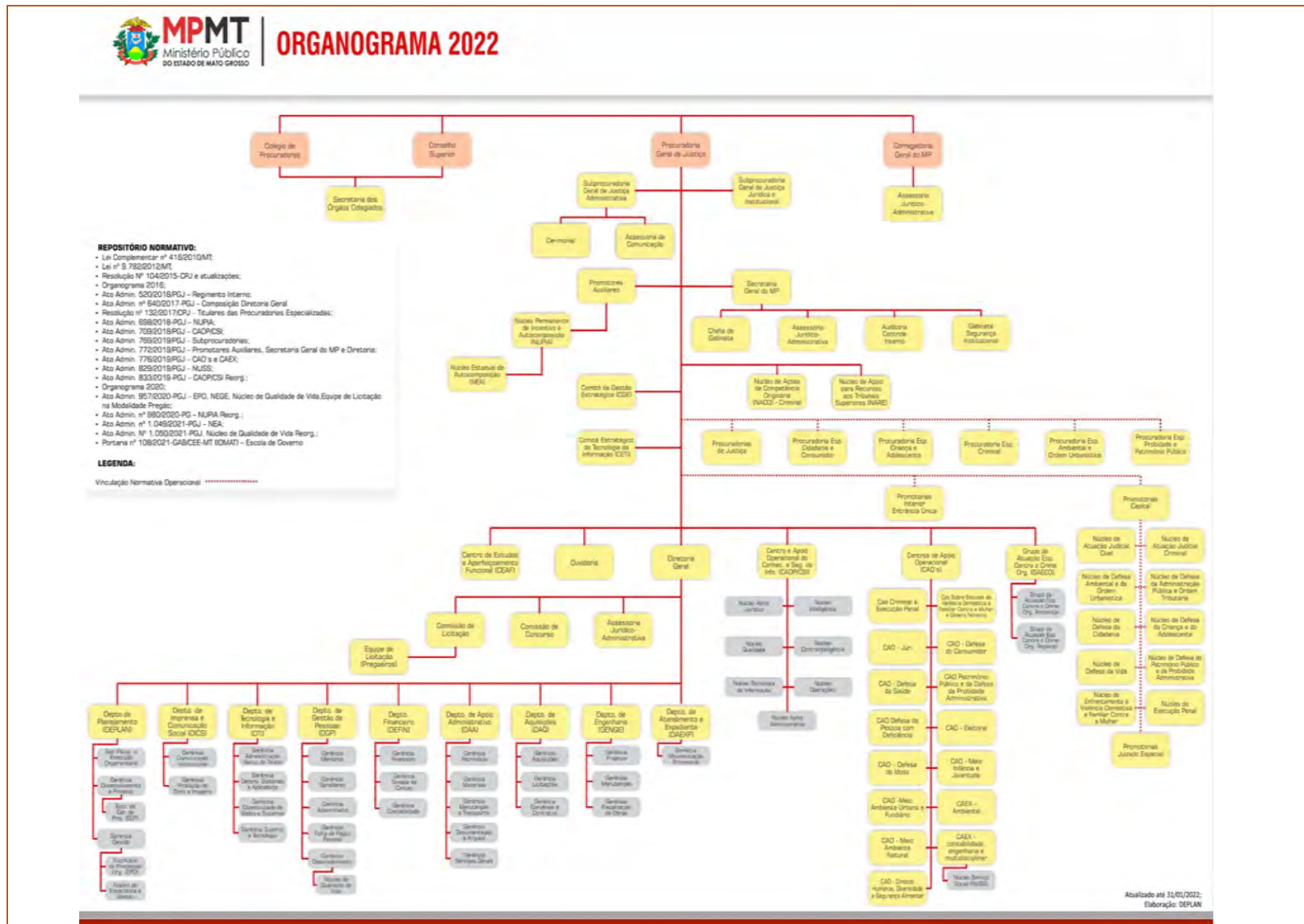
Combate aos desmatamentos e queimadas”, nas categorias persecução cível e penal e integração e articulação, respectivamente. O projeto “Água para o Futuro: Interiorização” ficou na Segunda colocação na categoria sustentabilidade. Além disso, o semifinalista “Minhas mãos também falam”, da categoria transversalidade dos direitos fundamentais, e o vencedor “Aplicativo Projeto Luz” levaram o selo “Respeito e Diversidade”.

Também foram premiados na 18ª Edição do Prêmio Inovare, os Projetos “Aplicativo Projeto Luz”; “Integração e celeridade na responsabilização pelos desmatamentos ilegais em Mato Grosso”; “Cidadãos com voz e vez” e “Prevenção Começa na Escola em Tempos de Pandemia”.

Publicação da Resolução nº 091/2021-CSMP, que define critério para apuração do merecimento dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso para fins de movimentação na carreira.

2 • ORGANOGRAMA

▶ Acesse a versão digital: <https://mpmt.mp.br/transparencia/conteudo.php?id=127&tipo=7>



3 • MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2020/2023

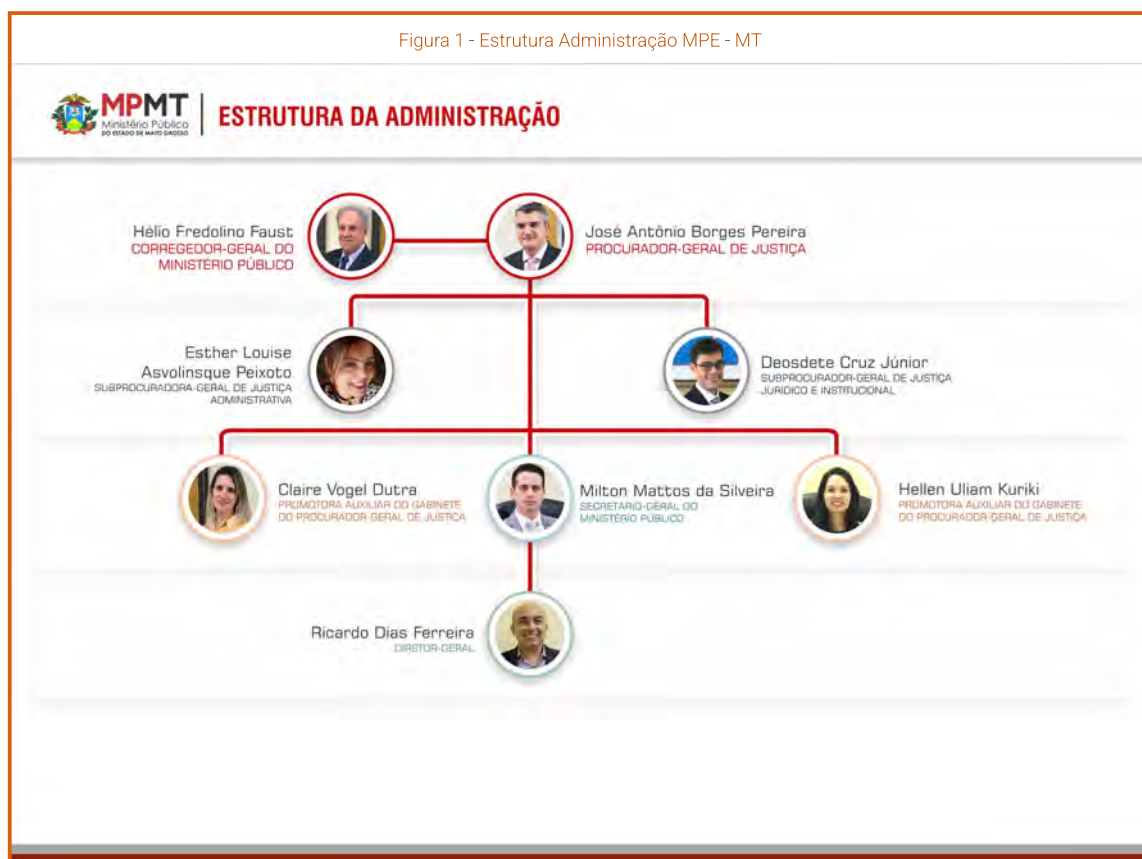
► Acesse a versão digital: <https://mpmt.mp.br/transparencia/conteudo.php?id=122&tipo=7>



4 • ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Chefiada pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Administração Superior abrange, ainda, a Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, a Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria-Geral do Ministério Público. Estas unidades são as responsáveis pelas decisões que direcionam, regulamentam e fiscalizam a atuação dos órgãos de execução (Procuradorias e Promotorias de Justiça), e que definem a organização da Instituição como um todo.

Na figura 1, apresenta-se a estrutura e a composição da Administração Superior atual, somada as Promotorias de Justiça Auxiliares, Secretaria-Geral do Ministério Público e Diretoria-Geral.



Fonte: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

4.1 GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Conforme preceitua o Regimento Interno do Ministério Público de Mato Grosso, as principais atribuições do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça são:

- I – assessorar o Procurador-Geral de Justiça e executar os serviços relacionados ao desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;
- II – encarregar-se do preparo e desempenho do expediente oficial do Procurador-Geral de Justiça;
- III – coordenar, preparar e submeter ao Procurador-Geral de Justiça sua agenda diária;
- IV – programar audiências e executar serviços de relações públicas;
- V – acompanhar as atividades de imprensa e notícias sobre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- VI – distribuir, orientar e controlar os trabalhos do Gabinete;
- VII – receber, redigir, expedir e controlar a correspondência oficial do Procurador-Geral de Justiça;
- VIII – atender as pessoas que se dirigem ao Gabinete.”

Já a Assessoria Especial (multifuncional), ligada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, tem como missão assessorar sob a forma de estudos, pesquisas, levantamentos, pareceres, minutas, exposições de motivos, e também por meio do desempenho das seguintes atribuições:

- I – assessorar o Procurador-Geral de Justiça nas reuniões, conferências e palestras;
- II – despachar com o Procurador-Geral de Justiça em assuntos que demandem decisão superior;
- III – desenvolver outras atividades de natureza administrativa e de representações determinadas pelo Procurador-Geral de Justiça.”

4.1.1 Composição

Tabela 1 - Composição Gabinete Procuradoria-Geral de Justiça

CARGO	MEMBRO
Procurador-Geral de Justiça	Dr. José Antônio Borges Pereira
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídico e Institucional	Dr. Deosdete Cruz Junior
Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa	Dra. Esther Louise Asvolinsque Peixoto
Secretária-Geral do Ministério Público	Dr. Milton Mattos da Silveira Neto
Promotoras de Justiça Auxiliares do Gabinete do PGJ	Dra. Claire Vogel Dutra
	Dra. Hellen Uliam Kuriki.

4.1.2 Atividades Desenvolvidas pela Unidade

Tabela 2 - Atividades Gabinete Procuradoria-Geral de Justiça

GABINETE DO PGJ	2019	2020	2021
Concurso realizado e/ ou em andamento	1	1	1
Posse de Procuradores de Justiça	3	-	5
Projeto de Lei apresentado	22	4	9
Reunião CNMP	18	12	19
Reunião CNPG	08	09	11
Reunião com Departamentos Administrativos da PGJ	10	6	3
Reunião da Comissão de Segurança Institucional	5	-	-
Reunião do Comitê de Gestão Estratégica	3	4	3
Reunião para tratar do Planejamento Estratégico	-	-	7
Reunião do Comitê de Política de Segurança	9	4	-
Reunião Institucional com os polos	24	16	16
Sessão TJ/MT	13	16	11
Ação proposta de ADI	-	-	40
Ação de perda de patente	-	-	4
Ato Administrativo	52	50	77
Comunicação Interna	307	110	122
Decisão art. 28 do CPP	35	17	10

GABINETE DO PGJ	2019	2020	2021
Despacho Avulso	101	110	139
Concurso realizado e/ ou em andamento	1	1	1
GEDOC (protocolos enviados para o local)	3493	4649	7063
Ofício Circular	221	240	209
Ofício Expedido	3782	1265	1154
SIMP – (protocolos enviados para o local) 1ª instância	1715	1762	2739
SIMP – (protocolos enviados para o local) 2ª instância	123	75	30

Fonte: SIMP e GEDOC

4.1.3 Iniciativas de Destaque Realizadas no ano de 2021

Dentre as atividades realizadas pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça no ano de 2021, podemos destacar:

1. Ações Desenvolvidas:

MP avalia dados sobre divergência entre doses distribuídas e aplicadas – A Procuradoria-Geral de Justiça e a Procuradoria Especializada da Cidadania encaminharam ofício aos promotores de Justiça solicitando informações sobre as providências adotadas em seus respectivos locais de atuação para acompanhar a vacinação da Covid-19 e as medidas que vêm sendo adotadas pelos gestores municipais. A partir deste levantamento, o MPMT pretende identificar o que está ocorrendo no estado, já que o número de doses de vacinas aplicadas contra a Covid-19, se comparado ao quantitativo de doses distribuídas, é reduzido.

2. Reuniões Realizadas:

- Reunião de Enfrentamento à COVID – 19 - Práticas administrativas e de vacinação serão discutidas. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso promoveu reunião virtual com gestores estadual e municipais e do Sistema Único de Saúde (SUS)

para discutir medidas administrativas no processo de vacinação contra a Covid-19 e ações preventivas no enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus. O encontro, organizado pela Procuradoria-Geral de Justiça e Procuradoria Especializada da Cidadania e do Consumidor por meio da plataforma TEAMs;

- **Reunião para reafirmar compromisso do MP com combate aos crimes ambientais.**

O Procurador-Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, voltou a destacar em reunião da Comissão de Apoio Institucional com promotores das comarcas de Juína, Brasnorte, Juara, Aripuanã, Cotriguaçu e Colniza (Polo 8), que a criação pelo Ministério Público de Mato Grosso do Gaeco Ambiental faz parte de uma política institucional de intensificar o combate aos crimes ambientais, principalmente aos desmatamentos ilegais, que em grande parte são praticados pelo crime organizado. “A criação do Gaeco Ambiental é uma política institucional do MP, faz parte do nosso Planejamento Estratégico, e por isso é tratado com prioridade pela nossa gestão”, afirmou José Antônio Borges. Ele pontuou também a importância das parcerias com outras instituições.

“Temos que lembrar que o Gaeco é um órgão interinstitucional, integrado também pela Polícia Judiciária Civil e Polícia Militar, e agora criamos esta unidade voltada para a atuação no campo ambiental”;

- **Reunião para estabelecer diretrizes de atuação do MPMT no retorno das aulas.**

O Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação e as Procuradorias de Justiça Especializadas da Defesa da Cidadania e da Criança e do Adolescente, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, promoveram reunião institucional virtual com promotores das comarcas para debater e estabelecer um posicionamento do Ministério Público de Mato Grosso em relação ao retorno das aulas presenciais nas redes públicas estadual e municipais de ensino. Outro objetivo foi definir diretrizes de atuação junto ao Estado, municípios e escolas no sentido de cobrar a elaboração e execução correta dos planos de retorno às atividades escolares, garantindo a segurança dos alunos, pais, professores e demais profissionais da educação. Durante a reunião, houve o entendimento unânime de que as aulas devem ser retomadas, pois os alunos já estão sendo muito prejudicados e as atividades de outros setores da

sociedade, como comércio, lazer etc., já foram retomadas, ficando excluída apenas a área da educação.

3. Recomendações:

• **MP recomenda cumprimento de lei sobre uso de máscara por pessoas com deficiência.**

O Ministério Público de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, encaminhou Recomendação à Casa Civil do Governo de Mato Grosso, órgãos públicos, aeroportos, sindicatos e federações, de que cumpram a Lei nº 13.979/2020, que dispensa a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual por pessoas com deficiência em locais públicos e espaços de uso comum, como aeronaves, ônibus etc. Conforme o parágrafo sétimo do artigo 3º – A da Lei, a obrigatoriedade de manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual “será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade”;

• **Promotores de Justiça devem fomentar reabertura das escolas públicas**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso e as procuradorias de Justiça Especializadas da Cidadania e do Consumidor e em Defesa da Criança e Adolescente emitiram recomendação conjunta aos promotores de Justiça que atuam nessas áreas para que fomentem e organizem o processo de reabertura das escolas públicas em seus Municípios, no formato presencial/híbrido, a partir de agosto de 2021. O trabalho deverá ser executado junto às secretarias municipais de Saúde e Educação, Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Conselho Municipal de Educação e comunidade escolar.

4. Medidas Judiciais Propostas pelo PGJ:

• **MP propõe ação para declarar inconstitucional parte de Decreto Municipal.** O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-

Geral de Justiça, ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) requerendo ao Poder Judiciário, em caráter liminar, que determine ao Município de Cuiabá a aplicação dos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 836, que trata de medidas restritivas para prevenção à Covid-19. A medida foi adotada após o Município de Cuiabá ter expedido o Decreto 8.340/2021 sobre o mesmo tema, mas com disparidades em relação ao decreto estadual;

• **ADI requer a suspensão da cobrança de ITBI antes do registro do imóvel.**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido liminar, requerendo ao Poder Judiciário que determine ao Município de Cuiabá a incidência e cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) somente com o registro do título perante a matrícula do imóvel. Pleiteia ainda, no julgamento de mérito da ação, que seja declarada a inconstitucionalidade de qualquer interpretação e aplicação de dispositivos que possibilitem a exigência do referido imposto sem a efetiva transmissão dos direitos imobiliários. Estão sendo questionados os artigos 207, II, parte final; 223, III; 229 e incisos; e 230, II, da Lei Complementar Municipal nº 43/1997 (Código Tributário do Município) e do artigo 19 da Portaria SMF nº 11 de 16 de setembro de 2020, da Secretaria Municipal da Fazenda;

• **ADI requer retorno da indisponibilidade de terras devolutas em Chapada.**

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de liminar, contra a lei estadual que revogou parte de normativa anterior sobre a indisponibilidade de terras devolutas na região da Área de Proteção Ambiental (APA) Chapada dos Guimarães. Assim, o Ministério Público requer a suspensão liminar da lei, bem como a procedência da ação com a declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 11.409, de 09 de junho de 2021, do Estado de Mato Grosso, por afronta à Constituição Estadual;

• **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Tribunal de Justiça arguindo a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000** – a chamada Lei do Fethab (Fundo Estadual de Transporte e Habitação) - e do Decreto Estadual nº 1.261, de 30 de março de 2000, que preveem o pagamento de contribuições a várias entidades do agronegócio mato-grossense, escolhidas sem a realização de quaisquer procedimentos licitatórios, por contribuintes que optarem pelo diferimento (mecanismo de substituição tributária) quando do

recolhimento do ICMS. A obtenção do benefício da substituição tributária pelos contribuintes está condicionada, entre outras exigências, ao recolhimento de percentuais variados dos valores a serem recolhidos para as entidades beneficiárias;

• **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) requerendo, em pedido liminar, a suspensão dos efeitos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 723/2020**, que transfere a responsabilidade de atendimento integral à demanda dos anos iniciais do Ensino Fundamental aos municípios. A ação foi proposta em 27.10.21.

4.2 PROMOTORIAS AUXILIARES

Conforme disposto no art. 3º-A, do Ato Administrativo nº 520/2016-PGJ, possuem as seguintes atribuições:

I – supervisionar, dirigir e controlar as atividades afetas aos órgãos de apoio técnico e administrativo do Ministério Público, em especial as relacionadas a informação, planejamento, orçamento, programação financeira, modernização administrativa, informática, administração e desenvolvimento de recursos humanos, dentre outros;

II – promover a integração e a articulação das ações de modernização com as demais unidades da instituição, com vista a buscar uma adequação da organização administrativa e os objetivos setoriais fixados;

III – prestar assistência às unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso na elaboração de planos, programas, projetos e planos de trabalho;

IV – emitir parecer ou decisão sobre assuntos técnico-administrativos que lhe forem encaminhados;

V – zelar pelo cumprimento dos prazos fixados para o desenvolvimento dos trabalhos;

VI – conduzir os processos de natureza disciplinar de servidores do Ministério Público;

VII – cumprir e fazer cumprir as políticas, planos, programas e projetos da Procuradoria-Geral de Justiça;

VIII – expedir atos administrativos necessários ao desempenho de suas funções;

IX – presidir a Comissão Permanente de Licitação;

X – fiscalizar a execução dos contratos de obras e serviços de engenharia;

XI – exercer outras atividades delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.”

4.2.1 Composição

Tabela 3 - Composição Promotorias Auxiliares

CARGO	MEMBRO
Promotora de Justiça Auxiliar	Claire Vogel Dutra
Promotora de Justiça Auxiliar	Hellen Uliam Kuriki
Gerente de Desenvolvimento (Vida Plena)	Josyane Lima de Cerqueira
Assessora Especial/Psicóloga (Vida Plena)	Morgana Moreira Moura
Analista Assistente Social (Vida Plena)	Renata de Paula Teixeira
Assessora Especial	Rosimar Caetano Marino Morel

4.2.2 Atividades Desenvolvidas pela Unidade

4.2.2.1 Gestão por Competências

Busca identificar, analisar e gerenciar os integrantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso de acordo com o perfil profissional de cada um deles, destacando seus pontos fortes e seus pontos de melhoria, através de mapeamento das competências comuns, gerenciais e específicas. Com base nesses conhecimentos, habilidades e comportamento dos colaboradores, serão desenvolvidas competências individuais e coletivas, a fim de converter isso em combustível para que a Instituição consiga alcançar as metas lançadas no planejamento estratégico 2020-2023.

Tabela 4 - Atividades Promotorias Auxiliares - Gestão Por Competência

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
Padronização de cargos	Com o objetivo de tornar ainda mais isonômica a distribuição dos cargos de assessoria aos membros da instituição, iniciou-se no ano de 2019 a redistribuição destes, de modo que as	Até o dia 31 de dezembro de 2020, todas as Promotorias de Justiça de final, excluindo-se destas as que foram elevadas durante o ano de 2020, foram contempladas com a padroni-	Regulamentação pelas Leis nº 11559/2021 e 11560/2021 do novo formato do quadro de Assessoria nas Promotorias e Procuradorias de Justiça;

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
	unidades ministeriais de entrância inicial e intermediária passem a contar com 1 (um) cargo de Assistente Ministerial e 1 (um) cargo de Auxiliar Ministerial, e as de entrância final com 1 (um) cargo de Oficial de Gabinete e 1 (um) cargo de Assistente Ministerial. Até o dia 31 de dezembro de 2019, todas as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária foram contempladas com a padronização.	zação, contado agora com 1 (um) cargo de Oficial de Gabinete e 1 (um) cargo de Assistente Ministerial.	Implantação da padronização das demais unidades elevadas e sede das Promotorias de Justiça da Capital (núcleo cível); Prevista a conclusão da padronização com as unidades do Júri das Promotorias da Capital para o mês de Fevereiro de 2022.
Comitê de Igualdade Institucional	Não se aplica	Não se aplica	Reformulação do Comitê de Promoção à Igualdade Institucional – Ato Administrativo nº 1022/2021-PGJ e designação de novos membros Portaria nº 463/2021-PGJ e 629/2021-PGJ, com designação da Dra Claire Vogel Dutra como Presidente; Realizadas 03 reuniões no ano de 2021; Aprovação da Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Laboral, ao Assédio Moral e Sexual e Todas as Formas de Discriminação, por meio do Ato Administrativo nº 1.057/2021; Aprovação das condições especiais de trabalho, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, àqueles que se enquadrarem na condição de pessoa com deficiência ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessas condições e dá outras providências – Ato Administrativo nº 1058/2021-PGJ.
Comissão de Gestão Socioambiental	Não se aplica	Não se aplica	Instituição do Programa de Gestão Socioambiental do MPMT - Ato Administrativo nº 1036/2021-PGJ e

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
			designação de novos membros Portaria nº 376/2021-PGJ e 504/2021-PGJ, com designação da Dra Claire Vogel Dutra como Presidente; Realizadas 04 reuniões no ano de 2021.
Comissão de Gestão de Teletrabalho	Instituição do Programa de Teletrabalho pelo Ato Administrativo nº 862/2019-PGJ.	Designação dos membros através da Portaria nº 138/2020-PGJ e 759/2020-PGJ, com designação da Dra Claire Vogel Dutra como Presidente.	Criação do e-mail da Comissão de Gestão de Teletrabalho; Elaboração do Manual do Teletrabalho e disponibilização via Intranet; Atualização da normativa pelos Atos Administrativos nº 989/2021-PGJ; 1041/2021-PGJ; 1046/2021-PGJ e 1064/2021-PGJ; Realizado no ano de 2021, 04 reuniões.
Comissão de Gestão de Avaliação de Desempenho	ATRAVÉS DO ATO Nº 269/2019-PGJ, a Dra Claire Vogel Dutra foi designada como Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Funcional;	Designação de membros para compor a Comissão – Portaria nº 696/2020-PGJ	Designação de membros para compor a Comissão – Portaria nº 039/2021-PGJ; 520/2021-PGJ; Alteração do Ato Administrativo nº 079/2008 pelo Ato Administrativo nº 1024/2021-PGJ; Realizado o julgamento de 02 recursos; Realizadas 04 reuniões no ano de 2021. Homologadas as avaliações de desempenho do período de 2020.
Comissão de Gestão de Progressão Funcional	Através do Ato nº 270/2019-PGJ, a Dra Hellen Ulian Kuriki foi designada como Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Funcional;	Designação de membros para compor a Comissão – Portaria nº 250/2020-PGJ e 696/2020-PGJ	Designação de membros para compor a Comissão – Portaria nº 527/2021-PGJ; Realizadas 05 reuniões no ano de 2021; Homologadas 21 Progressões Funcionais (verticais e horizontais).
Estruturação do E-	Diante do contido no artigo 32 da Portaria nº	Durante o ano de 2020, houve a rescisão do	O Sistema Athenas de Gestão de Pessoas, está em fase

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
Social	175/2019-PGJ, a Comissão de Implantação do E-Social foi reestabelecida por meio da Portaria nº 672/2019-PGJ, tendo como objetivo realizar os trabalhos de adequação dos processos internos para a implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.373/2014. Ainda, no ano de 2019, a equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça realizou reuniões institucionais com o objetivo de direcionar e supervisionar os trabalhos despendidos para a implantação do E-Social. Além disso, fora realizado, com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, capacitação com os servidores da Procuradoria-Geral. Em dezembro de 2019, foi publicada a Portaria SEPRT nº 1.419 (23/12/2019), que prorrogou os prazos de implantação do E-Social no setor público para 2021.	contrato com a Totvs e o Sistema Protheus, e a realização de Termo de Cooperação com o Ministério Público de Tocantins para utilização do Sistema Athenas de Gestão de Pessoas, que passará a ser utilizado pelo DGP do MPMT a partir de dezembro de 2020, e que já se encontra configurado para atender aos requisitos do E-Social.	de implantação, sendo já utilizado pelo DGP em algumas áreas específicas até total implementação.
Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos	Idealizado no ano de 2019, o Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos tem como objetivo possibilitar eventual conciliação previamente à instauração de procedimento administrativo disciplinar, sendo que até o dia 31 de dezembro de 2019 foram realizadas pesquisas junto aos modelos semelhantes adotados por outras instituições, de modo que a estruturação do projeto foi totalmente	Durante o ano de 2020, em razão da pandemia, algumas atividades foram suspensas, incluindo-se a implantação do Projeto Dialogar. Com o retorno das atividades presenciais em setembro, foram realizadas reuniões com o Tribunal de Contas do Estado, visando conhecer o sistema conciliatório do órgão e com as experiências repassadas, foi elaborada minuta do Ato que aguarda análise e aprovação da	Instituição do Programa Dialogar no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, voltado à aplicação de métodos autocompositivos como solução alternativa nos incidentes disciplinares de natureza leve dos servidores da instituição – Ato Administrativo nº 1001/2021-PGJ; Elaboração do Projeto Dialogar para utilização dos métodos autocompositivos em infrações disciplinares

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
	minutada.	chefia superior.	leves e para o devido tratamento dos conflitos internos de membros e servidores no âmbito Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Coordenação do Programa Dialogar;
Implantação do Núcleo Estadual de Autocomposição - NEA	Não se aplica	Não se aplica	Implantação do Núcleo Estadual de Autocomposição (NEA), conforme Ato Administrativo nº 1.049/2021; Atividades realizadas: Estruturação física, normatização, subsídio ao mapeamento dos processos organizacionais, execução de autocomposições piloto, além de campanhas de sensibilização e publicação interna; Atuação em processos SIMP, mediante designação (mencionar portarias – Portarias 701 e 704/2021-PGJ), nos processos SIMP (000137-096/2021, 000153-096/2020, 000658-096/2021, 000445-064/2020, 000447-064/2020, 000448-064/2020 e 000449-064/2020 procedimentos referentes à Promotoria de Marcelândia e SIMP's 000336-096/2021, 000569-096/2021, 000873-096/2021, 000047-050/2021 e 000226-050/2021 referentes à Promotoria de Aripuanã), com o fito de resolução de conflito mediante intervenção do NEA; Projeto piloto em fase de execução.
Coordenação do Núcleo de Incentivo a Autocomposição – NUPIA	Não se aplica	Não se aplica	Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, que tem por objetivo implementar ações e programas de incentivo à autocomposição no

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
			âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, regulamentado pelo Ato Administrativo nº 980/2020; A redesignação de sua composição foi atualizada o ano de 2021.
Implantação do Centro de Custos	Em virtude do Ofício Circular nº 017/2015/CPE/CNMP, encaminhado pelo Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio do qual recomenda, em suma, a adoção de medidas para implementação do modelo de Gestão de Custos no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, os trabalhos para a efetivação do referido modelo tiveram seguimento no ano de 2019. Inicialmente, os integrantes da Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos (ISGC) foram designados pelas Portarias nº 505/2019-PGJ e nº 722/2019-PGJ. Ainda, foram realizadas reuniões com os membros da Comissão para revisão das etapas do projeto. Ademais, durante o ano de 2019, houve a entrega do plano de contas da Instituição, a apresentação da identidade visual do projeto, assim como a propositura de alterações do Regimento Interno da Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos.	Em 2020, o DTI deu início ao desenvolvimento do sistema informatizado de gestão de custos;	O Sistema informatizado de gestão de custos, aguarda implementação pelo DTI, com previsão para o primeiro semestre de 2022.
Implantação do	Com a necessidade de melhorar a prestação	No ano de 2020 foi realizada pesquisa com os	Realizada as adequações da minuta, conforme

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
Núcleo de Diligências (Sede Promotoria – Cuiabá)	das atividades externas, proporcionando, ainda, isonomia no volume de trabalho entre os servidores que desempenham a referida função na sede das Promotorias de Justiça da Capital, bem como de boa aplicação do princípio da eficiência com a otimização dos recursos financeiros e pessoais disponíveis, foram realizadas atividades para a implantação do referido núcleo. No fim do exercício de 2019, fora realizada reunião com os servidores que realizam as diligências externas, bem como com os Membros Coordenadores dos Núcleos para coletar informações das rotinas de trabalho.	referidos servidores, encaminhando-lhes questionário para a coleta de informações das rotinas e atividades gerais desenvolvidas por todos os núcleos. Também fora levantada a frota de veículos utilizada para as diligências externas com o Departamento de Apoio Administrativo. Com a colheita de todas essas informações fora elaborada minuta do Ato Administrativo e encaminhado aos servidores e Coordenadores dos núcleos para propositura de adequações.	sugestões encaminhadas; Levantado o local de funcionamento do Núcleo; Solicitada designação dos servidores que serão relatados ao mesmo aos Coordenadores dos Núcleos na sede, cuja resposta já foi encaminhada; Previsão de implementação no primeiro trimestre de 2022.
Coordenação da Comissão de Licitação	Na condição de Presidente da Comissão de Licitação, conforme Portaria 238/2019-PGJ, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra, assessorada pelos demais membros, realizaram no ano de 2019: 15 sessões de Tomada de Preço e Concorrência no ano de 2019; - Análise de 02 recursos de fase de habilitação.	Conforme Portaria 139/2020-PGJ, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra, na condição de Presidente da Comissão de Licitação, assessorada pelos demais membros no ano de 2020, foram realizadas: 15 sessões de Tomada de Preço e Concorrência; - Análise de 01 recurso de fase de habilitação; 03 credenciamentos do Chamamento Público nº 006/2020, referente a aquisição de planos de saúde e odontológicos.	Conforme Portaria 150/2021-PGJ, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra, na condição de Presidente da Comissão de Licitação, assessorada pelos demais membros no ano de 2021, foram realizados: 18 sessões de Tomada de Preço e Concorrência; - Análise de 03 recursos de fase de habilitação; 01 recurso de fase de proposta de preço; 01 credenciamento do Chamamento Público nº 006/2020, referente a aquisição de planos de saúde e odontológicos.
Comissões Disciplinares de	Com a edição do Ato Administrativo nº 768/2019-PGJ, foram constituídas as Comis-	No ano de 2020, na condição de Presidente da Comissão Permanente de PAD, a Promoto-	No ano de 2021, na condição de Presidente da Comissão Permanente de PAD, a Promotora de Justiça Claire

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar	sões Disciplinares Permanentes no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, tendo como objetivo a instrução de procedimentos instaurados para apuração de irregularidades administrativas ou de prática de infrações funcionais por parte dos servidores da Instituição. Dessa forma, os integrantes das Comissões Permanentes de que trata o referido Ato Administrativo foram designados, por meio da Portaria nº 196/2019-PGJ, que, posteriormente, fora alterada pela de nº 570/2019-PGJ.	ra de Justiça Claire Vogel Dutra presidiu 01 (um) Processo Administrativo Disciplinar; A Promotora de Justiça Hellen Uliam Kuriki, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância, presidiu 03 (três) sindicâncias.	Vogel Dutra presidiu 01 (um) Processo Administrativo Disciplinar; A Promotora de Justiça Hellen Uliam Kuriki, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância, presidiu 05 (cinco) sindicâncias.
Coordenação CETI	Com a edição da Portaria nº 476/2019-PGJ, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra preside o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, no ano de 2019, foram realizadas 11 reuniões ordinárias.	No ano de 2020, foram realizadas 8 reuniões ordinárias, para a discussão de diversas implementações e melhorias tecnológicas da Instituição, dentre elas destaca-se: • Implantação do SIMP .3; • Implantação e melhorias do Sistema BAPRE – Banco de Projetos e Acordos; • Integração do SIMP .3 com o Pje • Sistema de gestão do Auxílio Saúde e Sistema de Votação Eletrônica para PGJ; • Implantação do Sistema Athenas; • Estruturação do Portal Covid no site do MPMT.	No ano de 2020, foram realizadas 10 reuniões ordinárias, para a discussão de diversas implementações e melhorias tecnológicas da Instituição, sendo que estas resultaram na aprovação de 26 (vinte e seis) demandas, quais sejam: • Disponibilização de software de fragmentação de vídeos; • Alterações nas regras dos procedimentos sigilosos do SIMP e GEDOC; • Desenvolvimento e implantação de Sistema de Gestão; • Ampliação de integrantes do CETI com participação do CAOP/CSI; • Automação de Usuários e Portal de Permissões; • Implementação de acesso externo ao Sistema

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
			PAI; • Implantação de acessibilidade digital e/ou sistema avatar no site do MPMT; • Inserção de marca d'água no SIMP; • Integração entre o SIMP e o GEIA (Polícia Civil); • Implantação da possibilidade de interação no SIMP sem necessidade de carga; • Inclusão de diversos movimentos novos no SIMP e GEDOC; • Reformulação o Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional; • Criação de campo no simp para que seja informado o local do dano ambiental; • Adequação dos sistemas de informação aos Planos de Classificação de Documentos – PCD e às Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos – TTDD do Ministério Público; • Criação de página oficial do CGPD no site do MPMT; • Publicação de edição extra no Diário Oficial Eletrônico do MPMT; • Modificação do SAS para possibilitar o Auxílio Saúde para os inativos; • Criação do Plenário Virtual do CSMP; • Adição de campo destinado ao registro do nome social da parte e de seu procurador no SIMP e GEDOC;

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
			• Implantação do Aplicativo Perdigueiro (GAECO); • Modificações no SIMP para sanar inconsistências no que tange aos prazos do inquérito policial; • Implantação de ferramenta que permita o protocolo eletrônico em todas as unidades desta Instituição, disponibilizando-a para toda sociedade, órgãos e entidades da administração pública; • Possibilitar a prestação de contas de diárias no âmbito do MPMT apenas com login e senha; • Implantação de aplicativo para controle dos veículos da Instituição; • Criação, no sistema GEDOC, de campo voltado à inserção de prazo prescricional de fácil e constante visualização; • Modificações na consulta do SIMP pelo público externo.
Projeto GEDOC Eletrônico	Não se aplica	Inicialmente, fora realizado o levantamento dos principais procedimentos instaurados no sistema GEDOC no Departamento de Expediente – DAEXP. Em seguida, foram solicitadas providências ao Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, para implantação da funcionalidade de “download consolidado”, bem como a expansão do certificado digital aos Chefes e Gerentes de Departamento, Diretora Geral, Coordenadores e Supervisores de órgãos auxiliares, bem como a assessoria jurídica da Diretoria-Geral, e equipe técnica do Gabinete	Tendo em visto que o GEDOC atual tem atendido a contento o MPMT, bem como a existência de outras demandas de mais urgência pelo DTI, foi deliberado em reunião do CETI, que o projeto de reformulação será feito em nova data a ser deliberada, por esta razão o procedimento GEDOC nº 20.14.0001.000221/2020-85, foi sobrestado em decisão na data de 01/04/2021.

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
		do Procurador-Geral de Justiça. Muito embora o cronograma inicial tenha sido mais elástico, com previsão de término em dezembro de 2020, em razão da situação de pandemia e a edição do Ato Administrativo nº 911/2020-PGJ e alterações posteriores, que instituiu o fechamento de todas as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPMT, como medida de prevenção ao contágio da COVID-19, estabelecendo regime obrigatório de teletrabalho aos membros, servidores, estagiários, terceirizados e colaboradores da instituição, em que pese poder ainda haver inconsistências no Sistema GEDOC para sua implantação na versão exclusivamente eletrônica, foi necessário antecipar o início da virtualização dos procedimentos, a fim de facilitar as atividades que estavam sendo desenvolvidas via teletrabalho. Diante disto, foram realizadas pequenas adaptações no sistema, e realizada pesquisa com os usuários para levantamento das principais dificuldades de operacionalização, estando agora aguardando a implantação de melhorias no sistema, que será realizada após o fechamento das atividades pendentes com relação ao SIMP .3.	
	Não se aplica	A partir deste ano de 2020, e ante o crescente processo de virtualização, somado aos	No ano de 2021 o DTI possui em vigor: 28 contratos e 36 Atas de Registro de Preços, todas revisadas e

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
Gestão estratégica de contratos do Departamento de Tecnologia de Informação – DTI		vultosos valores investidos na área de TI, as Promotoras de Justiça Claire Vogel Dutra e Hellen Uliam Kuriki foram designadas pelo Procurador Geral de Justiça para analisarem os contratos desta área e decidirem estrategicamente sobre a viabilidade de tais contratações. Em 2020 o DTI possuía 33 contratos em vigência, bem como 12 atas de registros de preços, os quais foram revisados e passaram a ser geridos pelo Gabinete, que também passou a decidir sobre a viabilidade das renovações ou novas contratações, de acordo com a necessidade da instituição e a possibilidade orçamentária.	autorizadas pela Administração Superior.
Participação no Conselho Fiscal do MTPREV	As Promotoras de Justiça Claire Vogel Dutra e Hellen Uliam Kuriki participam do Conselho Fiscal do MTPREV, sendo a primeira conselheira titular e a segunda suplente do referido conselho, representando o Ministério Público de Mato Grosso.	As reuniões em 2020, ocorreram de forma presencial (somente uma) e as demais, em razão do contexto de pandemia, passaram a ser virtuais, pela plataforma Google Meet. Em participação no Conselho Fiscal, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra compõe o Grupo de Trabalho de análise da Gestão, tendo realizado relatório no início de 2020, quanto ao ano de 2019, e atualmente se encontra em elaboração do relatório referente ao primeiro semestre de 2020, entregue em dezembro de 2020.	No ano de 2021, em continuidade aos trabalhos no Conselho Fiscal do MTPREV, a Promotora de Justiça Dra. Claire Vogel Dutra, participou de 12 reuniões; Elaborados 05 relatórios ao Conselho Fiscal do MTPREV acerca do Controle da Gestão da referida entidade.
Coordenação das atividades do DEPLAN	Implantação do Núcleo de Estatística, instituído pela Resolução nº 141/2017-CPJ, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	O Núcleo de Estatística, passou a contar com 01 (um) Analista de Sistemas do quadro de servidores efetivos e 03 (três) Assistentes	Formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2022 nº 889/2021 da Procuradoria-Geral de Justiça e Fundo de Apoio ao Ministério Público –

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
	teve sua composição deliberada pelo Comitê de Gestão Estratégica em abril de 2019, tendo iniciado suas atividades efetivamente em setembro de 2019. Elaborou, no ano de 2019, sob a supervisão da equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o plano de ação para implementação do núcleo, a revisão dos indicadores do planejamento, assim como o Projeto Portal Foco – Gestão Estratégica.	Ministeriais, com os respectivos perfis, Analista de <i>Business Intelligence</i>, Estatístico e Programador; Lançamento do Portal FOCO – Portal da Gestão Estratégica em 31/03/2020; Formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 nº 913/2020 (Lei nº 11.300/2021);	FUNAMP, com posterior aprovação no parlamento estadual e sanção pelo Governo do Estado de Mato Grosso; Acompanhamento do Planejamento Estratégico Institucional no ano de 2021; Reuniões contínuas de acompanhamento do Planejamento Estratégico com Procuradorias Especializadas, Centros de Apoio Operacional, Corregedoria Geral do Ministério Público e Diretoria-Geral; Supervisão no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento à execução orçamentária – SIAGEO; Realizada a solicitação ao CETI de desenvolvimento e implementação do de Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico e Projetos (automatizado e por indicadores), conforme GEDOC 20.14.0001.0001590/2021-76.
Revisão dos critérios objetivos de movimentação na carreira dos membros	Não se aplica	Não se aplica	Integrar grupo de trabalho para discussão e apresentação de proposta de revisão da Resolução que define os critérios objetivos para movimentação na carreira por merecimento; Orientação no desenvolvimento da metodologia para aferição e acompanhamento de quesitos meritórios dos membros, de acordo com sua produtividade funcional finalística, para fins de promoção, remoção ou demais finalidades cabíveis; Supervisão no desenvolvimento de painéis demonstrativos que possuem interface com o SIMP, relativo a regras de negócio, com fito de aferição

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
			automatizada da produtividade finalística do membro, mediante aplicação da metodologia desenvolvida; Apresentação, com posterior aprovação, do projeto de Resolução nº 091/2021 do CSMP que define os critérios para apuração do merecimento dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso para fins de movimentação na carreira.
Coordenação do Projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho	Não se aplica	Não se aplica	Coordenação do Projeto, que visa realizar o dimensionamento da força de trabalho no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso; Atividades de supervisão realizadas: • Levantamento das necessidades institucionais através de reuniões; • Benchmarking das instituições que prestam o serviço; • Elaboração do Termo de Abertura do Projeto. Gedoc: 20.14.0001.0005070/2021-12; • Definição do Instituto Publix como empresa contratada para realização do dimensionamento e formação de equipe do MPMT para continuidade nos anos posteriores (transferência de conhecimento); • Trâmites administrativos para contratação da empresa. Gedoc: 20.14.0001.0006364/2021-91; • Elaboração do Plano de trabalho, para desenvolvimento a partir de Janeiro/2022.
Grupo de Trabalho PrevCom-MT	Não se aplica	Não se aplica	Designação para compor Grupo de Trabalho (composto por representantes dos poderes e órgãos autônomos) com o objetivo de discutir a política de

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Gestão por Competências)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
			migração dos servidores públicos do Estado à Previdência Complementar de Mato Grosso - Resolução nº 31/2021 – Do Conselho de Previdência; Instituição, em âmbito interno, de Grupo de trabalho para efetuar levantamentos e contribuir para análise dos impactos financeiros e orçamentários. Composição: Ricardo Dias Ferreira, Durvalino de Figueiredo Júnior e Bruno de Oliveira Santana; Realização de diversas reuniões e fase final de elaboração da Nota Técnica, como produto do Grupo de Trabalho em cumprimento à Resolução nº 31/2021 – Do Conselho de Previdência.
Outras Atividades	Além de todas as atividades desenvolvidas no gabinete, as promotoras auxiliares também auxiliam no atendimento de demandas administrativas em geral, em apoio ao Procurador-Geral de Justiça, tanto no atendimento direto de colegas promotores de justiça, como na coordenação de atividades dos departamentos da Procuradoria-Geral.	Além de todas as atividades desenvolvidas no gabinete, as promotoras auxiliares também auxiliam no atendimento de demandas administrativas em geral, em apoio ao Procurador-Geral de Justiça, tanto no atendimento direto de colegas promotores de justiça, como na coordenação de atividades dos departamentos da Procuradoria-Geral.	Além de todas as atividades desenvolvidas no gabinete, as promotoras auxiliares também auxiliam no atendimento de demandas administrativas em geral, em apoio ao Procurador-Geral de Justiça, tanto no atendimento direto de colegas promotores de justiça, como na coordenação de atividades dos departamentos da Procuradoria-Geral.

Fonte: Dados internos do Gabinete das Promotorias Auxiliares e GEDOC

4.2.2.2 Vida Plena

Tem como objetivo fomentar e coordenar projetos, ações voltadas à promoção do bem-estar e saúde dos integrantes da instituição. O programa está alinhado ao Planejamento Estratégico e Plano Plurianual 2020/2024, que tem como um dos objetivos estratégicos promover a qualidade de vida no trabalho.

Tabela 5 - Atividades Promotorias Auxiliares - Qualidade de Vida - Vida Plena

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Qualidade de Vida – Vida Plena)			
GAB., Prom. Aux. e Sub. Jurídica, Col. Procuradores	2019	2020	2021
Frente: Melhorias no ambiente do trabalho	Inauguração do Restaurante do Ministério Público, localizado na Sede das Promotorias de Justiça; Inauguração do Espaço Conviver na Procuradoria-Geral de Justiça; Inclusão nos projetos arquitetônicos de construção prediais de novas sedes de Promotorias de Justiça, do Espaço Vida Plena; Entrega de cadeiras ergonômicas;	Descanso de pés; Suporte para monitor; Espaço Vida Plena nas novas construções; Brinquedoteca; Biossegurança: aquisição de EPIs (equipamentos de proteção individual) e informes orientativos nas unidades ministeriais;	Apoio técnico na aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) e informes orientativos nas unidades ministeriais; Apoio técnico no planejamento do espaço Vida Plena nas unidades ministeriais; Apoio Técnico na aquisição de copos, canecas e mouse pad.
Frente: Integração	Atividade de integração nas Promotorias de Justiça Polo com servidores (Polos Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sorriso, Juína, Tangará da Serra e Barra do Garças), na PGJ e em na Promotoria de Justiça de São Félix do Araguaia; Rodas de Comunicação Consciente na sede das	· Atividade de integração com servidores nas Promotorias de Justiça Polo de Alta Flores, Cáceres e Rondonópolis, até março de 2020; Rodas de Comunicação Consciente na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá com os membros; Participação nas reuniões institucionais online	· Atividade de integração online com servidores dos 08 Polos (Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sorriso, Juína, Tangará da Serra, Barra do Garças e Cuiabá). Total de participantes: 421; Atividade de integração com 14 lideranças dos departamentos da PGJ; Evento Semana do servidor público. Total de

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Qualidade de Vida – Vida Plena)			
	Promotorias de Justiça de Cuiabá, Promotoria de Justiça da Infância e PGJ; Evento dia das mães; Evento dia dos pais; Evento da semana do(a) servidor(a);	realizadas pelo PGJ (Polos Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sorriso, Juína, Tangará da Serra, Barra do Garças e Cuiabá); Lançamento do Portal de Aposentados e pensionistas; · Programa Mulher em Foco em parceria com DICS; Evento online da semana do(a) servidor(a);	participantes: 354; Criação de link do Vida Plena no site do MPMT; Atividade de integração e apoio à gestão de pessoas às unidades ministeriais. Total de 03 unidades.
Frente: Saúde no trabalho	Diálogos em saúde mental em Cáceres; Atendimento multiprofissional às demandas individuais, 11 casos; Meditação na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá.	Diálogos em saúde mental em Rondonópolis; Atendimento multiprofissional às demandas individuais, 54 casos; Meditação online do grupo da sede de Cuiabá; Meditação online em parceria com Instituto Visão Futuro; Acolhimento Remoto nas áreas de enfermagem, nutrição e meditação. (Projeto de Extensão Saúde Integral, parceria Instituto Federal de Mato Grosso, maio a julho/2020); Videoaulas de ginástica laboral e treino funcional com oferta semanal (parceria: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag); Acompanhamento dos casos de COVID-19, 43 casos; Elaboração do Guia de Orientação sobre COVID-19.	Atendimento multiprofissional às demandas individuais, 56 casos; Acompanhamento dos casos de COVID-19, 46 casos; Revisão do Guia de Orientação sobre o COVID-19; Realização de mapeamento dos casos de COVID-19 na instituição. Total de participantes: 634; Reformulação do Projeto ativamente, com contratação de educadora física; Levantamento dos afastamentos por motivo de saúde e identificação de incongruências que estão em análise.
Frente: Campanhas e Sensibilização	Palestra sobre Setembro Amarelo; Campanha de Natal: Faça uma terceira pessoa feliz – arrecadação de alimentos e brinquedos aos(as) servidores(as) terceirizados(as);	Campanha de Doação de Sangue pelo Programa Renascer; Campanha Saúde e Trabalho Remoto – Dicas de Saúde; Campanha Setembro Amarelo – Valorização da Saúde Mental do Trabalhador: “Que o Amarelo Faça Florir” por meio da realização duas lives e	Realização de campanhas mensais de promoção da qualidade de vida no trabalho, envolvendo as seguintes temáticas: prevenção LER e DORT, saúde da mulher trabalhadora, mês da saúde; prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, uso consciente da tecnologia, trabalho de forma segura, saúde mental, trabalhador com deficiência, práticas antirracistas e

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Qualidade de Vida – Vida Plena)			
		posts educativos; Sensibilização ao uso de máscara; Campanha de Natal Faça uma terceira pessoa feliz – arrecadação de cesta básica aos(as) servidores(as) terceirizados(as).	Natal. Total de campanhas: 11.
Outras Atividades	Pesquisa de clima organizacional, realizada em duas etapas; Visitas institucionais para conhecer experiências de práticas na área de qualidade de vida no trabalho; Participação em evento referente à temática; Apoio ao Projeto Dialogar, que visa a autocomposição das infrações disciplinares e conflitos internos no âmbito do MPMT, em andamento; Aplicação de questionário para levantamento de demandas a fim de subsidiar as ações do programa; Contratação de prestação de serviço de coffee break para atividades do programa;	Elaboração do plano de ação e monitoramento do planejamento estratégico do Programa Vida Plena; Apoio técnico à comissão do concurso – oficina sobre heteroidentificação; Parecer sobre atuação do profissional de Psicologia para o edital de licitação do projeto AtivaMente; Análise da pesquisa de clima organizacional; Pesquisa sobre as condições do trabalho remoto no contexto de pandemia; Apoio técnico à COGER na elaboração do plano de ação e monitoramento do planejamento estratégico;	Implementação do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena, conforme Ato Administrativo nº 957/2020 e 1.050/2021; Elaboração da Carta de Serviço do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena; Apoio técnico na formação dos novos promotores de justiça. Total 12 promotores; Elaboração de consulta pública sobre igualdade de gênero na instituição; Apoio técnico à Coger junto ao PEI – macroação desenvolver medidas de avaliação e acompanhamento das condições de saúde dos membros; Elaboração e divulgação de campanha de enfrentamento ao assédio moral e sexual no mês de maio e instituição de Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Laboral, ao Assédio Moral e Sexual e Todas as Formas de Discriminação, por meio do Ato Administrativo nº 1.057/2021; Construção de estratégias de gestão do teletrabalho, por meio do apoio técnico à comissão, com destaque à alteração do Manual do Teletrabalho e do Ato Administrativo nº 1.041/2021-PGJ que condiciona o encerramento do teletrabalho após manifestação da equipe multiprofissional daqueles que por ela foi recomendado a modalidade de teletrabalho; Apoio técnico ao Comitê de Promoção da Igualdade Institucional;

Produtividade – Resultado das atividades principais desenvolvidas pela Unidade (Programa Qualidade de Vida – Vida Plena)			
			Elaboração de levantamento do perfil dos trabalhadores com deficiência no MPMT. Total de participantes: 31; Apoio técnico ao projeto de autocomposição do MPMT;

Fonte: Dados internos do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena.

Tabela 6 - Atividades Assessoria Jurídica - Promotorias Auxiliares

Atividades da Assessoria Jurídica	2020	2021
Certidões/Termo de Informação	51	422
Comunicações Interna	29	26
Decisões e Despachos	1.508	1.626
Despachos Avulsos	53	131
Minutas de Atos Administrativos/Portarias/Resoluções	5	9
Ofícios	47	56
Termo de Referências	2	1
Movimentos nos Procedimentos disciplinares	86	65
Pesquisas e outras atividades	5	10

Fonte: Dados internos do Gabinete das Promotorias Auxiliares e GEDOC

4.2.3 Planejamento Estratégico 2021

4.2.3.1 Macroação: Implementar a Gestão Por Competência

- Conclusão do Curso de Pós-Graduação – capacitação competências gerenciais;
- Capacitação das lideranças dos departamentos da PGJ – capacitação competências gerenciais;
- Capacitação dos novos promotores de justiça – capacitação competências gerenciais e específicas;
- Continuidade da capacitação das competências comuns, de forma virtual, ante a impossibilidade de realizar atividades presenciais devido a pandemia.

4.2.3.2 Macroação: Promover a Qualidade de Vida no Trabalho

- Implementação do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena, conforme Ato Administrativo nº 957/2020 e 1.050/2021;
- Elaboração da Carta de Serviço do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena;
- Criação de link do programa Vida Plena no site do MPMT;
- Realização de atendimento psicossocial online e presencial;
- Reformulação do Projeto ativamente, com contratação de educadora física;
- Elaboração e divulgação de campanha de enfrentamento ao assédio moral e sexual no mês de maio e construção da Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Laboral, ao Assédio Moral e Sexual e Todas as Formas de Discriminação, por meio do Ato Administrativo nº 1.057/2021;
- Construção de estratégias de gestão do teletrabalho, por meio do apoio técnico à comissão;
- Levantamento dos afastamentos por motivo de saúde e identificação de incongruências que estão em análise;
- Elaboração de consulta pública sobre igualdade de gênero na instituição;
- Apoio técnico à Coger junto ao PEI – macroação desenvolver medidas de avaliação e acompanhamento das condições de saúde dos membros;
- Realização de campanhas mensais de promoção da qualidade de vida no trabalho, envolvendo as seguintes temáticas: prevenção LER e DORT, saúde da mulher trabalhadora, mês da saúde; prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, uso consciente da tecnologia, trabalho de forma segura, saúde mental, trabalhador com deficiência, práticas antirracistas e Natal;
- Realização do evento alusivo ao Dia do Servidor Público;
- Atividade de integração com as lideranças dos departamentos da PGJ;

- Atividade de integração online com os (as) servidores (as) dos polos;
- Atividade de integração e apoio à gestão de pessoas às unidades ministeriais;
- Apoio técnico na formação dos novos promotores de justiça;
- Apoio técnico no planejamento do espaço Vida Plena nas unidades ministeriais;
- Apoio técnico ao Comitê de Promoção da Igualdade Institucional;
- Realização de mapeamento dos casos de COVID-19 na instituição;
- Elaboração de levantamento do perfil dos trabalhadores com deficiência no MPMT;
- Apoio técnico ao projeto de autocomposição do MPMT (área meio);
- Revisão do Guia de Orientação sobre o COVID-19;
- Apoio técnico na aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC).

4.2.4 Iniciativas de Destaque no ano de 2021

- Implementação do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena, conforme Ato Administrativo nº 957/2020 e 1.050/2021;
- Elaboração da Carta de Serviço do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena e criação do Link do Núcleo no site do MPMT: <https://mpmt.mp.br/vidaplena>; e <https://mpmt.mp.br/vidaplena/1102/carta-de-servicos>
- Construção da Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Laboral, ao Assédio Moral e Sexual e Todas as Formas de Discriminação, por meio do Ato Administrativo nº 1.057/2021: <https://mpmt.mp.br/conteudo/58/107231/lancamento-de-ato-contra-violencia-laboralmarca-comemoracao-no-mpmt>; <https://www.youtube.com/watch?v=waCTxTW-MjE>

- Reformulação do Comitê de Promoção à Igualdade Institucional – Ato Administrativo nº 1022/2021-PGJ e designação de novos membros Portaria nº 463/2021-PGJ e 629/2021-PGJ;
- Instituição do Programa de Gestão Socioambiental do MPMT – Ato Administrativo nº 1036/2021-PGJ e designação de novos membros Portaria nº 376/2021-PGJ e 504/2021-PGJ;
- Instituição do Programa Dialogar no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, voltado à aplicação de métodos autocompositivos como solução alternativa nos incidentes disciplinares de natureza leve dos servidores da instituição – Ato Administrativo nº 1001/2021-PGJ;
- Instituição do Núcleo Estadual de Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Ato Administrativo nº 1049/2021-PGJ;
- Aprovação da Resolução nº 091/2021 do CSMP que define os critérios para apuração do merecimento dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso para fins de movimentação na carreira:

<https://mpmt.mp.br/conteudo/58/108919/resolucao-com-indicadores-para-movimentacao-na-carreira-e-publicada>

4.3 SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

4.3.1 Composição

Tabela 7: Composição SubProcuradoria-Geral de Justiça Administrativa

CARGO	MEMBRO
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa	Esther Louise Asvolinsque Peixoto
Assessora Especial	Stelida Regina Marcon
Oficiais de Gabinete	Andre Luis Rossa Luz
	Armando José Carneiro
	Fernando Pereira Santos
	Gabriel de Moraes Sousa
	Thais Campos de Almeida

Desde o dia 1º de março de 2019, o cargo é exercido pela Procuradora de Justiça Eunice Helena Rodrigues de Barros, sendo que a partir de 10 de fevereiro de 2021, através da Portaria nº 080/2021-PCJ, passou a ser ocupado pela Procuradora de Justiça Esther Louise Asvolinsque Peixoto, cujas atribuições envolvem decisões relacionadas a:

- Gestão de termos de cooperação e congêneres, além de contratos administrativos e gestão patrimonial;
- Gestão de pessoas, como nomeação e exoneração de cargos comissionados, solicitações funcionais de membros, concessão de benefícios previdenciários (averbações, aposentadorias), instauração de processos disciplinares e aplicação de penalidades (exceto de demissão);
- Gestão orçamentária e patrimonial;
- Coordenação e acompanhamento das atividades técnicas e administrativas das unidades subordinadas;

- Análise de requerimentos e sugestões relacionadas a execução das atividades do MPMT,

4.3.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade no ano de 2021

Tabela 8: Produtividade Subprocuradoria-Geral Administrativa

Atividade	Quantidade
Certidões	-
Comunicação Interna	11
Decisões	4952
Despachos	1096
Despacho Avulso	37
Minutas de Atos/Portarias	-
Ofícios	72
Termos de Referência	-
Portarias/ Atos Administrativos	1306
Ata de reunião	-
Notificações	329
Termo de compromisso (afastamento de servidores para curso)	3
Termo de Classificação de Informação - TCI	33
Termo de Ajustamento de Conduta Funcional - TACF	2
Extrato de publicação do TACF	2
SIMP	9
TOTAL	7.852

Fonte: SubProcuradoria-Geral Administrativa

4.4 SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Compete à Secretaria dos Órgãos Colegiados secretariar as atividades do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do MPMT, exercendo atividades tais como:

- Elaboração de Editais de Remoção/Promoção;
- Elaboração de Atos de Remoção; elaboração de Atas e Pautas das Reuniões do CSMP e do CPJ; elaboração de Resenhas de Julgamento;
- Elaboração de Certidões quando solicitadas; publicações de Atas e Pautas no Site do MPMT;
- Envio de documentos para publicação no Diário Eletrônico do MPMT;
- Encaminhamento de pautas e atas por e-mail aos membros do CSMP;
- Distribuição dos processos, entre outras.

4.4.1 Composição

Tabela 9 - Composição Órgãos Colegiados

CARGO	MEMBRO
Supervisora Administrativa	Érica de Azevedo Watzel
Técnica Administrativa	Letícia Merini de Oliveira Tamura
Recepcionista	João Victor de Barros

4.4.2 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é o Órgão de Administração Superior do Ministério Público, composto por todos os Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. O Colégio se reúne, ordinariamente, todas as primeiras quintas-feiras de cada mês e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus integrantes. Compete ao Colégio opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público e outras de interesse institucional e, ainda, propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.

As Instâncias de governança foram instituídas pela Resolução nº 141-CPJ/MPE/MT - de 07 de dezembro de 2017, conforme Art. 3º, sendo o Colégio de Procuradores de Justiça a instância máxima de governança, cabendo aos demais órgãos citados no presente capítulo a atribuição de seu auxílio de forma direta ou indireta. Suas competências constam do Art. 4º da Resolução nº 141-CPJ/MPE/MT - de 07 de dezembro de 2017.

4.4.2.1 Composição

Tabela 10 - Membros do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso

Membros do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso	
Dr. José Antônio Borges Pereira	Dra. Naume Denise Nunes Rocha Muller
Dr. Luiz Eduardo Martins Jacob	Dr. Élio Américo
Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe	Dr. Gill Rosa Fechtner
Dr. Domingos Sávio de Barros Arruda	Dra. Silvana Correa Vianna
Dr. Benedito Xavier de Souza Corbelino	Dr. João Augusto Veras Gadelha
Dr. José Basílio Gonçalves	Dr. Flávio Cezar Fachone
Dra. Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres	Dr. José Noberto de Medeiros Junior
Dr. Hélio Fredolino Faust	Dr. Jorge da Costa Lana

Membros do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso	
Dr. João Batista de Almeida	Dr. Marcelo Ferra de Carvalho
Dra. Dalva Maria de Jesus Almeida	Dra. Ana Cristina Bardusco Silva
Dr. Paulo Ferreira Rocha	Dra. Rosana Marra
Dra. Mara Lúcia Pires de Almeida Barreto	Dr. Roosevelt Pereira Cursine
Dra. Eunice Helena Rodrigues de Barros	Dra. Esther Louise Asvolinsque Peixoto
Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado	Dr. Gerson Natalício Barbosa
Dra. Kátia Maria Aguilera Rísoli	Dr. Amarildo Cesar Fachone
Dr. José Zuqueti	Dr. Ezequiel Borges de Campos
Dr. Edmilson da Costa Pereira	Dr. Roberto Aparecido Turin
Dr. José de Medeiros	

4.4.3 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, órgão da administração superior do Ministério Público, é composto por 11 (onze) membros, sendo 02 (dois) natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral e 09 (nove) Procuradores de Justiça eleitos pelo voto de todos os membros da instituição. As atribuições do Conselho Superior, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 31 da Lei Complementar nº 416/2010. Os conselheiros reúnem-se, ordinariamente, sempre na primeira segunda-feira de cada mês, às 9:00 horas (com exceção do mês de janeiro). A organização, funcionamento, bem como o processo de julgamento dos feitos de competência do Conselho Superior estão disciplinados no seu Regimento Interno – Resolução nº 33/2012 CSMP MT.

4.4.3.1 Composição

Tabela 11 - Membros do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso – Biênio 2021-2023

Membros do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso – Biênio 2021-2023	
Dr. José Antônio Borges Pereira	Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado
Dr. Hélio Fredolino Faust	Dra. Rosana Marra
Dr. Marcelo Ferra de Carvalho	Dr. Edmilson da Costa Pereira
Dr. Flávio Cezar Fachone	Dr. Domingos Sávio de Barros Arruda
Dr. Luiz Eduardo Martins Jacob	Dra. Ana Cristina Bardusco Silva
Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe	

4.4.4 Iniciativas de Destaque no ano de 2021

- Implantação do Aplicativo SMC (Sistema de Movimentação na Carreira).

4.5 CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.5.1 Composição

- Implantação do Aplicativo SMC (Sistema de Movimentação na Carreira).

Tabela 12: Composição Corregedoria Geral do Ministério Público

Cargo	Nome
Corregedor-Geral	Hélio Fredolino Faust
Corregedor Geral Adjunto	João Augusto Veras Gadelha
Promotor de Justiça – Assessor do Corregedor	Regilaine Magali Bernardi Crepaldi
	Wesley Sanchez Lacerda
Chefe de Gabinete	Paula Lima Côrrea Ribeiro
Assessora Especial	Heloísa Raquel Simião

4.5.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade

- Foram realizadas 31 correições nas Procuradorias de justiça, 17 nas Promotorias de entrância inicial, 02 nas de entrância intermediária, 57 nas de entrância final e ainda 02 em órgãos auxiliares perfazendo um total de 109 intervenções correicionais realizadas por esta Corregedoria no período de março a novembro de 2021;
- Foram instaurados 03 (três) procedimentos administrativos decorrentes das inspeções realizadas;
- Apreciação, mediante delegação do PGJ através da Portaria nº 335/2011-PGJ, de todos os procedimentos referentes a pedidos de férias, licenças e afastamentos eventuais, formulados pelos membros do Ministério Público Estadual, exceção feita aos pedidos formulados pelos próprios membros da COGER;

• Alteração dos seguintes Atos Normativos: 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 84/2021-PGJ/CGMP;

• Expedição das seguintes recomendações: Recomendação nº 001; 002; 003; 004 e 005/2021/CGMP;

• Análise, por e-mail, de dezenas de pedidos de orientação formulados por membros e servidores a respeito de lançamentos no Sistema Integrado do Ministério Público/SIMP, nos casos em que as dúvidas não eram de natureza estritamente informática, autorizando então, quando necessário, que ajustes fossem realizados pelo DTI nos registros eletrônicos de processos e procedimentos, em atendimento ao que dispõe o Ato n. 37/2015 – CGMP;

• Prestação de informações ao Conselho Superior do MP/MT acerca da atuação funcional dos membros candidatos à mobilidade na carreira, seja ela remoção por permuta ou ainda remoção ou promoção por merecimento e antiguidade;

• Acompanhamento do estágio probatório de 12 Promotores de Justiça Substitutos;

• Análise e validação dos Relatórios de Inspeção – Controle Externo da Atividade Policial;

• Análise e validação do Relatório de Visita a Estabelecimento Institucional da Infância;

• Análise do Relatório de Inspeção a Estabelecimento Penal;

• Análise dos Relatórios de Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI's);

• Expedição, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, o Ato Normativo Conjunto nº 058/2018/PGJ/CGMP, que disciplina a inspeção das entidades de acolhimento de pessoas em situação de rua, instalados nos municípios inseridos em suas atribuições.

Outras Atividades desenvolvidas pela COGER:

Tabela 13: Atividade Desenvolvidas Pela COGER

Reclamações Disciplinares						
	Vindos 2020	Instaurados 2021	Arquivados	Geraram Sindicância	Geraram PAD	Em Andamento
Reclamações Disciplinares	3	19	22	1	0	0
Sindicâncias	0	3	3	0	0	0
Transações Disciplinares						
Vindos de2020	Instaurados 2021	Homologação CSMP	Rejeição homologação CSMP	Cumprimento da transação disciplinar	Não cumprimento da transação disciplinar	Em andamento
-	1	1	0	1	0	0
Outros Procedimentos						
	Vindos de2020	Instaurados 2021	Encerrados	Em Andamento		
Gestão Administrativa	3	13	12	4		
Estágio Probatório	0	1	0	1		
Controle e Fiscalização	4	4	3	5		
Total	7	18	15	10		
Procedimentos de Natureza Disciplinar						
Tipos de Procedimentos	Vindos 2020	Instaurados 2021	Encerrados	Em Andamento		
Reclamações Disciplinares	3	19	22	0		
Sindicâncias	0	3	3	0		
Processos Administrativos Disciplinares	0	0	0	0		
Total	3	22	25	0		

Fonte: COGER

5 • ÁREA FINALÍSTICA

A partir das atribuições constitucionais da Instituição, do seu Planejamento Estratégico e da Resolução n.º 132/2017-CPJ, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso atua de forma especializada em 5 principais áreas, estruturadas a partir das Procuradorias de Justiça Especializadas:

Tabela 14 - Procuradores de Justiça das Procuradorias Especializadas

Procuradoria Especializada	Procurador (a) de Justiça
Criminal	Wesley Sanchez Lacerda
Defesa da Probidade e do Patrimônio Público	Edmilson da Costa Pereira
Defesa da Criança e do Adolescente	Paulo Roberto Jorge do Prado
Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística	Luiz Alberto Esteves Scaloppe
Defesa da Cidadania e Consumidor	Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos

Dentre as atribuições das Procuradorias de Justiça Especializadas, destacam-se: a coordenação do Planejamento Estratégico, e as ações para definição de indicadores de resultado; elaborar e coordenar, com apoio do CEAF, programas de capacitações e treinamento para membros e servidores; acompanhar Projetos de lei e participar de discussões junto ao Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em matérias que tenham relevância institucional. Além de, com o Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral, os membros Titulares das Procuradorias Especializadas, compõem o Comitê de Gestão Estratégica, com a finalidade de planejar, coordenar, promover, orientar e avaliar as atividades relativas às ações estratégicas.

5.1 PROCURADORIA ESPECIALIZADA CRIMINAL

Além de coordenar o planejamento estratégico para área criminal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a Procuradoria Criminal Especializada tem por atribuição manifestar-se nos feitos que tramitam perante a Turma de Câmaras Criminais Reunidas, bem como naqueles que envolvem o crime organizado, em todo o estado, interpondo os recursos necessários e respondendo os recursos decorrentes das mencionadas demandas.

5.1.1 Composição

Tabela 15 - Composição Procuradoria de Justiça Especializada Criminal

CARGO	NOME
Promotor de Justiça Designado	Wesley Sanchez Lacerda
Assessor Especial	Jorgina de Fátima Marcondes Guidio
Assessor de Procurador	Thiago Coelho Magalhães

5.1.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade

Durante o ano de 2021, a Procuradoria Criminal Especializada desempenhou diversas ações contributivas para a consecução de suas atribuições destacando-se a sua participação nas reuniões dos Polos de Juína, Tangará da Serra, Barra do Garças e Alta Floresta e reuniões para implementação do Núcleo da Vida em Barra do Garças, Cáceres, Primavera do Leste, Sorriso, Tangará da Serra e Várzea Grande. Participou, ainda de Reuniões Preparatórias à expedição das Recomendações 001/2021 01/2021/CGMP/PCE e 03/2021/CGMP/PCE, a exemplo daquela ocorrida em 05.07.2021, via Microsoft Teams, tendo por Tema o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) – objetivo estratégico 02 – macroação 01 – Gestão de Processos de Tráfico de Drogas.

Foram expedidas as Recomendações Conjuntas 01/2021/CGMP/PCE e 03/2021/CGMP/PCE versando sobre o Planejamento Estratégico Institucional – Criminal – Gestão das Ações de Tráfico de Drogas e o Fomento à Ressocialização dos Reeducandos por intermédio de parcerias interinstitucionais, respectivamente. Expediu ofícios diversos, destacando-se aqueles destinados à orientação para implementação da Recomendação Conjunta nº 01/2021/CGMP/Procuradoria Criminal Especializada – Planejamento Estratégico Institucional Criminal – Gestão das Ações de Tráfico de Drogas e Implementação do Núcleo da Vida. Participou de visitas no Centro de Ressocialização.

5.1.3 Iniciativas de Destaque Realizadas no Ano de 2021

A remessa das Recomendações Conjuntas 01/2021/CGMP/PCE e 03/2021/CGMP/PCE versando sobre – Gestão das Ações de Tráfico de Drogas e Fomento à Ressocialização dos Reeducandos por intermédio de parcerias interinstitucionais, pois, apesar de preparatórias, impulsionaram o Planos de Ação e os Projetos referentes ao Planejamento Estratégico Institucional.

5.1.4 Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área

De acordo com os dados extraídos do Portal SAE, as Promotorias de Justiça atuantes na área Criminal envolvidas com a implementação da Gestão das Ações de Tráfico de Drogas e do Núcleo da Vida, sua produtividade em relação às atividades extrajudiciais resultou num total de 1.596 (mil quinhentos e noventa e seis) atividades não procedimentais, subdivididas da seguinte forma: Alta Floresta: 08 (oito) ações sendo uma palestra; Barra do Garças: 212 (duzentos e doze) ações; Cáceres: 146 (cento e quarenta e seis ações; Juína: 155 (cento e cinquenta e cinco); Primavera do Leste: 311 (trezentos e onze); Sorriso: 8 (oito) sendo uma palestra; Tangará da Serra: 330 (trezentos e trinta) e Várzea Grande: 426 (quatrocentos e vinte e seis), sendo uma palestra.

5.1.5 Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área

De acordo com os dados extraídos do Portal SAE, as Promotorias de Justiça atuantes na área Criminal envolvidas com a implementação da Gestão das Ações de Tráfico de Drogas e do Núcleo da Vida, produziram em 2021:

Tabela 16 - Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça Criminais

Movimento	2019	2020	2021
Petições Iniciais	301	214	124
Denúncias	21.406	10.269	4.543
Arquivamento	13.931	6.560	4.611
Razões e Contrarrazões de Recursos	7.393	5.643	1.506
Alegações Finais	13.252	5.361	2.524
Acordos de Não Persecução Penal	-	-	906
Representações	12	5	19
Sessões do Plenário do Júri	769	148	108
Audiências	43.762	11.549	6.797
Portarias	73	110	28
Pedidos de Progressão/Regressão em PEP	2.320	2.414	613
Recomendações	13	19	4
Remissões	19	8	28
Réplicas a Contestação	496	311	125
Requerimento de Medida Protetiva	16	6	11
Inspecções e Vistorias	34	1	8

Fonte: SAE

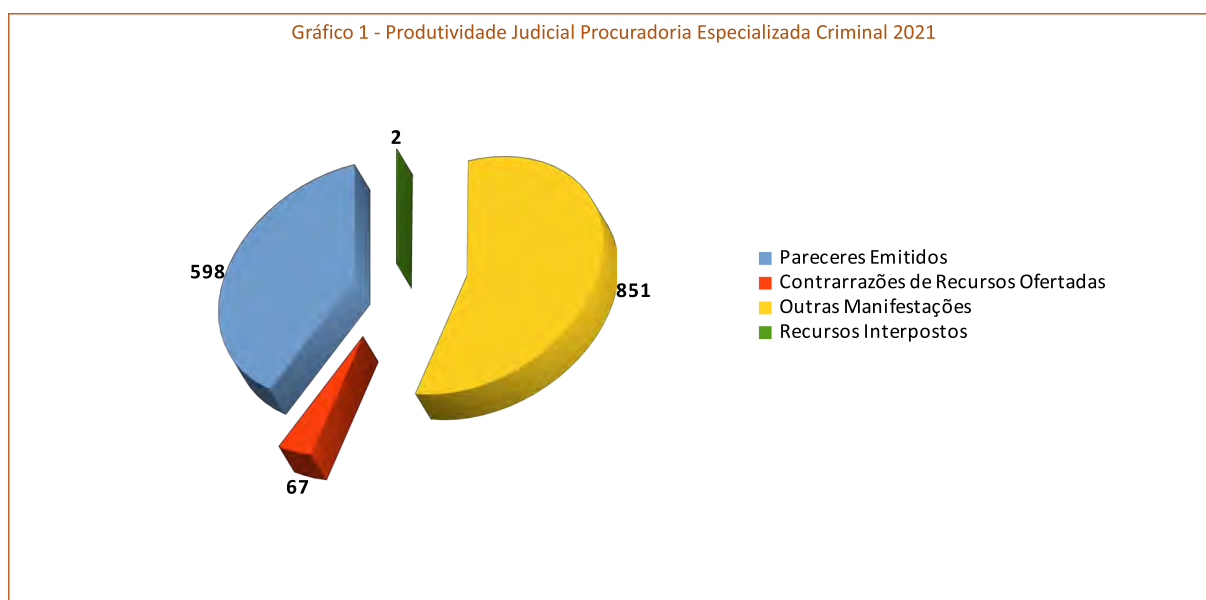
5.1.6 Dados da Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada

Conforme dados extraídos do SIMP – Sistema de Informações do Ministério Público, a Procuradoria Criminal Especializada recebeu e analisou 1.872 processos, sendo 1.848 no formato eletrônico e 24 no formato físico. Foram devolvidos 08 feitos eletrônicos para redistribuição. Os demais foram tramitados com inserção de peças ou Ciências e devolvidos via Sistema de Informações do Ministério Público – SIMP. Além dessas atividades a Procuradoria Especializada realizou no ano de 2021:

- Confecção e atualização de Planilhas de Recebimento e Devolução dos feitos judiciais;
- Confecção e atualização de Relatório de Recebimento e Devolução dos feitos Extrajudiciais;
- Leitura de mensagens eletrônicas enviadas à Unidade com encaminhamento ou resposta aos respectivos e-mails;
- Preenchimento de Relatórios mensais e anuais relativos ao Planejamento Estratégico e ao Orçamento da Unidade;
- Atendimento de ligações telefônicas de cunho institucional;
- Solicitação/Recebimento e conferência de material de expediente e de Material Permanente;
- Acompanhamento para realização de Inventário Anual;
- Atendimento pessoal e de ligações telefônicas de Membros, Funcionários e Público em geral, com solicitações diversas;
- Encaminhamento ao CRH das Folhas de Ponto dos servidores da Procuradoria;
- Participação em Reuniões;
- Participação em Cursos (quando recomendado).

5.1.7 Dados da Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada

As estatísticas extraídas do SIMP – Sistema de Informações do Ministério Público, demonstram que a Procuradoria Criminal Especializada tem atuado com eficiência na emissão de Pareceres bem como na interposição e Contrarrazões de recursos tanto quantitativa como qualitativamente. Durante o ano de 2021, tramitaram pela unidade, até o momento, 1.516 feitos judiciais, discriminados conforme gráfico abaixo:



Fonte: SIMP

Obs.: Em face da natureza dos crimes que comumente são objetos dos processos judiciais que aportam na Procuradoria Criminal Especializada (Crime Organizado), os feitos que versam sobre Apelação Criminal envolvem pluralidade de réus, dado esse que envolve tempo superior aos demais feitos na emissão das peças jurídicas que o integram.

5.2 PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA PROIBIDADE E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

A Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público atua na área Judicial e Extrajudicial.

Sendo que, na área Judicial produz pareceres de Apelação, Agravo de Instrumento, Embargos de Declaração, Agravo Interno, Ações Rescisórias, entre outros. Elabora recursos aos Tribunais Superiores e produz relatórios de acompanhamento da produção e resultados das Promotorias de Justiça.

Já no âmbito Extrajudicial faz o acompanhamento dos resultados obtidos pelas Promotorias de Justiça tanto na produção costumeira, quanto nos assuntos relacionados ao Planejamento Estratégico, elabora relatórios, divulga-os e auxilia os órgãos ministeriais no que for solicitado.

Realiza pesquisas, produz materiais, entre outros. Além de elaborar notas técnicas e recomendações.

O titular desta Procuradoria é membro do Conselho Superior, portanto, produz votos para os procedimentos encaminhados para este fim.

5.2.1 Composição

Tabela 17 - Composição Procuradoria Especializada da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público

CARGO	NOME
Procurador de Justiça	Edmilson da Costa Pereira
Assessor Especial	André Leme de Souza
Assessora de Procurador	Daniela Maldonado

5.2.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade

Foram expedidas Recomendações a fim de aprimorar o trabalho já realizado pelas Promotorias de Justiça. São elas:

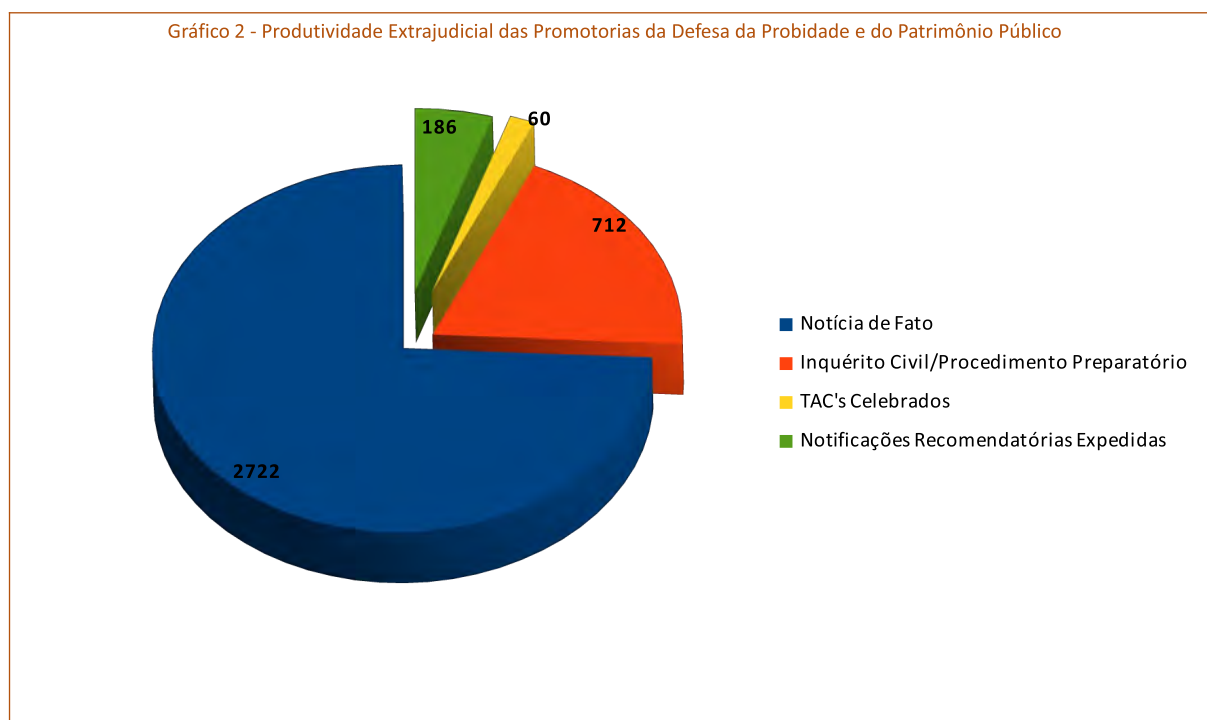
- Recomendação 001/2021: Recomenda a adoção de medidas para conscientização e/ou responsabilização de agentes para promoção de ações voltadas à conservação dos bens públicos; instauração de PA de acompanhamento de políticas públicas para incentivar os agentes públicos a adotar as ações necessárias à conservação e/ou manutenção dos bens públicos; fiscalização da atuação dos entes federativos; incentivo a utilização da ferramenta “Radar de Controle Público: Módulo Obras Paralisadas”, disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE/MT; por fim, cumprimento das metas definidas no PEI 2020/2023;
- Recomendação 002/2021: Recomenda a fiscalização e atuação dos órgãos ministeriais quanto o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em sede de Repercussão Geral, no tocante ao Tema 1010 que trata da criação de cargos em comissão somente para exercício de funções de direção, chefia e assessoramento;
- Recomendação 002/2021: Recomenda a fiscalização e promoção de ações que visem o efetivo cumprimento ao acesso à informação.

A Especializada demonstrou em dados a produção mensal das Promotorias de Justiça, em relação às ações propostas, recursos, inquéritos civis instaurados, reuniões realizadas, entre outros.

5.2.3 Iniciativas de Destaque Realizadas no Ano de 2021

Foram realizadas reuniões por Polos regionais para explanar sobre cada objetivo do Planejamento Estratégico 2020/2023, instruir as medidas que devem ser adotadas para o cumprimento de cada um, além de apresentar dados, sanar dúvidas e fomentar debates sobre atualizações jurídicas da área.

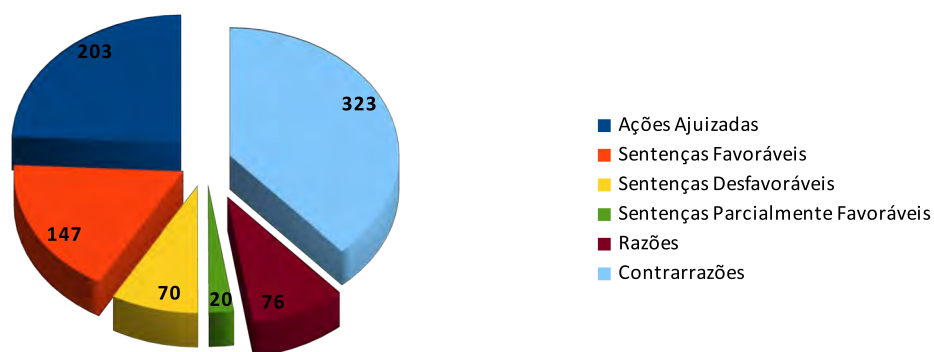
5.2.4 Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área



Fonte: SIMP. Obs. Não é possível dividir por assuntos, pois em grande parte das instaurações são colocados vários assuntos no mesmo procedimento

5.2.5 Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área

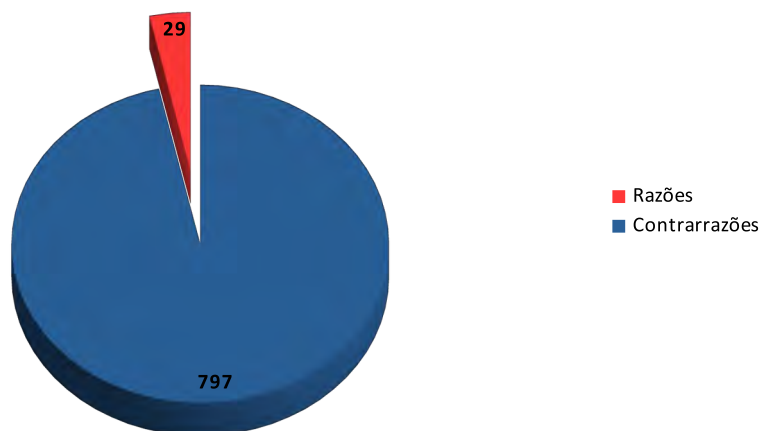
Gráfico 3 - Produtividade Judicial das Promotorias da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público



Fonte: SIMP.

5.2.6 Dados da Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada

Gráfico 4 - Produtividade Judicial da Procuradoria Especializada da Defesa da Probidade e do Patrimônio Público



Fonte: SIMP.

5.3 PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente foi criada com o objetivo de dar maior eficiência às ações do Ministério Público na defesa, principalmente, dos direitos fundamentais infantojuvenis, tendo como norte uma unificação, em segundo grau, dos recursos oriundos da área metaindividual, entre outros.

Assim, incumbe à Procuradoria Especializada coordenar o planejamento estratégico; elaborar projetos especiais; promover, com o apoio do Centro de Aperfeiçoamento Funcional e dos Centros de Apoio Operacional – CAO's da infância e Juventude, da Educação, da Cidadania e dos Direitos Humanos, cursos de capacitação de membros e servidores; estimular e orientar a atuação dos membros do Ministério Público; e funcionar nos recursos judiciais relacionados à infância e juventude, entre outras, conforme disposto no artigo 2.º da Resolução n.º 132/2017 – CPJ.

5.3.1 Composição

Tabela 18 - Composição Procuradoria Especializada da Criança e Adolescente

CARGO	NOME
Procurador de Justiça	Paulo Roberto Jorge do Prado
Assessor Especial	Paulo Ricardo Fortunato
Assessora de Procurador	Gianandrea Ribeiro Betega

5.3.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade

Desenvolvemos, em razão da pandemia, reuniões híbridas e virtuais, objetivando motivar o debate com a comunidade e toda a Rede de Proteção na linha da defesa da doutrina da Proteção Integral dos direitos da criança e do adolescente.

Nesse sentido, realizamos reuniões e rodas de conversa visando socializar os 10 vídeos educativos produzidos pelo Projeto “Prevenção Começa na Escola” desta Procuradoria Especializada, bem como as metas do Planejamento Estratégico Institucional, com forte parceria do CAO da Infância e Juventude, ofertando sugestões e modelos aos colegas que atuam na área da infância e juventude, fortalecendo, também, a parceria e atuação em conjunto com a Procuradoria de Justiça Especializada da Cidadania e Consumidor.

Além disso, assinamos o Termo Aditivo do Acordo Judicial para a construção dos Centros Socioeducativos no Estado de Mato Grosso no dia 14 de setembro de 2021 e realizamos reunião com representantes da Associação para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso – APDM e UNICEF, visando a capacitação e mobilização social para prevenção a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.

5.3.3 Iniciativas de Destaque Realizadas no Ano de 2021

- Webinar Desafios para implantação da Escuta Especializada, do Depoimento Especial e do Fluxograma para Atendimento de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, organizada pela Procuradoria Especializada e CAO da Infância e Juventude, com apoio do CEAJ – Dia 11 de maio às 9 h;



- Webinar APDM – “Vamos fazer bonito?”, organizado pela Associação para Desenvolvimento Social dos Municípios de Mato Grosso – APDM – Dia 18 de maio às 14 h;



- Webinar Direitos Fundamentais em Debate, organizado pela Comissão da Infância e Juventude da OAB Mato Grosso – Dia 31 de agosto às 14h;



- Webinar Roda de Conversa sobre o Planejamento Estratégico Institucional – Direito à saúde mental da criança e do adolescente, organizada pela Procuradoria Especializada, com a Procuradoria Especializada da Cidadania e Consumidor e CAO da Infância e Juventude, com apoio do CEAJ – Dia 18 de outubro às 9 h;

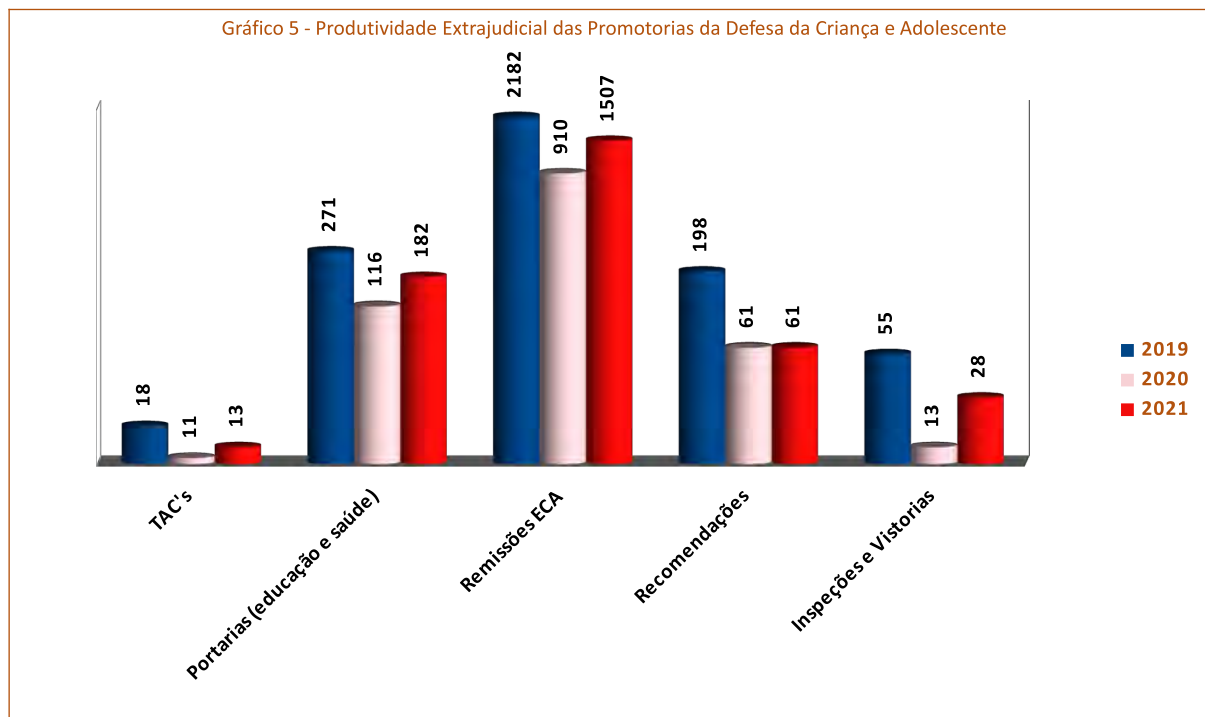


- Audiência Extrajudicial sobre a implantação do CAPS I e CAPS AD no Município de Sinop-MT – Dia 08 de outubro às 14 h;

- Reunião com representantes da Associação para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso – APDM e UNICEF – Dia 29 de novembro às 9 h;

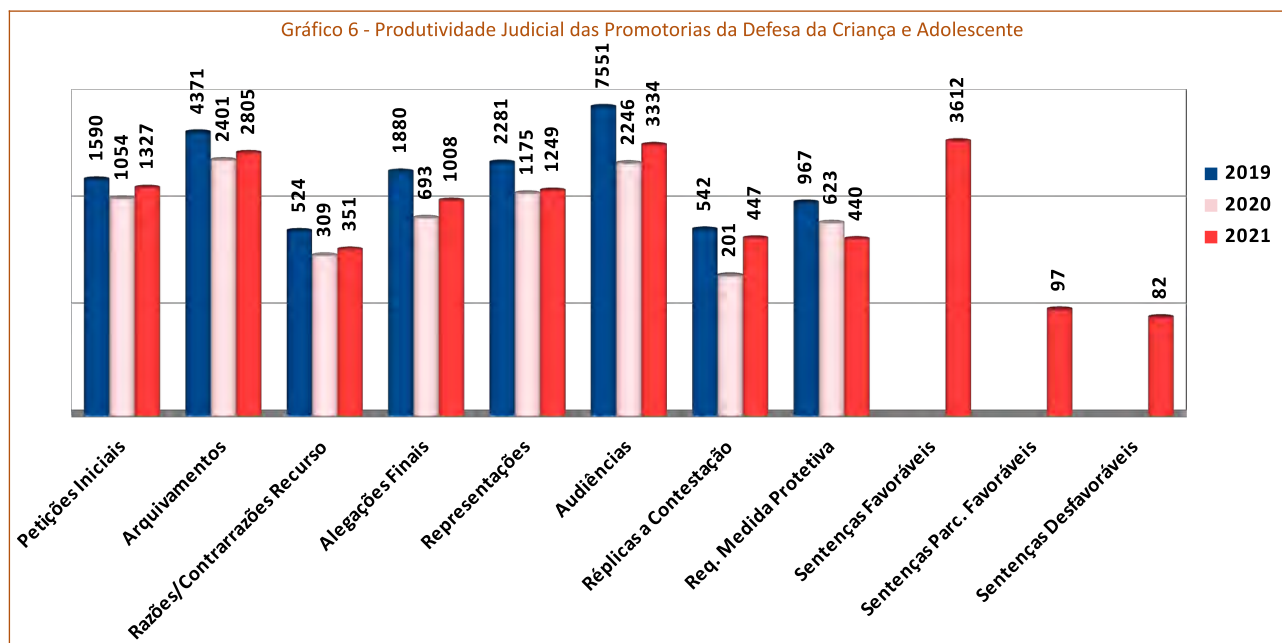
- Lançamento da 4.ª fase do Projeto “Prevenção Começa na Escola” – Inclusão sem discriminação – Dia 06 de dezembro às 14 h.

5.3.4 Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área



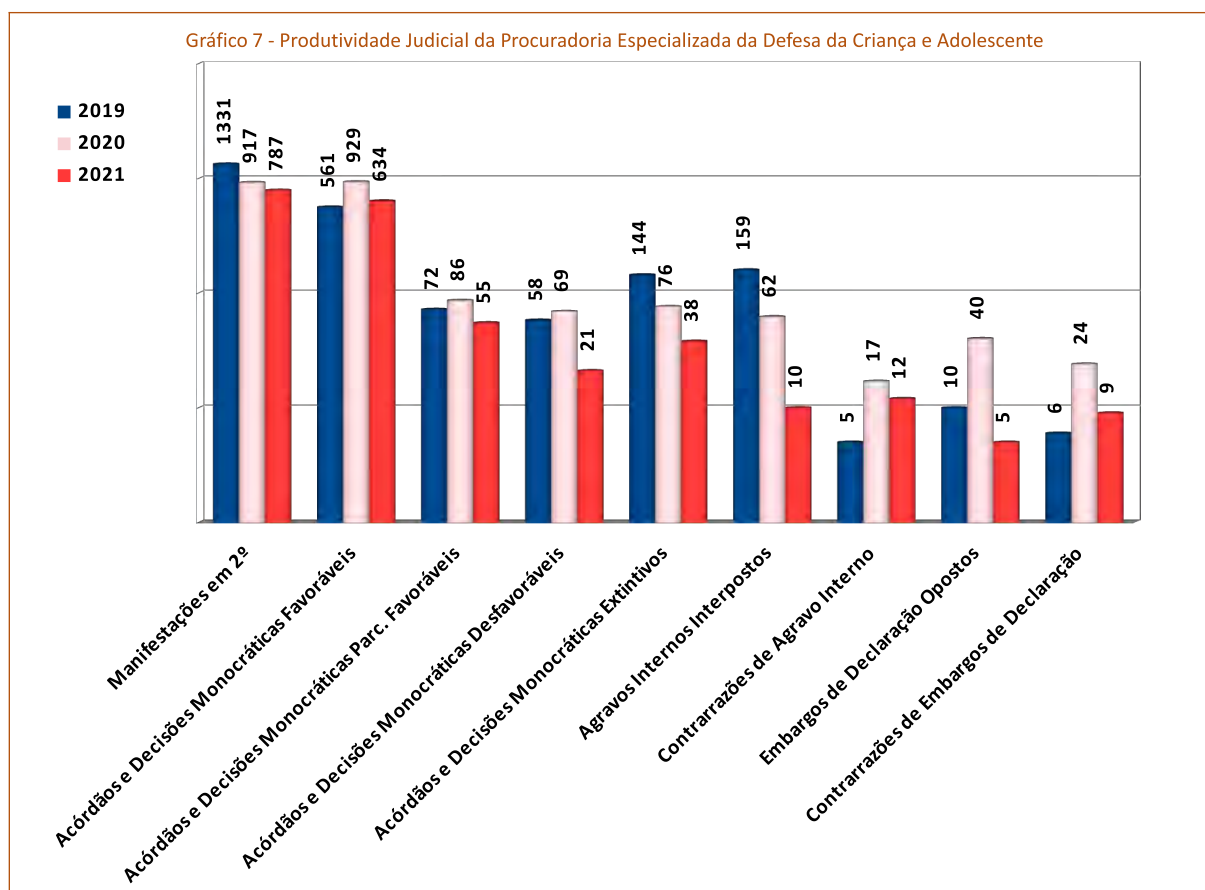
Fonte: SIMP e SAE – Referente ao período de 01/01/2021 à 02/12/2021

5.3.5 Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área



Fonte: SIMP - Referente ao período de 01/01/2021 à 02/12/2021

5.3.6 Dados de Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada



Fonte: SIMP – Referente ao período de 01/01/2021 à 02/12/2021

5.4 PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA AMBIENTAL E DA ORDEM URBANÍSTICA

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito coletivo, difuso e transgeracional, previsto na lei 7.347/1985 e no artigo 225 da Constituição Federal. Além disso, os crimes contra o meio ambiente estão tipificados na lei 9.605/1998. Considerando esta base legal, a atuação dos Ministérios Públicos no meio ambiente se dá principalmente na esfera cível. De forma menos abrangente, a atuação do órgão também se dará na esfera penal, por meio de Ações Civas Públicas incondicionadas com base nos tipos da lei de crimes ambientais.

Na esfera cível na Área de Meio Ambiente, o MPMT encontra vasta atuação no Estado de Mato Grosso. Cabe ao órgão sobretudo a abertura de procedimentos extrajudiciais que visam investigar fatos que dizem respeito à degradação e/ou destruição do meio ambiente e recursos naturais no Estado, tanto nas zonas urbanas quanto rurais. Em Mato Grosso, a maior parte desses fatos envolverá a degradação de vegetação nativa por meio de desmates e queimadas ilegais, visto que o Estado figura no topo da lista de desmatadores no Brasil. Além disso, o MPMT vem tendo atuação marcante na defesa dos recursos hídricos e saneamento básico, recursos pesqueiros, bem como em investigar degradações ambientais causadas pela produção agropecuária, de energia e mineração.

Consequentemente, a atuação judicial do órgão também envolverá temas semelhantes, cabendo destaque nas Ações Civas Públicas movidas em face de degradadores de vegetações nativas, bem como pelos danos causados em empreendimentos energéticos de grande porte.

A estrutura institucional na área ambiental conta com: uma Procuradoria de Justiça Especializada (PJEDAOU); 73 Promotorias de Justiça Cível que atuam na área ambiental; 13 Promotorias de Bacia Hidrográfica (PJBH) com foco em atuação nos recursos hídricos e principais rios das bacias hidrográficas; um núcleo de Promotorias Ambientais sediadas na capital; 2 Centros de Apoio Operacional (CAO) na área de meio ambiente natural e urbanístico e um Centro de Auxílio à Execução Ambiental (CAEX) que produz peças periciais e relatórios técnicos na área.

Recentemente foi criado o Núcleo de Autocomposição, cuja atuação inicial se dará na área de meio ambiente.

Atualmente se encontram em execução quatro projetos institucionais na área: Satélites Alertas, em convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Olhos da Mata; Água para o Futuro e Verde Rio.

5.4.1 Composição

Tabela 19 - Composição Procuradoria Especializada da Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística

CARGO	NOME
Procurador de Justiça	Luiz Alberto Esteves Scaloppe
Assessor Especial	Rafael Vieira Nunes
Assessor de Procurador	Gabriela de Andrade Nogueira Gonçalves

5.4.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade

A atuação da PJEDAOU se deu sobretudo no combate à degradação das vegetações nativas por meio do desmatamento e incêndios florestais ilegais. A sociedade e os elementos ecossistêmicos ainda vêm se recuperando dos graves incêndios florestais de 2020, especialmente no Pantanal, ao passo que o desmatamento no bioma Amazônia continua em franca ascensão desde 2018. Neste contexto, a Procuradoria articulou uma série de esforços internos e externos para mobilizar os Ministérios Públicos, órgãos de controle ambiental e Sociedade Civil no combate aos desmatamentos e incêndios florestais no Estado.

Internamente, a PJEDAOU participou da articulação do Projeto Satélite Alerta, o que incluiu uma série de reuniões entre os Polos de atuação ministerial, bem como no repasse de recursos provenientes do programa REM-MT para auxiliar na execução do programa e na melhoria de alguns sistemas como o SIMP3.0.

A articulação no combate ao desmatamento e incêndios florestais também envolveu capacitação de membros em plataformas e ferramentas de detecção da degradação florestal e desflorestamentos (a). Além disso, tais capacitações também envolveram debates e discussões acerca do código florestal (b), sendo que tais ações culminaram na abertura de Procedimento de Acompanhamento de Políticas Públicas / Políticas Ambientais de Estado especialmente voltado para desmates, queimadas e mudanças climáticas (c).

Externamente, a articulação entre PJEDAOU e o Programa REM-MT, financiado pelo Banco Alemão KFW pode providenciar o repasse de recursos à setores e membros atuantes no combate ao desmatamento. Junto ao MP de Mato Grosso do Sul, buscou-se coordenar as ações contra queimadas no Pantanal (d). Especificamente no tema das queimadas no Pantanal, o titular da Procuradoria moderou o espaço “Queimadas em Biomas Brasileiros” que foi realizado na Câmara dos Deputados e gerou grande repercussão em nível nacional (e). Tal repercussão também abrange ações comunicativas, de sensibilização e educação ambiental como a participação no programa “Profissão Repórter” que mostrou o trabalho do MPMT e da PJEDAOU, bem como de outros setores, no combate aos incêndios florestais (f).

A articulação externa da Procuradoria também se deu com outros Ministérios Públicos por meio de reuniões em âmbito nacional, organizadas e viabilizadas pela Associação Brasileira dos Ministérios Públicos Ambientais (ABRAMPA) (g), com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e também com órgãos de controle estaduais e federais, especialmente no acompanhamento do Estado na tomada de providências para evitar o ilícito ambiental contra os campos e florestas.

Outros posicionamentos e ações de destaque da Procuradoria são: posicionamento conjunto com o Procurador-Geral sobre crítica ao projeto de lei que prevê mineração em reservas legais (h); o auxílio nas ações de interiorização do projeto Água para o Futuro (i); ação em conjunto com outros órgãos ministeriais, judiciários e

de controle na questão da Baía de Chacororé (j); constante participação em 2021 do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Conselho Estadual de Pesca.

Na atuação judicial, merece destaque o posicionamento da PJEDAOU em reforçar a importância das imagens de satélite e outros dados georreferenciados como prova material do ilícito ambiental contra florestas e outras vegetações nativas. Na atuação no CSMP, o titular da Procuradoria defendeu a adoção de critérios objetivos e diretos para evitar a adoção de valores ínfimos na celebração de Termos de Ajustamento de Conduta que envolvam desmatamentos.

Em relação aos convênios e cooperações firmadas, seguiu em 2021 o repasse de recursos do programa REM-MT, a vigência do Acordo de Cooperação Técnica 30/2018 entre INPE e PGJ e a iminência da assinatura de um termo de cooperação técnica entre Instituto do Homem e Amazônia (IMAZON) e a PGJ. Em 2021, a PJEDAOU também esteve envolvida nas atividades e capacitações previstas pela Plataforma Brasil Mais / PFSSCON (Portaria MJSP 535/2020) que disponibiliza ao MPMT o acesso de dados de desmatamento e queimadas em tempo real por meio de uma plataforma digital (k). Em âmbito estadual, o titular da PJEDAOU integrou as reuniões do Comitê Estratégico para o Combate do Desmatamento Ilegal (CEDIF) (l).

Em relação às articulações com o Conselho Nacional do Ministério Público, a PJEDAOU contribuiu com diversos tipos de informações, das quais se destacam: providências para inserção de coordenadas geográficas dos danos ambientais no sistema SAMP; sugestões de atuação na questão dos recursos hídricos e elaboração de Relatório da Força Tarefa de MP's da Amazônia Legal contra o desmatamento ilegal, estabelecida internamente pela Portaria nº 671/2020-PGJ.

5.4.3 Iniciativas de Destaque no Ano de 2021

- Rodadas de capacitação das Promotorias de Justiça de Bacia Hidrográfica: <https://mpmt.mp.br/conteudo/58/98819/rodade-capacitacoes-e-retomada-na-proxima-sexta-feira-9;>



- Lançamento de relatório conjunto com MPMS sobre incêndios florestais no Pantanal: <https://mpmt.mp.br/conteudo/732/100008/relatorio-aponta-que-quase-60-dos-focos-de-incendios-no-pantanal-em-2020-tem-probabilidade-de-ligacao-com-atividades-agropastoris;>
- Contribuição no lançamento da plataforma “Amazônia em Foco: Estratégias e Ferramentas para o MP”, com posicionamento do titular da Procuradoria e relatório da atuação do MPMT no combate degradação florestal: [https://abrampa.org.br/abrampa/uploads/images/conteudo/Boletim%20Informativo%2003.pdf;](https://abrampa.org.br/abrampa/uploads/images/conteudo/Boletim%20Informativo%2003.pdf)
- Moderação da mesa “Queimadas nos biomas brasileiros” facilitada pela Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/63192;>
- Participação no programa “Profissão Repórter” sobre incêndios no Pantanal: <https://globoplay.globo.com/v/9901241/?s=0s;>
- Abertura de Procedimento de Acompanhamento de Política Ambiental de Estado (SIMP 000005-095/2021) no tema de desmatamento, incêndios e mudanças climáticas;
- Construção do Núcleo de Autocomposição civil, com atuação inicial destacada na área ambiental.

5.4.4 Dados da Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área

A tabela abaixo demonstra dados da produtividade Extrajudicial das Promotorias na área “meio ambiente natural”.

Tabela 20 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias na área “meio ambiente natural”

Temas (taxonomia SIMP)	NF	PP	IC	TAC	PAAI	PAPP	PAAT	PANIC	PATII
Agrotóxicos	2	-	6	1	-	-	1	-	-
Área de Preservação Permanente	51	14	67	21	10	1	14	1	-
Fauna	20	3	7	11	-	1	11	1	-
Flora	141	101	167	99	-	2	62	2	-
Gestão e administração ambiental	8	1	8	10	-	4	8	5	1
Licença ambiental	16	-	9	6	-	-	2	-	-
Mineração	9	1	8	3	-	-	3	-	-
PEI - Fomento à implementação dos Centros de Triagem e de Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS)	-	-	-	-	-	-	1	-	-
PEI - Fomento da fiscalização de poluição dos recursos hídricos e preservação de nascentes	13	3	16	7	-	12	-	4	1
PEI - Fortalecimento da atuação das Promotorias de Bacia Hidrográfica	1	1	2	-	5	2	1	-	-
PEI - Fortalecimento do combate ao desmatamento e queimadas ilegais	570	38	642	120	2	3	61	8	1
Poluição	11	1	24	5	1	1	5	1	-
Produtos Controlados / Perigosos	1	-	-	-	2	2	2	2	-
Recursos Hídricos	13	1	15	5	-	-	1	-	-
Reserva Legal	4	-	2	1	-	-	1	1	-
Saneamento	5	-	1	1	-	2	-	-	-
Unidade de Conservação da Natureza	-	-	2	3	-	-	-	-	-
Zoneamento Ecológico e Econômico	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	866	164	976	293	20	30	173	25	3

Legenda: NF (Notícia de Fato), PP (Procedimento Preparatório), IC (Inquérito Civil), TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), PAAI (Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições), PAPP (Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas), PAAT (Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC), PANIC (Procedimento Administrativo de outras atividades de outras atividades não sujeitas a Inquéritos Cíveis) e PATII (Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis).

A tabela abaixo demonstra dados da produtividade Extrajudicial das Promotorias na área “meio ambiente urbanístico”.

Tabela 21 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias na área “meio ambiente urbanístico”

Temas (taxonomia SIMP)	NF	PP	IC	TAC	PAAI	PAPP	PAAT	PANIC	PATII
Área de Preservação Permanente	13	2	4	-	-	2	-	-	-
Comércio Ambulante	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Fauna	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Gestão e administração ambiental	1	-	3	-	-	-	-	-	2
Licença Ambiental	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações Urbanas Consorciadas	1	-	-	-	-	1	-	1	-
Parcelamento do Solo	18	3	11	3	1	4	-	-	-
Patrimônio Cultural	1	-	-	-	-	-	-	-	-
PEI – Fomento à destinação de resíduos sólidos, reciclagem e logística reversa	-	-	-	-	-	1	-	-	-
PEI – Plano de Saneamento Básico: Expansão de coleta e tratamento de esgoto	5	-	1	-	-	-	-	-	-
Poluição	25	3	5	3	-	1	-	-	-
Posturas Municipais	55	3	12	14	1	8	6	-	1
Produtos Controlados/Perigosos	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Saneamento	33	1	5	-	1	1	-	-	-
Segurança em Edificações	3	-	3	1	-	4	-	6	-
Total	170	13	47	21	3	22	6	7	2

5.4.5 Dados da Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça que Atuam na Área

Tabela 22 - Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça na Área do Meio Ambiente

Temas (taxonomia SIMP)	Ação Civil Coletiva	Ação Civil Pública	Agravo	Cumpriment o Sentença	Execução Título Extrajudicial	Mandado Segurança
Flora	-	9	1	-	-	-
Licença ambiental	-	1	-	-	1	1
PEI - Fortalecimento do combate ao desmatamento e queimadas ilegais	-	17	-	-	-	-

Poluição	1	3	-	1	-	-
Revogação e Anulação de multa ambiental	-	-	1	-	-	-
Segurança em edificações	1	-	-	-	-	-
Total	2	30	2	1	1	1

Fonte: SIMP

5.4.6 Dados de Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada

Em 2021 a PJEDAOU instaurou dois Procedimentos de Acompanhamento de Política Ambiental de Estado nos temas de desmatamento e mineração, que visam acompanhar as ações do Estado de Mato Grosso em combater o ilícito ambiental em ambos os temas. Além desses, a Procuradoria também atuou na defesa de nascentes e recursos hídricos, tanto na forma de procedimentos administrativos quanto em reuniões e atividades de articulação demonstradas abaixo:

Tabela 23 - Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente

Atividade extrajudicial	Ação Civil Coletiva	Ação Civil Pública
Posicionamento público	1	-
Procedimento de Acompanhamento de Política Ambiental do Estado	2	-
Promoção à PJs	2	-
Audiência de instrução	1	3
Audiência pública	2	9
Capacitação	6	40
Reunião	15	30
Reunião de Conselho	7	32
Reunião Institucional	12	38
Reunião Pública	11	41
Seminário	1	4
Sessão Judicial	4	14
Solenidade	2	4
Vistoria Técnica	1	10
Total	2	30

5.4.7 Dados de Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada

Na atuação judicial, a Procuradoria realizou 1.385 manifestações nas áreas de meio ambiente natural e urbanístico em diferentes assuntos e os que mais se destacaram forma “Flora”, “Multas e demais sanções” e “Revogação e concessão de licença ambiental”.

Tabela 24 - Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente

Classe (tipo de manifestação)	Meio Ambiente Natural	Meio Ambiente urbanístico	Total
Ação Rescisória	5	-	5
Agravo de instrumento	421	60	481
Agravo interno	3	-	3
Agravo regimental	31	6	37
Apelação	422	89	511
Apelação / remessa necessária	42	118	160
Conflito de competência	3	-	3
Embargos de declaração	39	2	41
Habeas corpus	2	2	4
Mandado de segurança	3	1	4
Petição	1	-	1
Procedimento comum	2	-	2
Reclamação para garantia de decisões	-	2	2
Remessa necessária	115	10	125
Suspensão liminar e de sentença	6	-	6
Total	1095	290	1385

Fonte: SIMP

Tabela 25 - Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente - Taxonomicamente

Tema (taxonomia SIMP)	Quantidade de manifestações
Administração e gestão ambiental	12
Agrotóxicos	21
Área de Preservação Permanente	130
Construção / Penhora / Avaliação	3
Cumprimento / Execução	33
Fauna	25
Flora	463

Licença ambiental	193
Mineração	7
Multas e demais sanções	197
Nulidade de ato administrativo	6
Operações Urbanas Consorciadas	2
Parcelamento do solo	17
Patrimônio histórico e cultural	11
Poluição	53
Posturas municipais	23
Recurso Hídricos	5
Reserva legal	30
Saneamento	12
Segurança em edificações	125
Transgênicos	3
Unidades de Conservação	14
Total	1385

Fonte: SIMP

5.5 PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA CIDADANIA E CONSUMIDOR

A Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor atua na defesa dos direitos relacionados ao consumidor e à cidadania, como saúde, educação, idoso, pessoa com deficiência e na proteção de outros direitos sociais, a exemplo da população em situação de rua e mobilidade urbana.

5.5.1 Composição

Tabela 26 - Composição Procuradoria Especializada da Defesa da Cidadania e Consumidor

CARGO	NOME
Procuradora de Justiça	Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos
Assessor Especial	Marcela Cavalcanti Batista Bocalan
Assessor de Procurador	José Aleixo da Silva Lima Júnior

5.5.2 Atividades Desenvolvidas Pela Unidade

Em 2021, a Procuradoria de Justiça Especializada recomendou aos órgãos de execução oficial-se junto aos Municípios do Estado, a fim de averiguar o estoque de oxigênio e insumos suficientes para o enfrentamento da crise sanitária (Pandemia do COVID-19) e, se possuem a necessária logística para suprir a falta do material preservando a vida dos pacientes.

5.5.3 Iniciativas de Destaque do Ano de 2021

O destaque do ano de 2021 refere-se a fiscalização por parte dos Promotores de Justiça quanto a possível falta de oxigênio e insumos suficientes para o enfrentamento da crise sanitária (Pandemia do COVID-19), recomendando aos administradores públicos um planejamento prévio na logística de modo a evitar a falta e/ou escassez desses produtos.

5.5.4 Dados de produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área

Tabela 27 - Produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça na Área da Defesa da Cidadania e Consumidor

Classe	Situação	2019	2020	2021
Notícias de Fato	Recebidas	6.340	4.788	6.153
	Inventário (estoque)	-	1.119	1.496
	Resolutividade (sem IP/PP)	923	481	2.448
	Indeferidas	721	651	625
Inquérito Civil/Procedimento Preparatório	Instaurados	740	548	272
	Inventário (estoque)	-	1.460	-
	Resolutividade	208	105	88
	Arquivado	682	409	27
Recomendações	Emitidas	263	818	350
	Cumpridas	146	475	239
	Não Cumpridas	89	167	72
TAC'S TAC's	Firmados/Homologados	183	123	79
	Cumpridos	141	78	37
	Em Andamento	20	16	5
Audiências Públicas	--	9	12	2
Reuniões	--	819	644	509
Inspeções e Vistorias	--	367	167	126
Audiências Autocompositivas	--	88	68	92
Outras Recomendações	--	283	263	343

Fonte: SIMP e SAE (Janeiro de 2021 a Outubro de 2021) - SAE NOVO - Inventário Retroativo (Termo de Inspeção CNMP) e SIMP

5.5.5 Dados de produtividade Extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área

Tabela 28 - Produtividade Judicial das Promotorias de Justiça na Área da Defesa da Cidadania e Consumidor

Classe (Natureza)	Comarca	Total
Notícia de Fato	Todas	2.997
Notícia de Fato	Capital	306
Ação Civil Pública Ajuizadas	Todas	825
Ação Civil Pública Ajuizadas	Capital	17
Ação Civil Pública Sentenciadas	Todas	219
Sentenças Favoráveis	Todas	715
Sentenças Desfavoráveis	Todas	31
Sentença Parcialmente Favoráveis	Todas	27
Sentença Extintivas	Todas	295

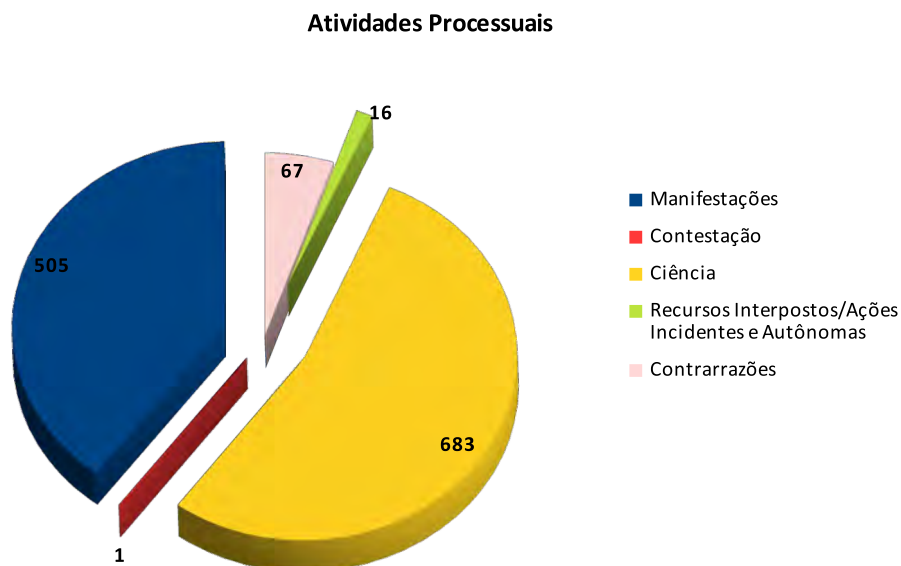
5.5.6 Dados de Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada

Tabela 29 - Produtividade Extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada da Cidadania e Consumidor

AUDIÊNCIAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO	
2019	9
2020	3
2021	0

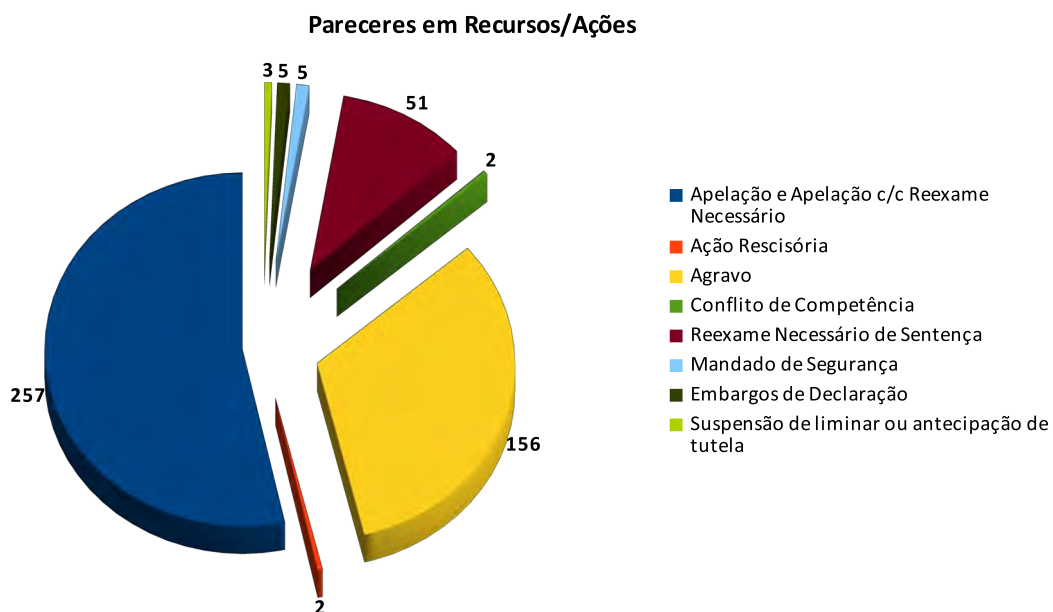
5.5.7 Dados de Produtividade Judicial da Procuradoria de Justiça Especializada

Gráfico 8 - Produtividade Judicial das Procuradoria da Defesa da Cidadania e Consumidor - Atividades Processuais



Fonte: SIMP. (Janeiro de 2021 a Outubro de 2021)

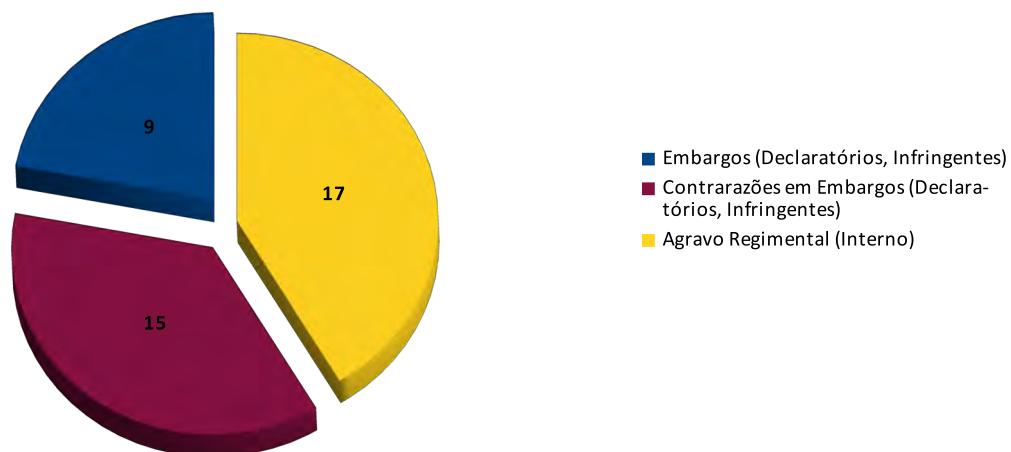
Gráfico 9 - Produtividade Judicial das Procuradoria da Defesa da Cidadania e Consumidor - Pareceres em Recursos e Ações



Fonte: Relatório de Produtividade do Sistema SIMP. (Janeiro de 2021 a Outubro de 2021)

Gráfico 10 - Produtividade Judicial das Procuradoria da Defesa da Cidadania e Consumidor - Rec. Interposto - Ações Incidentes e Autônomas

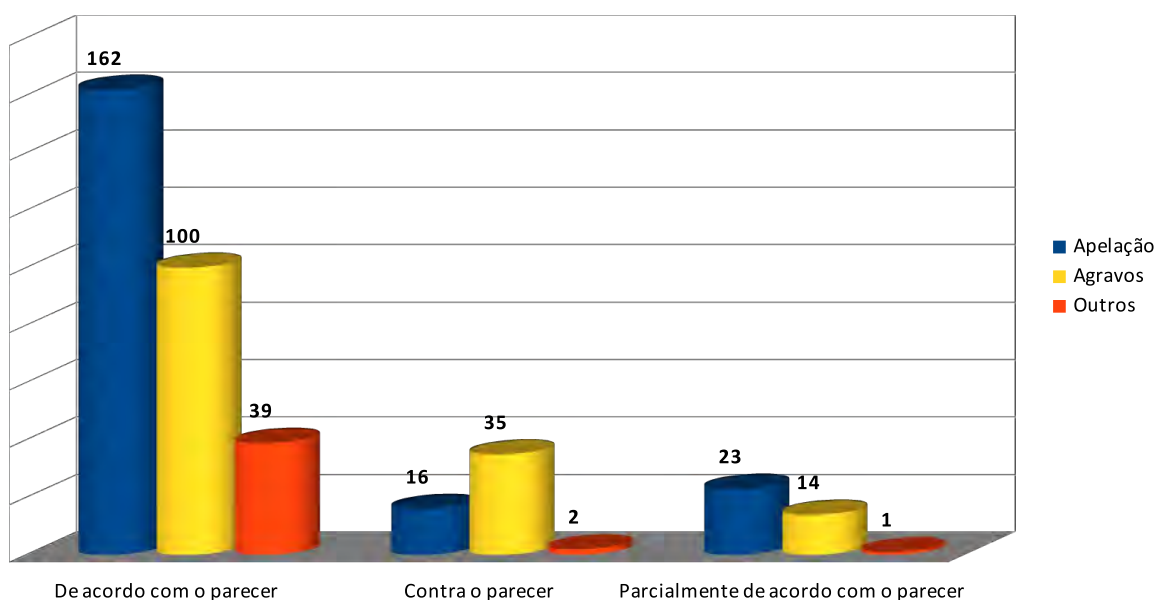
Recursos Interpostos/Ações Incidentes/Ações Autônomas



Fonte: SIMP. (Janeiro de 2021 a Outubro de 2021)

Gráfico 11 - Produtividade Judicial das Procuradoria da Defesa da Cidadania e Consumidor - Resultados 2º Grau

Resultados Obtidos em 2º Grau



Fonte: SIMP. (Janeiro de 2021 a Outubro de 2021) – Outros (Reexame Necessário; Exceção de suspeição e alguns Mandados de Segurança)

6 • ATUAÇÃO DO MPMT NO ENFRENTAMENTO À COVID NO ANO DE 2021

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, continuou incansável em sua atuação ao enfrentamento à COVID – 19 no ano de 2021. Diversas ações foram realizadas para combater o avanço da Pandemia, ampliar a vacinação e garantir a vida das pessoas. Dentre as diversas ações realizadas, podemos destacar:

- O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e da Defesa da Probidade Administrativa, disponibilizou nesta segunda-feira (25) a todos os promotores e promotoras de Justiça um “Kit de Atuação” para auxiliar na fiscalização e acompanhamento do cumprimento dos Planos Nacional e Estadual de Vacinação contra a Covid-19. O material inclui minutas de portaria de instauração de procedimento administrativo, de ofício requisitório e de recomendações; (a)

- O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça que atua junto ao Juizado Especial Criminal Unificado (Jecrim), e a Polícia Militar iniciaram as discussões para elaboração de um plano de segurança para os jogos que ocorrerão na Capital. A medida atende às disposições previstas no Estatuto do Torcedor; (b)

- O Ministério Público do Estado de Mato Grosso está realizando um levantamento de todos os decretos municipais que tratam das medidas de prevenção à Covid-19 e adotará as medidas cabíveis em relação aos prefeitos que descumprirem as restrições estabelecidas no Decreto Estadual 836/2021. Segundo o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, eventual descumprimento da norma implicará em responsabilização cível e criminal; (c)

- O Planejamento para retorno das aulas presenciais nas escolas públicas estaduais foi debatido em audiência virtual promovida pelo Núcleo de Defesa da Cidadania do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nesta terça-feira (11), com a participação de representantes das secretarias de Estado de Educação e de Saúde, da Associação Mato-grossense dos Municípios, Assembleia Legislativa, do Sindicato dos

Trabalhadores no Ensino Público (Sintep-MT) e outras entidades ligadas à área do ensino. O Governo do Estado prepara o retorno das aulas presenciais na rede estadual de ensino; (d)

- O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, ingressou nesta sexta-feira (09) com Ação Direta de Inconstitucionalidade requerendo, em pedido liminar, a suspensão do parágrafo 4º da Lei Estadual nº 11.367/21, aprovada nesta semana pela Assembleia Legislativa, que condiciona o retorno das aulas presenciais na Rede Estadual de Ensino à comprovação da imunização de todos os profissionais que atuam nas unidades escolares; (e)

- O Ministério Público de Mato Grosso, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis, notificou a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Rondonópolis (ACIR) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município para que adotem medidas que visem conter o avanço da Covid-19 nos ambientes dos seus empreendimentos; (f)

6.1 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 EM NÚMEROS

Figura 2 - Recursos Destinados Pelo MP para o enfrentamento à COVID - 19

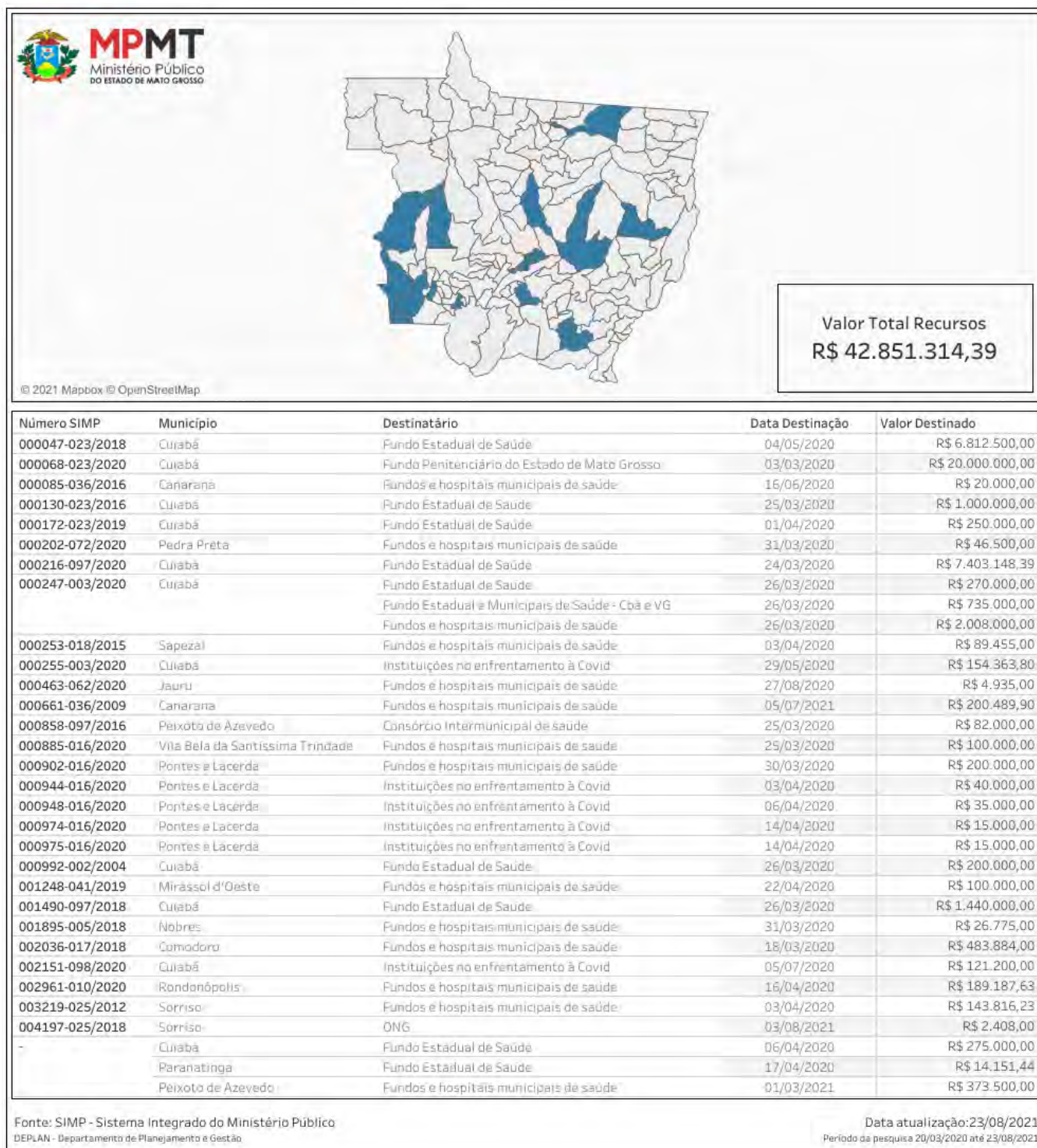


Figura 3 - Recursos de TAC's Destinados ao Fundo Penitenciário do Estado de Mato Grosso - FUNPEN-MT

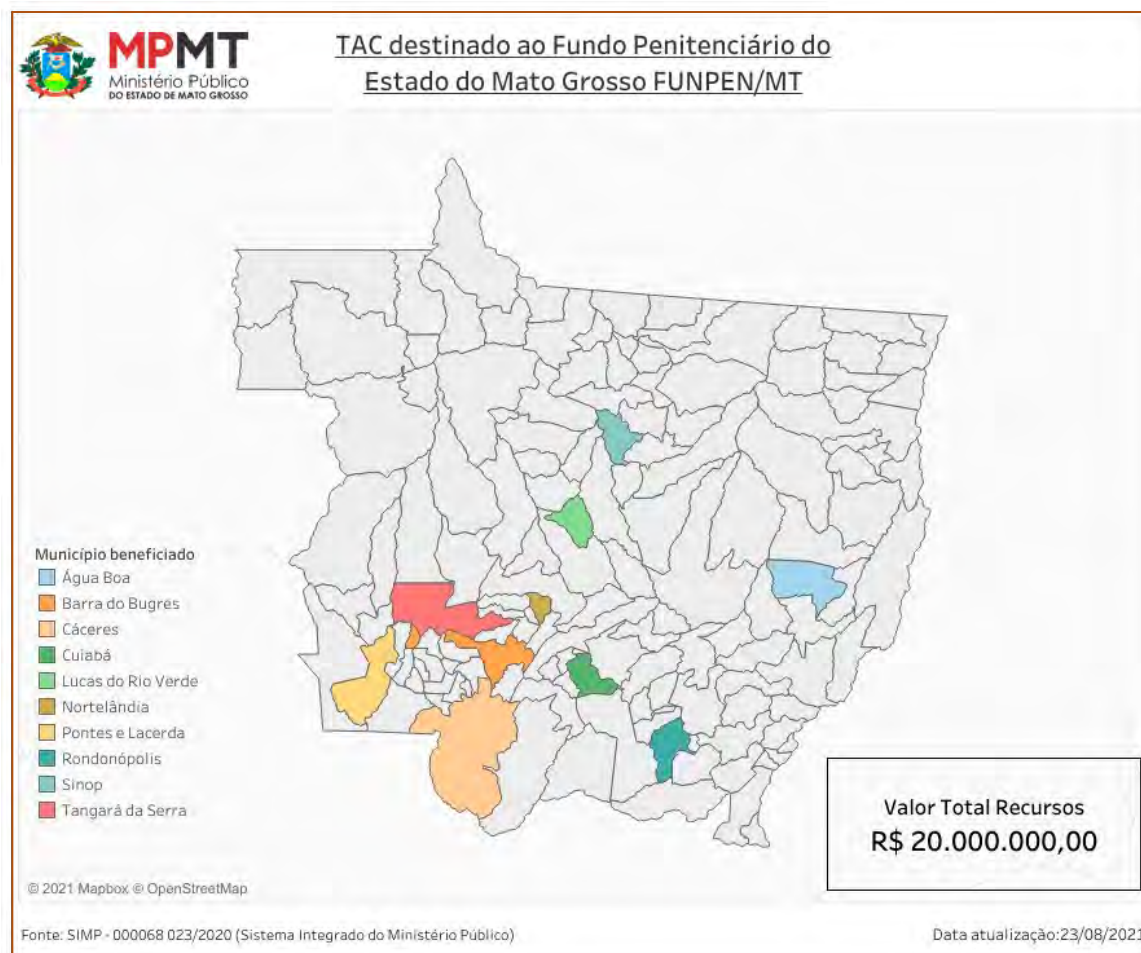


Figura 4 - Valores Destinados/Requeridos Pelo MPMT para o enfrentamento à COVID - 19

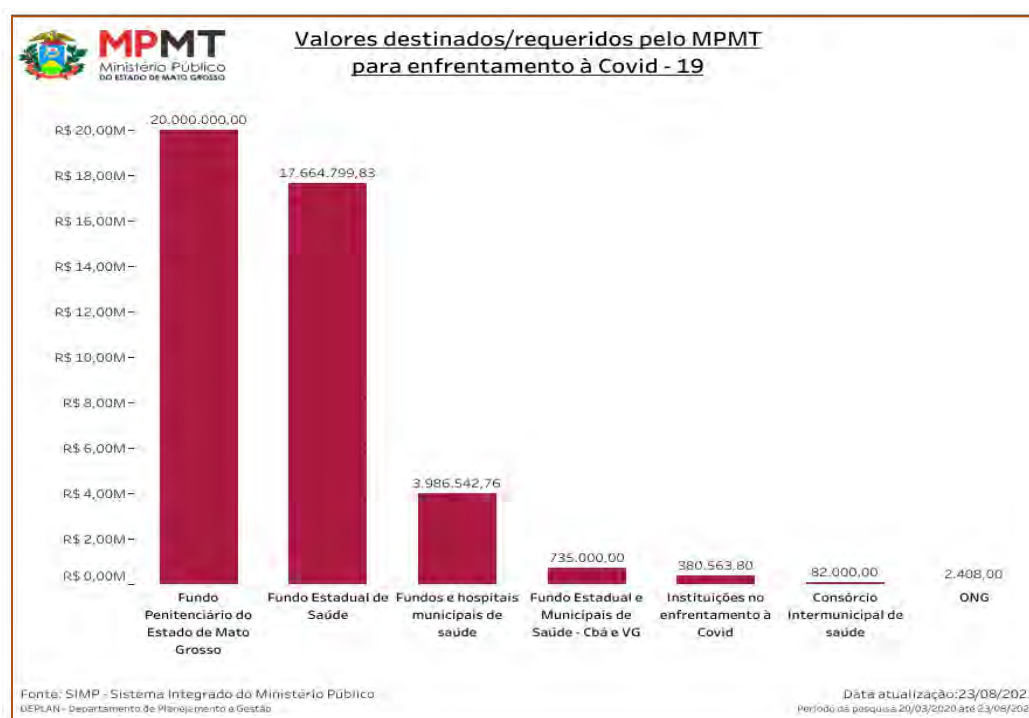
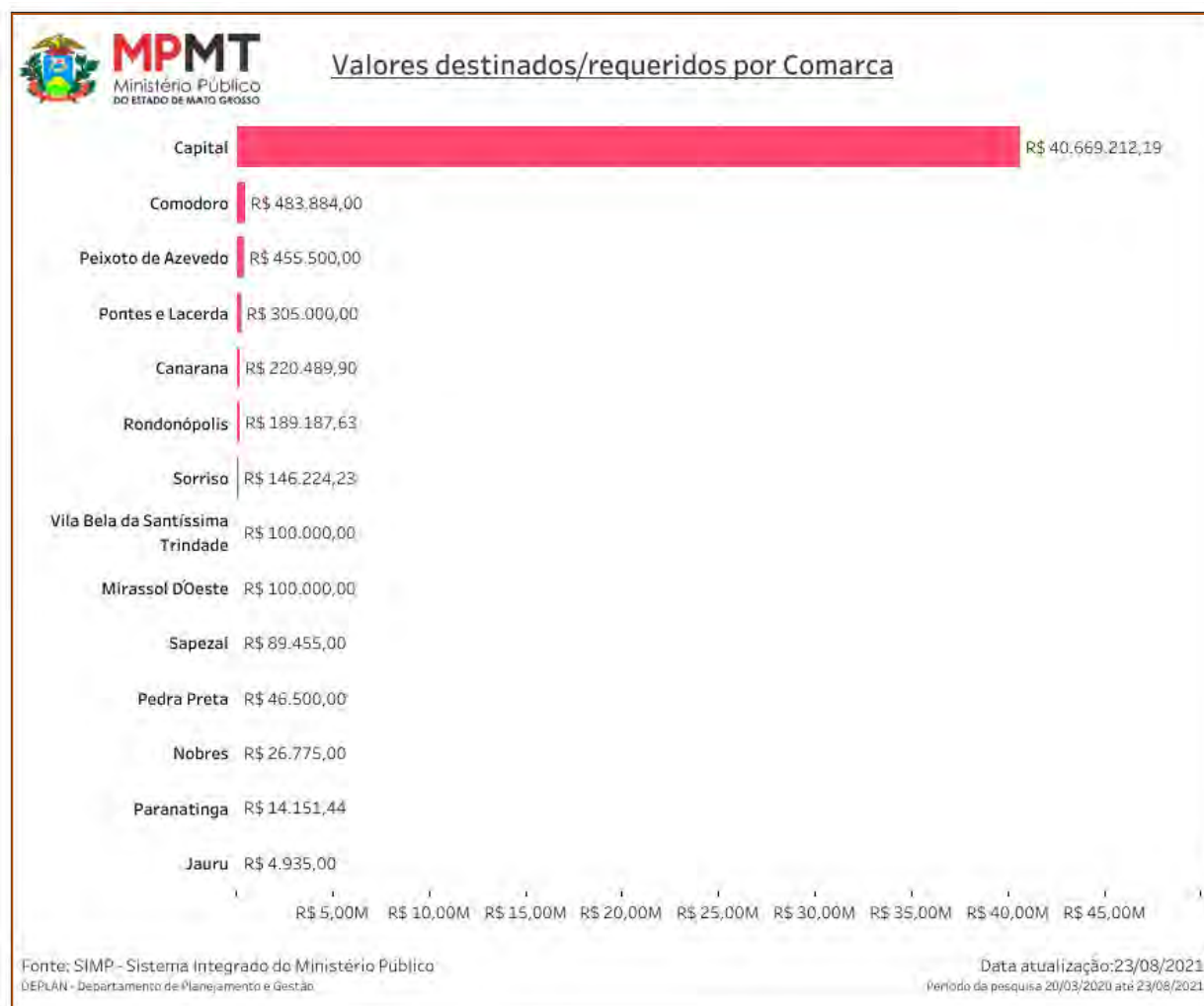


Figura 5 - Valores Destinados/Requeridos Por Comarca



7 • ÓRGÃOS AUXILIARES

7.1 CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAO'S

7.1.1 Composição

Tabela 30 - Composição CAO Geral

Centro de Apoio Operacional	Promotor Coordenador/Colaborador
Coordenação Geral e Centro de Apoio Técnico à Execução - CAEX	José Mariano de Almeida Neto (Coordenador-Geral)
Centro de Apoio Técnico à Execução Ambiental – CAEX Ambiental	Marcelo Caetano Vacchiano (coordenador)
Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal	Josane Fátima de Carvalho Guariente (coordenadora), Ludmila Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso e Arivaldo Guimarães da Costa Junior
Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino	Gileade Pereira Souza Maia (coordenadora)
Centro de Apoio Operacional do Júri	Vinícius Gahyva Martins (coordenador)
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor	Valnice Silva dos Santos (coordenadora)
Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e da Defesa da Probidade Administrativa	Gustavo Dantas Ferraz (coordenador), Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira, Guilherme da Costa, Italo João Chiodelli e Luiz Eduardo Martins Jacob Filho
Centro de Apoio Operacional Eleitoral	Marcelo Lucindo Araújo (coordenador)
Centro de Apoio Operacional na Defesa da Saúde	Alexandre de Matos Guedes (coordenador)
Centro de Apoio Operacional de Educação	Miguel Shessarenko Júnior (coordenador) e Patrícia Eleutério Campos Dower
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis, de Recuperação Judicial, Falência e Terceiro Setor	Wagner Antonio Camilo (coordenador)
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural	Maria Fernanda Corrêa da Costa (coordenadora)
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários	Carlos Eduardo Silva (coordenador)
Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude	Nilton César Padovan (coordenador) e Enaile Laura Nunes da Silva
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Idoso	Claudio Cesar Mateo Cavalcante (coordenador)
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência	Luciana Fernandes de Freitas (coordenadora) e Wellington Petrolini Molitor
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar	Henrique Schneider Neto (coordenador), Carlos Rubens de Freitas Oliveira Filho e Emanuel Filartiga Escalante Ribeiro

Tabela 31 - Servidores CAO Geral

Quadro de Servidores						
Cargo / Área	CAEx Ambiental	CAEx Contabilidade	CAEx Engenharia e Afins	CAEx Assessoria Multidisciplinar	Supervisão Administrativa	CAO's Temáticos
Analista	3	2	2	1	-	-
Oficial de Gabinete	-	-	-	0	-	-
Assistente Ministerial	8	4	3	4	-	2
Técnico Administrativo	-	-	-	-	3	-
Supervisor	-	-	-	-	1	-
Auxiliar Ministerial	3	-	-	1	1	12
Estagiário	1	-	-	1	-	-
Total Setor	12	6	5	7	6	14
Total Servidores	52					

7.1.2 Descrição das Principais Atribuições da Unidade

Os Centros de Apoio Operacional auxiliam Procuradores e Promotores de Justiça nas suas atividades funcionais, mantendo-os atualizados com informações técnico-jurídicas, efetuando pesquisas, estudos, visitas e análises técnicas. Propõem a celebração de termos de convênio e cooperação técnica pela Instituição e colaboram na realização de capacitações e encontros, em parceria com o CEAF e Procuradorias Especializadas. Além disso, participam da formulação, revisão e execução do planejamento estratégico do Ministério Público.

São 02 (dois) Centros de Apoio dedicados exclusivamente à atividade pericial, auxiliando membros e servidores do MPMT quanto a cálculos, visitas e análises técnicas, em todas as áreas do conhecimento, valendo-se de seu quadro de analistas e assistentes ministeriais, bem como de profissionais externos conveniados ou credenciados.

O CAEX – Centro de Apoio à Execução é composto por peritos com formação na área de Contabilidade, Engenharia e afins, bem como uma equipe multidisciplinar para atendimento das demandas de perícias oriundas dos órgãos de execução.

Também é vinculado ao CAEX o Núcleo de Serviço Social – NUSS, instituído pelo Ato Administrativo n.º 829/2019-PGJ (anexo), composto por servidores formados na área de Serviço Social, que prestam apoio técnico às Promotorias de Justiça da Capital e Interior que não disponham de tais profissionais em seu quadro e necessitam de assessoria técnica do Serviço Social, que além de realizar visitas e estudos sociais, também exerce papel fundamental no processo de execução do planejamento estratégico, contribuindo com o diagnóstico e assessoramento tático às diversas áreas na instituição e relação contínua com as áreas auxiliando na edificação da gestão para resultados.

Já o CAEX Ambiental que, além de atender às perícias na área ambiental, é responsável pela execução dos Projetos “Água para o Futuro” e “Satélites Alertas”, ambos premiados pelo CNMP.

Outrossim, com a mudança de gestão do MPMT em 2019 e a reestruturação promovida pelo Ato Administrativo PGJ n.º 776/2019 (alterado pelo Ato n.º 968/2020-PGJ), os Centros de Apoio mudaram sua face notadamente pericial para desenvolver a tarefa nata de auxílio e fomento das atividades funcionais dos membros, por meio dos 15 (quinze) Centros de Apoio Temáticos, mantendo-os atualizados com informações técnico-jurídicas, efetuando pesquisas, estudos, expedindo boletins informativos, notas técnicas, participando de lives e realizando cursos. São as principais atividades desenvolvidas pelos CAOs Temáticos:

- Confecção de pesquisas, pareceres, boletins informativos, notas técnicas e outros materiais de apoio;
- Atualização frequente do Portal dos Centros de Apoio e do Banco de Peças com novidades legislativas, jurisprudenciais, roteiros de atuação e boas práticas desenvolvidas pelos membros;
- Realização de capacitações com os promotores do Estado;

- Auxílio no monitoramento e execução do planejamento estratégico da instituição.

Os Centros de Apoio Temáticos contam, cada um, com um Promotor de Justiça Coordenador, Coordenador Adjunto e outros Promotores Colaboradores, além de uma equipe composta por 14 (catorze) Bacharéis em Direito em função de Assessoramento, sendo que os auxiliares ministeriais são vinculados diretamente ao CAO temático, dedicando-se com exclusividade.

Além disso, algumas atividades são desenvolvidas por iniciativa da Coordenação Geral, dentre as quais destacamos:

- Cooperações Técnicas firmadas com outras instituições, a fim de atender as demandas dos órgãos de execução do MPMT: TCE/MT, Conselho Regional de Medicina/MT, Empaer, IFMT, POLITEC, SEMA, UFMT, UNEMAT, dentre outras;

- Banco de Peritos: diante da necessidade de dinamizar a realização de vistorias e análises técnicas pelos CAOs, em razão da alta demanda dos órgãos de execução do MPMT por vistorias e análises técnicas e o restrito quadro funcional da Instituição, o Banco de Peritos foi instituído no âmbito do MPMT pelo Ato Administrativo n.º 887/2020-PGJ e promove o credenciamento de profissionais e pessoas jurídicas interessados em prestar serviços de perícia, de estudos e pareceres técnicos, e de coleta e exames, em procedimentos administrativos em trâmite na Procuradoria-geral de Justiça ou requerimentos aportados junto aos CAOs;

- Gestão de Sistemas Auxiliares Externos: concessão de acesso e pesquisas em sistemas que fornecem informações e dados que subsidiam a atuação dos órgão de execução (CEI-ANOREG/ MT, SRM-JUCEMAT, POLITEC ONLINE-SESP/MT, APLIC-TCE/MT, CENSEC-Colégio Notarial do Brasil, CRC-ARPEN/SP, CNIB-ARISP/SP, CAGED, Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos –SINALID, dentre outros);

- Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID/MPMT: instituído pelo Ato Administrativo n.º. 828/2019-PGJ, em adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos – SINALID do CNMP, o programa te

por objetivo a localização e identificação de pessoas desaparecidas, vítimas de crimes ou não, por meio da coleta de informações, registro em banco de dados e promoção de ações integradas que fomentem a melhoria na busca e identificação de pessoas desaparecidas; ia e COVID-19 como causa da morte, sendo confeccionados 69 relatórios ao todo.

7.1.3 Planejamento Estratégico 2021

Inicialmente, é importante ressaltar que, durante a pandemia de COVID-19 nos anos de 2020 e 2021, inúmeros foram os desafios superados pelos Centros de Apoio. Especialmente, no tocante ao apoio à execução técnica, uma vez que as atividades periciais que demandaram deslocamento para vistoria in loco sofreram incalculáveis prejuízos, em razão do fechamento das unidades ministeriais, que perdurou até novembro de 2021.

Inobstante, em que pese as restrições impostas pelo enfrentamento ao novo Coronavírus, as equipes dos CAEXs não mediram esforços para atender as demandas periciais. Intensivou-se, massivamente, a análise documental, ou seja, as perícias baseadas estritamente na análise dos documentos, imagens via satélite, fotos, projetos, etc.

Com efeito, em apuração parcial (realizada até 30/11/2021), verificou-se que em 2021 os CAEXs aumentou o número de manifestações técnicas emitidas, produzindo 1865 relatórios técnicos, bem como reduziram o tempo de resposta das análises técnicas para 27 dias, superando as metas fixadas para o ano.

Outrossim, os CAOs temáticos também aumentaram a sua produtividade, sendo que em 2021 (em apuração parcial) foram publicados 1.593 materiais orientativos, compreendendo a elaboração de pesquisas, pareceres de consulta, Kits/Manuais/Roteiros de Atuação relacionados ao PEI, Boletins Informativos, Notas Técnicas, dentre outros, superando a meta fixada para o ano.

Seguem abaixo os resultados do PEI 2020 e 2021 (apurado até 30/11/2021)

dos Centros de Apoio Operacional:

Tabela 32 - Dados Planejamento Estratégico CAO Geral

CAO – Coordenação Geral						
Objetivo Estratégico: Fomentar práticas de governança e gestão em todos os níveis, resolutivas e orientadas para resultados						
Sequência Indicadores	Histórico	META		Medição	RESULTADO	
		2020	2021		2020	2021 (até 30/11/2021)
1) Percentual de metas do planejamento estratégico da área-fim atingidas	66 (2018)	70,00%	73,00%	Anual	64,30%	Não apurado*
2) Produção técnica de material orientativo	546 (2019)	656	694	Semestral	768	1.593
3) Percentual de iniciativas para atingimento dos objetivos estratégicos	N/A	100,00%	100,00%	Anual	84,60%	Não apurado*
4) Redução do tempo de resposta das análises técnicas	52 dias (2019)	45 dias	40 dias	Semestral	45,7 dias	27 dias
4) Índice de manifestações técnicas emitidas	1116 (2019)	1157	1228	Semestral	1.192	1.865
Ressaltamos que a apuração dos resultados de 2021 é parcial – DATA DA APURAÇÃO: 30/11/2021.						
*Estes resultados somente serão apurados ao final do ano corrente.						

7.1.4 Iniciativas de Destaque do Ano de 2021

• A Coordenação-Geral dos CAOs implantou em 2020 o “Banco de Peritos”, para o credenciamento de profissionais a fim de prestarem serviços de perícia, de estudos e pareceres técnicos, e de coleta e exames. Durante a pandemia, buscando alternativas para evitar que o atendimento às demandas fosse prejudicado, os CAEXs recorreram aos profissionais credenciados ao Banco de Peritos para reduzir os estoques de demandas por perícias. Em 2021, já foram concluídas 29 perícias por meio do Banco de Peritos, havendo ainda 49 perícias em andamento;



• Campanhas PLID/MPMT – Em 2021, o PLID/MPMT apoiou a realização de 2 campanhas nacionais: a #AndeComRG, sobre a importância dos documentos de identificação na localização de pessoas desaparecidas; e a Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas, com o apoio do Departamento de Imprensa e Comunicação Social do MPMT;



• Projetos Premiados pelo CNMP em 2021 - “Satélites Alertas” e “Interiorização do Projeto Água para o Futuro”: O MPMT obteve um dos melhores resultados da história no Prêmio do Conselho

Nacional do Ministério Público – edição 2021. O projeto “Água para o Futuro: Interiorização” ficou na Segunda colocação na categoria sustentabilidade. Já o projeto “Satélites Alertas – Combate aos desmatamentos e queimadas ilegais no Estado de Mato Grosso” foi vencedor na categoria integração e articulação. Os dois projetos são desenvolvidos no âmbito do CAEX Ambiental;



• Interiorização do Projeto Água para o Futuro: Em 2021, iniciou-se a implantação do Projeto Água para o Futuro nos municípios de Rondonópolis, Alto Araguaia, Alto Taquari, Peixoto de Azevedo e Araputanga. Além disso, o projeto também foi apresentado ao Ministério Público do Amazonas;



- **Satélite Alertas** – Em 2021, foi assinado um Protocolo de Intenções entre o CNMP, CNJ e INPE, prevendo a expansão do projeto Satélites Alertas, desenvolvido no âmbito do CAEX Ambiental, para outros estados da Amazônia Legal. O projeto consiste no desenvolvimento e implantação de uma tecnologia que permite o cruzamento de dados de áreas desmatadas e queimadas – monitoradas via satélite por sistemas do Inpe – com áreas lançadas no CAR (Cadastro Ambiental Rural) em todo o estado.



Para isso, foi desenvolvido um módulo a partir da plataforma portátil de monitoramento, análise e alerta a extremos ambientais TerraMA², do Inpe. Os dados dessa plataforma são trazidos para a rede do Ministério Público e cruzados com outros dados para auxiliar na tomada de decisões. Tudo em conformidade com o Planejamento Estratégico 2020/2023 do MPMT, que tem entre seus objetivos estratégicos “elevar as ações de prevenção e de reparação de danos causados aos ecossistemas”;

- **Perícias em destaque** – A equipe da seção contábil do Centro de Apoio Técnico à Execução (Caex) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso realizou diligência na Vigilância Epidemiológica do Município de Cuiabá para verificar a quantidade de vacinas disponíveis contra a Covid-19. O levantamento serviu para subsidiar investigação em sede de procedimento instaurado pela 36ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Cuiabá;



- A perícia realizada pelo CAEX Ambiental nas baías de Chacororé e Siá Mariana, no Pantanal Mato-grossense (município de Barão de Melgaço), em fevereiro deste ano, para avaliar as causas da redução no volume de água, foi transformada em uma Nota Técnica publicada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Com o título “Análise de alterações hidrológicas das baías de Chacororé e Siá Mariana (Pantanal Mato-Grossense) e recomendações para recuperação”, a publicação científica possui 41 páginas;



- Boletins Semanais de evolução de casos e óbitos por SRAG e COVID-19 no Estado de Mato Grosso (disponível em <https://mpmt.mp.br/conteudo/1008/90181/evolucao-de-casos-e-obitos-por-srag-e-covid-19-no-estado-de-mato-grosso>): Atendendo à determinação do Exmo. Procurador-Geral de Justiça, foram coletados dados junto aos órgãos e entidades que estão envolvidas na temática da pandemia da COVID-19, paralelamente foi realizado um levantamento próprio junto a todos os cartórios de registro civil do Estado, verificando as certidões de óbitos de pessoas com SRAG, pneumonia e COVID-19 como causa da morte, sendo confeccionados 69 relatórios ao todo. Em 2021, foram divulgados 32 boletins, que auxiliaram os órgãos de execução na tomada de decisões, no enfrentamento a pandemia de COVID-19;

- Novas cooperações técnicas – Em 2021, o CAO Educação intermediou a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o MPMT e a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, para acesso ao Sistema Integrado de Gestão Educacional (Sigeduca) e ao Sistema Siga-BI, a fim de coletar dados do software de gerenciamento educacional, com o objetivo de auxiliar o trabalho das Promotorias de Justiça que atuam nas áreas da Educação, Cidadania, Infância e Juventude, bem como da Probidade Administrativa;

- Ampliação das frentes de trabalho do Núcleo de Serviço Social – NUSS – Em 2021, houve a ampliação das frentes das analistas assistentes sociais de trabalho do Núcleo de Serviço Social – NUSS. O serviço social também exerce papel fundamental no processo de execução do planejamento estratégico, contribuindo com o diagnóstico e assessoramento tático às diversas áreas na instituição e relação contínua com as áreas auxiliando na edificação da gestão para resultados. Portanto, as analistas passaram a

atender aos Centros de Apoio da Violência Doméstica, Júri, Idoso, Proibidade Administrativa, Criminal /Execução Penal, Saúde, Infância, Educação e Meio Ambiente Natural e Urbano, Promotorias de Justiça e ao Programa Vida Plena.

- Reformulação Visual dos Boletins Informativos dos CAOs Temáticos – Neste ano, todos os CAOs Temáticos reformularam o o visual dos Boletins Informativos, visando dinamizar a atualização legislativa e jurisprudencial;



- Integração entre os Centros de Apoio – Com o objetivo de capacitar as equipes no planejamento e execução de suas ações para o biênio 2021/2022, os Centros de Apoio Operacional (CAOs) participaram do workshop virtual “Aplicação de Ferramentas de Gestão”, promovido pelo Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan);

- Formação de Novos Promotores de Justiça: Neste ano, todos os Centros de Apoio participaram do curso de formação dos Promotores de Justiça recém-empossados, oportunidade em que receberam esclarecimentos sobre as atribuições dos CAOs e sobre o Sistema de Apoio Técnico – SAT.

- Divulgação de Materias de Apoio pelos CAOs Temáticos: A nova estrutura dos CAOs Temáticos possibilitou uma maior especialização da assessoria, o que reflete diretamente no conteúdo produzido pela equipe, sendo que em 2021 foram

produzidos inúmeros materiais de apoio, roteiros, e-book's, visando facilitar a atuação dos membros do MPMT.

- Realização de Eventos, Campanhas, Reuniões, Lives e Webinares pelos CAOs Temáticos: Com o apoio do CEAf e do Departamento de Imprensa e Comunicação Social, os CAOs Temáticos realizaram inúmeros Eventos, Campanhas, Reuniões, Lives e Webinares, a fim de instruir os membros e servidores dos MPMT.

7.1.5 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 33 - Dados Atividades Desenvolvidas Pelos CAO's

Atividades	2019	2020	2021 (até 30/11/2021)
Manifestações Técnicas - CAEXs			
Cálculos (atualização valores)	291	100	178
Manifestações Técnicas contábeis	208	143	136
Manifestações Técnicas de Engenharia Civil e afins	223	288	154
Perícias de Cortes diferentes	38	25	15
Manifestações Técnicas Ambientais	286	187	248
Manifestações Técnicas Banco de Peritos, Convênios e TCT	38	14	42
Manifestações Técnicas do NUSS	4	9	110
Manifestações Técnicas de Pedagogia	28	175	8
Manifestações Técnicas – Projetos Água para o Futuro	-	274	43
Manifestações Técnicas – Satélites Alertas	-	39	931
TOTAL de Manifestações Técnicas	1116	1192	1865
TOTAL de Pesquisas em sistemas	Não apurado	319	223

Atividades	2019	2020	2021 (até 30/11/2021)
PLID/MPMT - REGISTROS NO SINALID			
TOTAL – Sindicâncias Instauradas	-	730	809
Produção CAOs Temáticos			
CAO CÍVEL	11	29	37
CAO CONSUMIDOR	11	55	121
CAO CRIMINAL E DA EXECUÇÃO PENAL	49	160	230
CAO DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEG. ALIMENTAR**	-	5	74
CAO EDUCAÇÃO	38	74	71
Manifestações Técnicas - CAEXs			
CAO ELEITORAL	5	175	83
CAO IDOSO	-	4	57
CAO INFÂNCIA E JUVENTUDE	101	131	95
CAO JÚRI	80	100	117
CAO MEIO AMBIENTE NATURAL	24	112	112
CAO MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	36	75	92
CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO	68	188	289
CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	-	6	67
CAO SAÚDE**	48	114	119
CAO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	10	60	29
INSTITUCIONAL/ ADMINISTRATIVO*	13	10	-
TOTAL da Produção CAOs Temáticos	494	1298	1593
*DESATIVAÇÃO DO ANTIGO SISTEMA EM 17/02/2020 – Registros migrados para o SAT **ATO ADMINISTRATIVO Nº 968/2020-PGJ (DOMPMT ed. 317 – 29/09/2020) – Alterou nomenclatura do CAO Cidadania para CAO Saúde, bem como institui os CAO Direitos Humanos, CAO Idoso e CAO Pessoa com Deficiência.			

7.2 CENTRO DO CONHECIMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – CAOP/CSI

7.2.1 Composição

Tabela 34 - Composição GSI

Cargo	Nome
Promotor de Justiça Coordenador:	Mauro Zaque de Jesus
Servidores	Edison Martin
	Eduardo Maximiliano Queiroz de Souza
	Fábio Henrique Mazzo Miorim
	Flávia Renata Beppu
	Gabriel Valderlan da Silva Almeida
	Jean da Silva Barros
	Junio Cesar Ferreira
	Katiucy Albuquerque Braga
	Rogério Narcizo Santos Souza
	Anderson de Arruda
Policiais Militares	Gabriel Rodrigues Leal
	Luiz Antônio de Amorim
	Rodolfo Benedito Salles
	Tatiane dos Santos Portela

7.2.2 Descrição das Principais Atribuições da Unidade

As atribuições do Centro do Conhecimento e Segurança da Informação estão descritas no Regimento Interno do CAOP/CSI, Anexo I do Ato Administrativo n.º 712/2018-PGJ.

7.2.3 Planejamento Estratégico 2021

O CAOP/CSI tem como objetivo estratégico modernizar e dar celeridade aos processos organizacionais internos; Fomentar práticas de governança e gestão em todos os níveis, resolutivas e orientadas para resultados; e Prover soluções tecnológicas inovadoras, integradas e eficientes.

Para alcançar estes resultados foram desenvolvidas e executadas macroações conforme previstas e planejadas para os exercícios 2020 e 2021 e em todas as metas foram alcançadas considerando que houve um incremento considerável da base de dados e aquisição de microsserviços e acessos por meio de usuário/senha, em sua maioria oriundos da formalização de termos de cooperação.

Ainda, destaca-se o crescimento exponencial de acessos e pesquisas realizadas no Portal de Apoio à Investigação e o aumento da produção de relatórios de inteligência.

Por último, insta mencionar a implantação do Programa de Governança de Dados Pessoais com base na LGPD.

7.2.4 Iniciativas de Destaque no Ano de 2021

PROJETOS:

1. Projeto Aurora – Em setembro de 2021 o CSI apresentou o TAP do Projeto AURORA que prevê a realização de ações voltadas ao fortalecimento, reconhecimento e promoção da identidade do CSI perante a comunidade de inteligência.

O presente projeto justifica-se em razão da necessidade de consolidar o CSI nos ambientes da comunidade de inteligência, em âmbito estadual e nacional. Atualmente ainda se observa certa resistência à presença do MP junto à comunidade de inteligência. Como até hoje o Ministério Público não faz parte, ao menos oficialmente, dos sistemas de segurança pública, isso dificulta, em algum aspecto, o diálogo e integração com os demais órgãos da comunidade. O CSI foi oficialmente instituído no MPMT desde 2018 e vem se capacitando para o exercício da atividade de inteligência. Entretanto, faz-se necessária a realização de estratégias de integração, para que possamos adiantar esse processo de aproximação com o círculo de inteligência. É necessária uma identidade própria do CSI, a ser associada e reconhecida dentro dessa comunidade.

Neste período foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Criação do Logotipo (marca) do CSI;
- Realização de Capacitações para difundir o uso da ferramenta PAI (CAO Ambiental, Núcleo Criminal, Núcleo de Defesa da Vida, Núcleo de Defesa do Patrimônio Público e Núcleo de Violência Doméstica);
- Integração Interinstitucional através de visitas técnicas a outras instituições e reuniões realizadas pelo Coordenador do CAOP/CSI (visitas ao GEFRON - base de Porto Esperidião e fronteira; visita ao 66 BI Mtz Comando de Fronteira de Jauru e ABIN);
- Apoio ao evento da ABIN sediado no MPMT (GIA/MT).

2. Projeto “Compras em Suspeição” – Em novembro de 2021 foi apresentado pelo servidor do CSI, Jean da Silva Barros, o esboço do Projeto inicialmente chamado “compras em suspeição”. Projeto este que visa integrar a ferramenta PAI, através da criação de um banco de dados que carrega informações de licitações em andamento, publicadas em Diários Oficiais do Estado e Municípios e/ou sites dos órgãos públicos. Referido projeto visa inibir a efetivação da compra suspeita, emitindo alertas e entregando informações que auxiliarão na atuação dos promotores de justiça. O projeto tem previsão de entrega para março/2022.

7.2.5 Atuação do CAOP/CSI em 2021

7.2.5.1 Atividades Administrativas

1. Atividades registradas – Para a gestão de suas demandas o CSI utiliza a ferramenta REDMINE que possibilita o controle das atividades administrativas, de tecnologia da informação e do Laboratório de Lavagem de Dinheiro. Todas as atividades do CSI estão registradas como tarefas no REDMINE;

2. Visitas técnicas e reuniões realizadas em 2021 – Com o objetivo de estruturar o CSI/MT, foram realizadas diversas reuniões e visitas técnicas para conhecimento da estrutura física, de pessoal, equipamentos e ferramentas de TI utilizadas por outros Órgãos. Além disso, foi possível estabelecer uma rede de contatos com estas unidades o que facilita a troca de informações. Foram realizadas 05 (cinco) visitas técnicas, sendo uma ao Ministério Público e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; outra a Fábrica da Taurus em São Leopoldo no Estado do Rio Grande do Sul. As demais visitas estão relacionadas com o Projeto Aurora (integração interinstitucional). No exercício de 2021 foram realizadas e/ou participamos de 86 (oitenta e seis) reuniões para tratar de assuntos relacionados ao CAOP/CSI, suas atribuições, estruturação, ferramentas de trabalho, cooperações, entre outros assuntos.

7.2.5.2 Capacitações

- Curso de indicadores: DEPLAN/PGJ – Realizado no período de junho a agosto. Participação da servidora Flávia Renata Beppu;

- Webinar COAF com a Sra. Rochelle Pasiani, Coordenadora de Inteligência do COAF realizado em 05/10/2021;

- Palestra sobre SISBAJUD – Módulo de Afastamento bancário, proferida pelo Chefe Adjunto da Gerência do BACEN, Sr. Eduardo Victor Pontes Carneiro, realizada em 15/10/2021;

- Nova sistemática de implementação do afastamento bancário e as funcionalidades do cadastro de clientes do sistema financeiro (CCS);

- Curso de LGPD – TCE/MT. Realizado em outubro e novembro. Participação da servidora Flávia Renata Beppu;

- Curso de Gestão de riscos: PGJ. Realizado em outubro. Participante: Flávia Renata Beppu;

- Curso de Introdução ao Ethical Hacking, ministrado pelo Sr Kembolle Amilkar de Oliveira, realizado nos dias 30/11/2021 e 1º/12/2021;

- Curso de Sobrevivência ministrado pelo BOPE. Participação do PM Anderson de Arruda, realizado no período de 22 a 26/11/2021;

- Curso de Inteligência Cibernética – CIC 26ª Edição. Participação do servidor Fábio Henrique Mazzo Miorim, no período de 22/11 a 26/11/2021;

- Curso Sobrevivência e Combate Urbano. Ministrado pelo Coordenador do CAOP/CSI para a equipe CSI, em 06/12/2021.

Eventos externos realizados por integrante da equipe CSI:

• Painel LGPD e as Sanções Administrativas: Estamos preparados. Realizado em 02/09/2021, pelo canal LAVISECANDPRIV no YOUTUBE. Painelista: Flávia Renata Beppu.

7.2.5.3 Termos de Cooperação Técnica

Visando subsidiar as atividades desenvolvidas pelo CSI, bem como atender às necessidades de informações que dão suporte aos procedimentos instaurados pelo Ministério Público, o CSI esteve em tratativa para celebração de Termos de Cooperação Técnica com outras Instituições e Órgãos, tendo por objeto o compartilhamento das bases de dados existentes, ferramentas e sistemas utilizados nas atividades de inteligência.

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	
Finalizados	Em Andamento
Termo de Cooperação n. 15/2021 - celebrado com o TJMT	TC a ser celebrado com o TRT 23ª
Operacionalização do TC firmado com o DAE de Várzea Grande/MT	TC a ser celebrado com o INDEA
Operacionalização do TC firmado com a SESP-GO	TC a ser celebrado com a SES
Termo de Adesão REDE + BRASIL - CNMP e Ministério da Economia	TC a ser celebrado com a Polícia Federal
	TC a ser celebrado com a AGER
	TC a ser celebrado com o Detran
	TC a ser celebrado com a PRF
	TC a ser celebrado com o MPPI

7.2.5.4 RIF – Relatório de Informação Financeira

Em 2021 foram produzidos dois Atos Normativos relacionados ao RIF, Ato Conjunto n.º 077/2021-PGJ/CGMP que altera a regulamentação da tramitação dos RIFs no MPMT e o Ato Normativo Conjunto n.º 080/2021-PGJ/CGMP que regulamenta o monitoramento de PEPs no MPMT.

Paralelamente foram desenvolvidas novas funcionalidades no Portal de Apoio à Investigação que auxiliarão no recebimento, extração de dados, encaminhamento e análise dos RIFs (Adicionada a opção de difundir ou não o RIF, com ou sem análise; Criada aba RIF para as consultas avançadas; Criação tela de listar RIF baseado na tabela CSI_RIF_CONTROLE; Função para difusão automática, via e-mail, de novos RIFs para os membros; Formulários com informações do RIF; Informação de movimentação do RIF através do envio de e-mail para o responsável de cada etapa; Tela de detalhamento RIF).

Registra-se que foram encaminhados 96 (noventa e seis) RIF's no ano de 2021.

7.2.5.5 LAB-LD: SIMBA

O Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD, é a concretização da meta 16 da ENCCLA 2016, que previa a necessidade de “Implantar Laboratório modelo para a aplicação de soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações e para a difusão de estudos sobre as melhores práticas em hardware, software e a adequação de perfis profissionais”.

Apresentamos de maneira sucinta, as demandas recebidas e produzidas pelo LAB-LD nos últimos 12 (doze) meses, especificamente em relação a quantidade de cargas recebidas pelas instituições financeiras, número de cadastro de cooperações técnicas, relatórios preliminares produzidos, atendimentos de tira-dúvidas a membros e servidores, dentre outras atividades relacionadas a quebra de sigilo bancário.

Entre os meses de janeiro a dezembro de 2021, o Simba recebeu 88 (oitenta e oito) cargas. Dessas, foram analisadas 36 (trinta e seis). As demais encontram-se em quarentena, em processo de conclusão de análise pela equipe do LAB-LD.

Foram cadastrados no Simba pelos membros do Ministério Público, 10 (dez) novas cooperações técnicas, comumente denominadas como “caso simba”;

O LAB-LD utiliza o Delfos como um BI de análise dos casos cadastrados no

Simba. Tanto o CCS, como as cargas recebidas pelas Instituições Financeiras são importadas para o Delfos, e por meio deste, são emitidos relatórios de análise bancária. No período em questão, foram importados 36 (trinte e seis) cargas. Dentre os casos concluídos, somam-se 5 (cinco) casos.

O LAB-LD, nesse período fez a gestão da liberação de 30 (trinta) chaves de acesso, para fins de transmissão de carga para o Sistema Simba.

Foram encaminhadas em média, mais de 40 notificações, através de e-mail, às instituições financeiras com pendência no cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário.

Foram realizados cerca de 50 (cinquenta) atendimentos via plataforma Teams, e-mail institucional e Whatsapp, aos membros e servidores do Ministério Público.

7.2.5.6 Produtos Relacionados ao PAI – Portal de Apoio à Investigação

Novas Funcionalidades	Melhorias	Ajustes e Correções	Novas Bases de Dados	Volume de Dados
• Adicionado webservice GEIA PJC às consultas simples, avançada e relatório; • Anexar arquivo com análise para validação de acessos ao PAI e vinculação do assessor ao Membro Responsável; • Criação aba bolsa família; • Criação página observatório; • Criação webservice Sentry; • Criar tela de consulta webservice SIC – S3I; • Relatório de atividades acessos de	• Aba de doadores – add campo doador originário; • Adicionar grid ex-sócio na aba consulta avançada; • Adicionar os novos campos na consulta simples e avançada e relatório; • Ajuste de dados em antecedentes criminais; • Ajuste na ordenação da grid da ANOREG; • Alteração das chamadas em pessoa jurídica, por possuir novos campos na tabela;	• Ajuste botão + informações consultas avançadas; • Ajuste de arquivos para download; • Ajuste de exibição de foto no webservice do SIC; • Inserção logo CSI no PAI; • Na busca avançada, alterar o resultado de envolvidos por citados;	• Pessoas Jurídicas; • Sócios; • Ex-Sócios; • Óbitos.	Incremento de 60% (sessenta por cento)

Novas Funcionalidades	Melhorias	Ajustes e Correções	Novas Bases de Dados	Volume de Dados
assessores ao sistema; • Webservice • Antecedentes criminais TJMT; • Relacionadas ao RIF: adicionada a opção de difundir ou não o RIF, com ou sem análise; Criada aba RIF para as consultas avançadas; Criação tela de listar RIF baseado na tabela CSI_RIF_CONTROLE; Função para difusão automática, via e-mail, de novos RIFs para os membros; Formulários com informações do RIF; Informação de movimentação do RIF através do envio de e-mail para o responsável de cada etapa; Tela de detalhamento RIF.	• Alterar a chamada dos links de BI a fim de ocultar a url para usuário; • Cadastro de links externos; • Clique no link do CPF e CNPJ das consultas no PAI simples e avançada, abrindo em outra aba, preservando a original; • Criação de 5 (cinco) formulários para levantar dados sobre a atenção básica; • Exibir abas da consulta avançada, após carregar conteúdo; • No campo de busca rápida na grid, verificar a possibilidade de desconsiderar a acentuação; • Ordenação grid de Boletim de ocorrência; • Ordenação grid sentry por data;	• Tirar o alerta "Campo Município deve ser preenchido com outro campo qualquer para melhor otimização da busca." na Aba BO.		

7.2.5.7 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

- Apresentação do Projeto de LGPD ao Ministério Público do Piauí;
- Apresentação do Projeto de LGPD ao Ministério Público do Rio Grande do Norte;
- Workshop LGPD – no evento promovido pelo CNMP;
- Estruturação da página de LGPD no site do MP/MT;
- Capacitações para as Promotorias de Justiça Criminais da Capital, CAO Ambiental,

Coordenação do Núcleo Ambiental e para o Núcleo de Execução Penal;

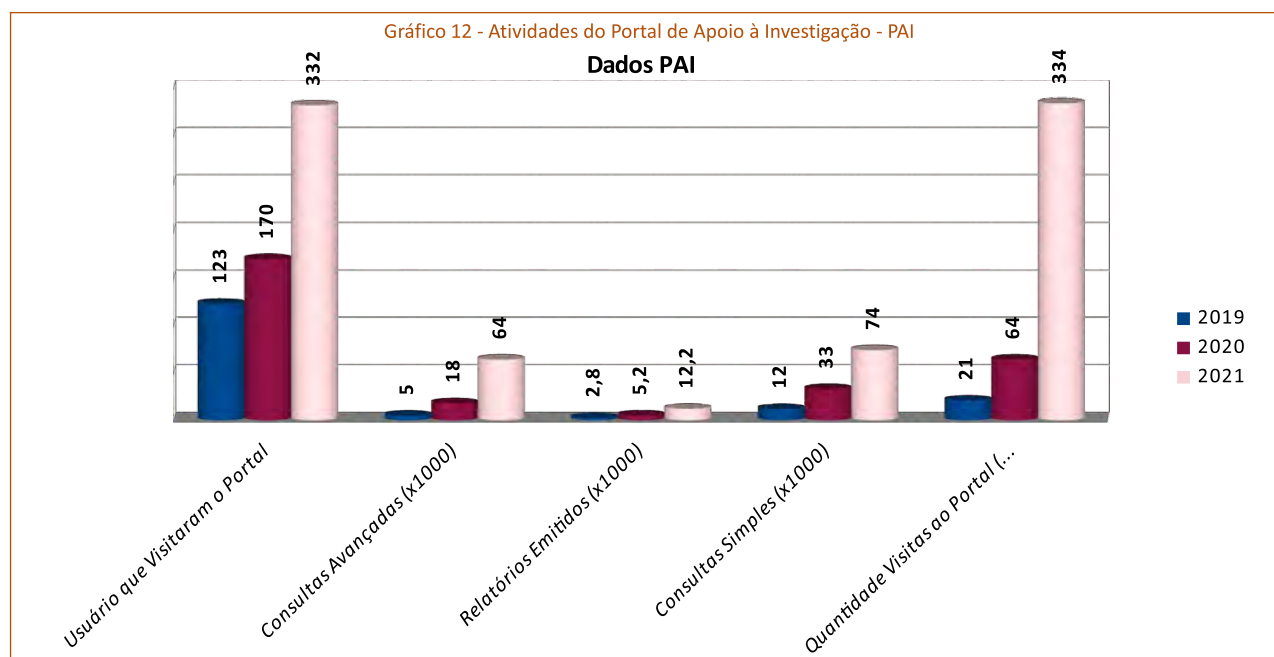
- Manifestações do Coordenador do CAOP/CSI como encarregado nos processos: SIMP 003082-005/2021, GEDOC 2014.0001.0004054/2021-90, GEDOC 2014.0001.0001504/2021-70 e Registro Ouvidoria n. 52293.

7.2.5.8 Demandas CETI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

- Voto do Coordenador do CSI nos Gedoc's 2014.0001.0003636/2021-66, 2014.0001.0003075/2021-42, 2014.0001.0005604/2021-47 e 2014.0001.0004965/2021-34;
- Encaminhamento de demandas como Encarregado (Ofícios 05/2021 e 056/2021).

7.2.6 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Produtividade das atividades relacionadas ao PAI			
Atividades	2019	2020	2021
Produção de Relatório de Inteligência	20	37* (demanda elevada pela produção de Relatórios sobre COVID)	35
Produção de Relatório Técnico	10	31 (demanda elevada pela produção de Relatórios sobre COVID)	13
Produção de Informes	178	253	285



Fonte: CAOP-CSI

7.3 CENTRO DE ESTUDOS DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-CEAF

7.3.1 Composição

Tabela 35 - Composição CEAF

CARGO	NOME
Promotor de Justiça Coordenador	Paulo Henrique Amaral Motta
Supervisora Administrativa	Sílvia Cristina Garbim Pinto
Técnica Administrativa	Marcela Tereza Belizário da Silva do Prado
Auxiliar de Agente Administrativa	Antonia Maciel Couto
Assistente Ministerial	Fabiana Fátima Prado Ribeiro Ricartes
Técnico Administrativo	Hélio da Silva Taques Filho
Assistente Ministerial	Thogo Eilert Lemos dos Santos
Estagiário	Rennan Antonio Xavier Duarte

7.3.2 Principais Atribuições da Unidade

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – CEAF, tem como missão promover o aperfeiçoamento funcional, por meio de treinamentos, seminários, congressos, simpósios, estudos e publicações e quaisquer outras atividades que visem o aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, devendo servir também como órgão auxiliar na elaboração das diretrizes políticas institucionais do Ministério Público.

Durante o desempenho de tal missão, em 2021, o CEAF proporcionou a qualificação de membros e servidores do MP/MT, efetuando as atividades de coordenação, supervisão, divulgação, inscrição, apoio logístico, material, e avaliação de cursos para aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores deste Ministério Público. Participou também das reuniões de “Avaliação de Desempenho” e “Progressão Funcional”.

Ressalte-se que o desempenho de tal missão contou com o apoio e empenho da equipe do CEAF e de vários outros colaboradores (membros, servidores e departamentos), que voluntariamente cooperaram com a Instituição, sem prejuízos de suas atribuições normais.

Cabe ao CEAF coadjuvar junto a Comissão de Exame de Seleção de Credenciamento de Estagiários do Ministério Público, fazendo toda divulgação e coordenação do processo para a realização.

7.3.3 Iniciativas de Destaque no Ano de 2021

- Visita técnica da Comissão da SECITEC, que elaborou relatório para o Conselho Estadual de Educação, para que o CEAF/Escola Institucional cumpra requisitos que a torne apta a se tornar Escola de Governo;

- Elaboração de minuta para iniciar a primeira revista jurídica do MPMT;

- Retomada do Painel do Conhecimento hoje denominado “Boletim Informativo”, sendo lançado, a 1ª edição em 06/12/2021;

- Considerando o período pandêmico, o CEAF organizou e disponibilizou dois cursos, sendo um voltado para a saúde mental do trabalhador, denominado “Ciclos Evolutivos” e o outro para auxiliar os chefes a lidarem com a gestão remota, realizado por meio de webinar, assim denominado: “A nova liderança, atitudes que transformam”.

7.3.4 Atuação do CEAF em 2021

1. CONVÊNIOS

03/2021 – FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – MT: Promoção do aperfeiçoamento técnico funcional do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, subsidiando, por meio do FUNAMP-MT, através da realização de cursos de especialização Lato Sensu em Direito do Agronegócio; em Direito Penal e Direito Processual Penal; e em Direito Processual civil: Teoria e Prática;

04/2021 – FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – MT: O presente Instrumento tem por objeto a promoção do aperfeiçoamento técnico funcional do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, subsidiando, por meio do FUNAMP-MT, através da realização de Curso de Extensão LGPD;

07/2020 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Realização de cursos na modalidade a distância, apresentados na Plataforma Moodle da Escola Virtual do CEAF/ESMP, a serem transportados para uso no ambiente virtual de aprendizagem do MPMT, durante seus períodos de realização, com a finalidade de ampliar os conhecimentos de membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, conforme especificados no Plano de Trabalho que seguem anexo ao convênio;

2. COOPERAÇÕES TÉCNICAS

23/2019 – Cooperação mútua e ampla entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/ CEAF e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, por meio Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF visando ao desenvolvimento conjunto das ações de interesse das partes conveniadas, na modalidade presencial e/ou a distância;

26/2019 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
cooperação técnica entre os partícipes, de modo a consolidar linhas de pesquisa, publicações e eventos conjuntos de interesse mútuo;

35/2003 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MT; AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – A Cooperação Técnica recíproca em áreas de interesse e competência das partes convenientes, observada a legislação vigente, e a aplicação de cursos de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos Ministérios Públicos, compreendendo a participação de membros dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

7.3.5 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 36 - Atividades CEAF

Atividades		2019	2020	2021
Total de Procuradores Capacitados		45,71%	36,36%	3,18%
Total de Promotores de Justiça Capacitados		77,67%	76,05%	70%
Total de Servidores Capacitados		52,03%	76,13%	55,41%
Especialização	Quantidade Cursos Ofertados	05	01	04
	Nº Convênio/Contrato	Convênios 01 e 07/19 Contrato 80/19	Convênio 06/2020	Convênio 01/2021 e Contrato 094/2021
	Total Membros	15	28	01
	Total Servidores	19	32	22
Porcentagem de execução do PAC		-	85,10%	83,78%

7.4 DIRETORIA-GERAL

7.4.1 Composição

Tabela 37 - Composição Diretoria-Geral

Cargo	Nome
Diretor-Geral	Ricardo Dias Ferreira
Assessor (a) Especial	Anne Cristina Garcia Neves
	Carina Carvalho de Araújo
	Roberta Paes de Barros Veras de Carvalho Spechotto
Oficial (a) de Gabinete	José Fabrício da Silva Nascimento
	Kátia Millena Britto Ribeiro
Analista de Sistemas	Fabrício Rodrigo Taez Konzen
Analista Jurídico	Franklyn Rogério França da Silva
Técnico (a) Administrativo	Fabiana Natália dos Santos Dias
	Thiago Ataíde de Oliveira Rodrigues
Auxiliar Ministerial	Priscilla Aparecida Castilho Cruz

7.4.2 Principais Atribuições da Unidade

Prestar Assessoramento técnico administrativo e jurídico a Procuradoria-Geral de Justiça e demais unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, relacionadas a:

- Transporte;
- Planejamento e Orçamento;
- Programação Financeira;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Modernização Administrativa;
- Informática;

- Recursos Humanos;
- Gerenciamento do uso de materiais;
- Coordenar os departamentos da PGJ;
- Emitir parecer técnico-jurídico;
- Apreciar e autorizar pagamentos de diárias de servidores;
- Apreciar e decidir acerca das solicitações de servidores;
- Solicitações e prestações de contas de auxílio-saúde de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- Analisar e deliberar acerca das aquisições com fundamento no artigo 24, I e II da Lei nº 8.666/1993;
- Ordenar despesas;
- Determinar empenhos, liquidações e pagamentos;
- Promover a execução financeira dos contratos de obras e serviços de engenharia;
- Assistir o Procurador-Geral de Justiça e Órgãos Auxiliares;
- Atuar na realização de certames através da equipe de pregoeiros;
- Análise, elaboração e decisão de Termo Circunstanciado de Informação – TCI;
- Governança de gestão de riscos.

7.4.3 Iniciativas de destaque no Ano 2021

- Elaboração de projeto para implantar a governança de gestão de riscos na área meio do Ministério Público de Mato Grosso;
- Integração entre os Departamentos e Assessoria Jurídica;

- Especialização da Assessoria Jurídica para análise dos processos por assuntos, garantindo celeridade e aumentando a produtividade;
- Apoio no desenvolvimento de sistema informatizado para a gestão da execução orçamentária pelo Deplan.

7.4.4 Atuação da Diretoria-Geral em 2021

- Participação na implementação de melhorias afetas aos Processos Organizacionais de Formalização de Termos de Parcerias e Congêneres, de Gestão de Pessoas e de Aquisição e Contratação;
- Análise de solicitações e prestações de contas de auxílio-saúde de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- Gerenciamento das compras públicas através do sistema de pregão.

7.4.5 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

No ano de 2021 foram encaminhados 10.288 processos à Diretoria-Geral e realizados 11.119 movimentos, entre pareceres técnico-jurídico e tramitações ordinárias, conforme extraído do Sistema GEDOC.

7.5 GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL CONTRA O CRIME ORGANIZADO – GAECO

7.5.1 Composição

Tabela 38 - Composição GAECO

Unidade	Cargo	Nome
GAECO	Procurador de Justiça Coordenador	Roberto Aparecido Turin
GAECO CAPITAL	Promotores de Justiça	Alessandra Gonçalves da Silva Godoi Kledson Dionysio de Oliveira Daniela Berigo Buttner Jorge Paulo Damante Pereira.
GAECO AMBIETAL	Procurador de Justiça	Gerson Natalício Barbosa
	Promotores de Justiça	Joelson de Campos Maciel Marcelo Caetano Vacchiano
GAECO BARRA DO GARÇAS	Promotores de Justiça	Clarissa Cubis de Lima Canan Marcos Brant Gambier Costa
GAECO CÁCERES	Promotores de Justiça	Augusto Lopes dos Santos Liane Amélia Chaves
GAECO RONDONÓPOLIS	Promotores de Justiça	Adriano Roberto Alves Reinaldo Antônio Vessani Filho
GAECO SORRISO	Promotores de Justiça	Luiz Fernando Rossi Pepino Maisa Fidelis Gonçalves Pyrâmides

7.5.2 Principais Atribuições da Unidade

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado GAECO tem como principal atribuição atuar na prevenção e repressão das atividades no combate ao crime organizado no Estado. Foi criado e estruturado o GAECO Ambiental que executa atividades extra e judiciais no combate à crimes dessa modalidade. Os promotores integrantes do grupo, manifestam como titulares das ações penais, nas investigações realizadas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado-GCCO e Polícia Judiciária

Civil. Ainda, presta apoio operacional dando cumprimento a medidas judiciais e diligências a unidade ministeriais deste Estado e de outras unidades federativas. Realiza extração de dados de dispositivos eletrônicos bem como realiza análise do material extraídos e documentos arrecadados.

7.5.3 Planejamento Estratégico no ano de 2021

A meta estabelecida para redução do tempo médio de investigação foi reduzido conforme estabelecido na macro-ação “Tornar mais célere a atividade investigativa e promover maior eficiência na gestão de tramitação das ações penais – duração média das investigações”, porém no item “percentual de ações penais com gestão realizada” encontra-se em fase de elaboração em razão de depender do desenvolvimento de outras atividades em curso.

Ocorreu um avanço nas atividades de fixação e validação de rotinas padronizadas no âmbito do Grupo restando pendentes atividades correlacionas ao indicar o Aumentar em.

Houve avanço nas atividades padronização da rotina com a elaboração e validação do procedimento operacional da macro-ação “estabelecer rotina de investigação para identificar ativos financeiros”, porém houve a necessidade de reprogramar algumas atividades em razão de não ter sido estabelecido um indicador interno para medir o tempo de investigação para levantamento de patrimonial.

7.5.4 Iniciativas de Destaque no Ano de 2021

- Veículos são apreendidos em operação realizada pelo Gaeco e PF; (a)
- Gaeco desarticula organização especializada em fraudes no ensino superior; (b)
- Gaeco desarticula esquema operado sob disfarce de marketing multinível; (c)
- O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), iniciará na próxima semana, pela unidade regional de Rondonópolis, ciclo de capacitação presencial voltado para atividades práticas. O curso é composto por dois módulos. O primeiro ocorrerá no período de 20 a 24 de setembro e o segundo de 18 a 22 de outubro; (d)
- Contadores de empresas fantasmas são alvos de operação do Gaeco; (e)

7.5.5 Atuação do GAECO no ano de 2021

- Foi encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça e corregedor Geral do Ministério Público, requerimento de revisão e alteração da Resolução nº 35/2009-CPJ notadamente com relação a redação de seu artigo 11, para que se amolde ao artigo 13 da Resolução nº 181/2017CNMP. (GEDOC 20.14.0001.0004453/2021-84);
- Foi encaminhado ofício ao Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de justiça, proposta de ampliando e melhorais do espaço físico da sede deste Grupo, visando corrigir pontos vulneráveis que comprometem a segurança e funcionalidade do Grupo;
- Encontra-se em fase de análise atualização do Regimento Interno, e Procedimento Operacional Padrão, bem com elaboração do Plano de Segurança Orgânica do Grupo;
- Houve participação dos membros integrantes do GAECO Regional no “Estágio de Planejamento em Inteligência aos Membros do MP”, realizado em Brasília/DF – GEDOC 20.14.0001.0003476/2021-79 e participação na reunião denominada “5ª Câmara de Inteligência do Estado” organizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso”;

- No decorrer do ano de 2021, os servidores integrantes deste Grupo participarem de 15 (quinze) cursos de capacitação, na modalidade presencial e on-line. Ainda, o GAECO capital deu início ao ciclo de capacitação das unidades regionais na modalidade presencial voltado para as atividades práticas;
- Aquisição de 02 licenças de uso da ferramenta UFED Cold (duplicador forense), que permite extrações com maior camada de segurança, confiabilidade e celeridade.
- Treinamento e capacitação para agentes policiais sobre uso de rádios comunicadores portáteis HT doados pela Secretaria de Segurança Pública, utilizando a faixa de frequência do Comando Militar e Corpo de Bombeiro Militar;
- Auxílio na estruturação do GAECO ambiental;
- Solicitação de criação de módulo no Sistema GEIA/PJC-MT que atenda as necessidades do GAECO-Ambiental – GEDOC 20.14.0001.0003474/2021-36 (em fase de elaboração);
- Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Rodoviária Federal (em fase de celebração) – GEDOC .20.14.0001.0005913/2021-46;
- Acordo de Cooperação Técnica com Ministério Público do Estado de Rio Grande do Norte (em fase de celebração) GEDOC 20.14.00010001729/2021-09.

7.5.6 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 39 - Atividades GAECO

Atividades	2019	2020	2021
Procedimentos instaurados de apoio prestados a outras unidades ministeriais e de outras federações.	76	105	72
Instauração de Procedimento Investigatório Criminal – PIC	09	10	08
Relatório produzidos referentes as ações de inteligência/ diligências.(próprias e em apoio).	198	143	226
Operações deflagradas (próprias e em apoios)	02	14	12

7.6 GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI

7.6.1 Composição

Tabela 40 - Composição GSI

Cargo	Nome
Ten. Cel. PM	Leonardo Leite de Amorim Gabriel Rodrigues Leal
Maj. PM	José Maria Lima Silva
Sub. Ten. PM	Genecy Constantino Ferreira Paulo Damacena Meira Luiz Antônio de Amorim

7.6.2 Principais Atribuições da Unidade

- Implementação de medidas protetivas deferidas a Membros Ministeriais;
- Execução da segurança pessoal do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça ou de quem o represente na função;
- Elaboração de Relatórios Técnicos de Análise de Risco;
- Elaboração de Relatório de Vulnerabilidades;
- Auxílio aos membros no procedimento de aquisição de arma de fogo para defesa pessoal;
- Orientação quanto à segurança durante as fases de elaboração dos projetos de engenharia por integrante do Corpo de Bombeiro Militar;
- Orientação quanto aos procedimentos a serem adotados quanto a prevenção e combate a incêndio por integrante do Corpo de Bombeiro Militar;

- Realização de estudos técnicos para indicação de soluções tecnológicas e equipamentos que possam complementar e/ou atualizar as barreiras físicas existentes, submetendo à avaliação da administração superior;
- Coordenação para realização de procedimento de desinfecção nas áreas e instalações Ministeriais da capital e em comarcas do interior do Estado em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

7.6.3 Iniciativas de destaque no Ano 2021

1. Auxílio ao Departamento de Engenharia na instalação de sistema de videomonitoramento por circuito fechado de tv via internet protocolo (CFTV-IP) nas áreas internas e externas dos prédios próprios das sedes das Promotorias de Justiça do interior do Estado de Mato Grosso (GEDOC nº 20.14.0001.0007505/2019-39);

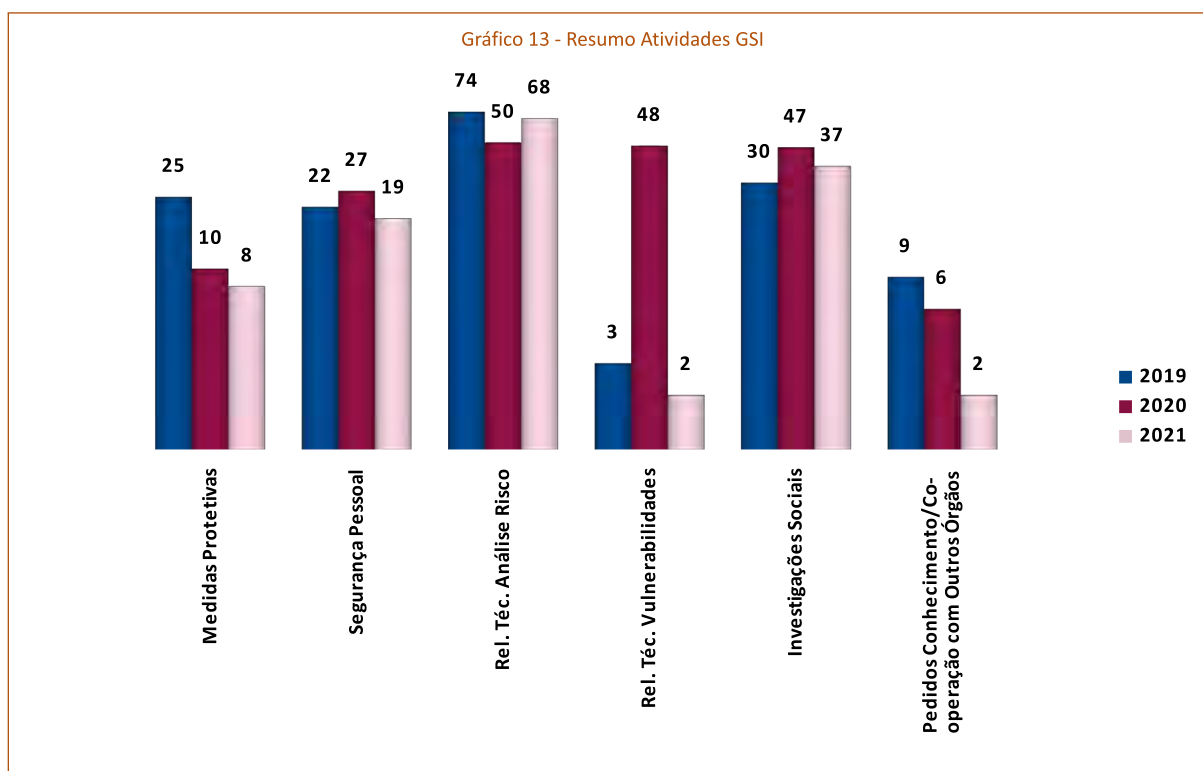
2. Auxílio ao Departamento de Engenharia na instalação de sistema de videomonitoramento por circuito fechado de tv via internet protocolo (CFTV-IP) na Procuradoria-Geral de Justiça, sede das Promotorias de Justiça da capital, sede das Promotorias de Justiça da infância e juventude da capital, sede das Promotorias de Justiça de Poconé, sede das Promotorias de Justiça de Rosário Oeste (GEDOC nº 20.14.0001.0004709/2020-62).

7.6.4 Atuação do GSI no Ano de 2021

- Participação no Curso de Extensão em Tutela Jurídica e a Lei Geral de Proteção de Dados LGPD;
- Participação no curso de capacitação em Operadores de Atendimento Pré Hospitalar –APH Policial no Protocolo MARC1;
- Participação no 13º Curso de Proteção de Dignitários da Casa Militar/MT;

- Participação no Curso de Inteligência Cibernética;
- Participação no Curso de Sobrevivência Policial;
- Auxílio na instalação, configuração e utilização do sistema de circuito fechado de TV (CFTV-IP) em unidades Ministeriais das comarcas do interior do Estado e nas unidades localizadas em Cuiabá e Várzea Grande.

7.6.5 Produtividade das Principais Atividades da Unidade



Fonte: GSI

7.7 NÚCLEO DE AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA – NACO

7.7.1 Composição

Tabela 41 - Composição NACO

Cargo	Nome
Procurador de Justiça Coordenador	Domingos Sávio de Barros Arruda
Assessora Especial	Juliana Barros Bertholdo Muller
Assessor de Procurador	Daniel Kinjo
Oficial de Gabinete	Suelen Barros Bergamim Damin
	Victor Lucas Alvim
	Stéfanny Rocha Rodrigues
Assistente Ministerial	Ludmila Carla Campello Jorge
Auxiliar Ministerial	Yasmin Batista Vido
Estagiário	Higor Xavier Duarte

7.7.2 Principais Atribuições da Unidade

- Requisitar a instauração de Inquérito Policial em face de agentes detentores de foro especial por prerrogativa de função;
- Instauração de Inquérito Policial pelo Delegado de Polícia integrante do NACO;
- Oferecimento de Denúncia;
- Manifestações Judiciais;
- Requerimento de Medidas Cautelares;

7.7.3 Planejamento Estratégico 2021

O tempo médio de tramitação das investigações no ano de 2020 foi de 07 (sete) meses, sendo que no ano de 2021 (1ª Semestre) foi de 10 (dez) meses. Um dos fatores que contribuiu significativamente para os referidos números, foi em razão da pandemia causada pela COVID-19.

Outro fator, foi pelo fato de que houve declínio de competência em vários Inquéritos Policiais que tramitavam neste núcleo, em virtude da perda de foro especial por prerrogativa de função de vários investigados, restando impossível concluir as investigações.

No período correspondente entre os anos de 2020 e o 1º semestre de 2021, foi elaborada uma tabela contendo todas as ações penais e seus respectivos andamentos processuais; houve a ampliação dos contatos com os Desembargadores e com as serventias judiciais em média 40 %; foi inserido o assunto “competência por prerrogativa de função” nos procedimentos em trâmite neste núcleo; a adoção de programas de computadores que permitem o alerta acerca de prazos processuais não foi realizada devido a pandemia da Covid-19.

7.7.4 Iniciativas de destaque no Ano 2021

- MPE denuncia 19 pessoas acusadas de envolvimento na operação Rota final; (<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/103205/mpe-denuncia-19-pessoas-acusadas-deenvolvimento-na-operacao-rota-final>);
- MP deflagra 3ª fase da Operação Rota Final; (<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/100409/mp-deflagra-3-fase-da-operacao-rotafinal>)
- OPERAÇÃO SÓCIO OCULTO – Inquérito apura possível direcionamento de licitação e superfaturamento; (<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/99570/inquerito-apurapossivel-direcionamento-de-licitacao-e-superfaturamento>)

- Ministério Público deflagra a Operação “Inter Amicum”;
(<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/98986/ministerio-publico-deflagra-a-operacaointer-amicum>)

7.7.5 Atuação Ministerial do NACO no Ano de 2021

- Termo de Cooperação Técnica n° 10/2019 (A assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público de Mato Grosso e o Governo do Estado possibilitou a implantação de uma inédita Delegacia de Polícia para atuar junto ao Naco. Neste primeiro momento, a unidade policial conta com um Delegado de Polícia, uma escrivã e três investigadores de Polícia);
- Portaria n° 533/2020-PGJ (Designação de um Promotor para auxiliar o Coordenador do NACO no desempenho de suas funções);
- Ampliação do espaço físico destinado ao NACO;
- Quadro de assessores ampliado;
- Operações Policiais realizadas pela equipe da Polícia Judiciária Civil integrante do NACO e agentes do GAECO.

7.7.6 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 42 - Atividades NACO

Atividades	2019	2020	2021
Requisição de Inquérito Policial/ Procedimento Investigatório Criminal/ Verificação Preliminar de Informação	38	14	11
Denúncia	10	06	04
Despacho	227	187	155
Recurso	15	06	19
Manifestações	231	118	148
Ofício	294	289	143

Fonte: SIMP

7.8 NÚCLEO DE APOIO À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES – NARE

7.8.1 Composição

Tabela 43 - Composição NARE

Cargo	Nome
Promotor de Justiça Coordenador	Ezequiel Borges de Campos
Analistas Jurídicos	Eraldo Fernando Freire Itamar Camargo Mário
Assistentes Ministeriais	Karen Regina da Silva Calmon Barros Thiago Silva da Penha
Oficiais de Gabinete	Bruna Cristina Fava da Costa Izadora Cristina de Anastácio e Barros Rosair Arruda Reis

7.8.2 Principais Atribuições da Unidade

O Núcleo de Apoio para Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores possui, como destinação precípua, a interposição de recursos constitucionais junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. A função é, portanto, de controle da higidez do Direito, conforme preceitua, por corolário, o artigo 127 da Constituição da República de 1988 (“defensor da ordem jurídica”).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado com base na produção individual dos servidores deste setor, concernente ao período de 07 de janeiro de 2021 a 30 de novembro de 2021 e tem por finalidade proceder a demonstração das atividades desenvolvidas por este Núcleo de Apoio.

O Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Antônio Borges Pereira, por intermédio do Ato Administrativo nº 834/2019-PGJ, datado de 28.08.2019, regulamentou o funcionamento do Núcleo de Apoio para Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores – NARE, com vigência a partir de 02.09.2019.

O relatório ainda retrata a atual performance do NARE, versando sobre questões de ordem funcional e institucional.

7.8.3 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 44 - Atividades NARE

Atividade		Quantitativo
Recursos	STJ	428
	STF	35
	Embargos Prequestionadores	49
Contrarrazões	STJ	884
	STF	253
	De Recurso Extraordinário Criminal (Turma Recursal)	89
Ciências	Juizado Especial	48
Intimações	Eletrônicas STJ	3.683
	Eletrônicas STF	185
Cadastro de Membros Tribunais Superiores	STF	3
	STJ	3
Produtividade	Até 30.11.2021	5.475

Fonte: SIMP

7.9 OUVIDORIA

7.9.1 Composição

Tabela 45 - Composição Ouvidoria

Cargo	Nome
Procuradora de Justiça Coordenadora	Rosana Marra
Assistentes Ministeriais	Leilimar da Silva Dias Amanda Irigoyen Corrêa da Silva Celi Maria de Souza Geórgia Lucas dos Santos Rodrigues

7.9.2 Principais Atribuições da Unidade

A Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso é um canal aberto de comunicação com o cidadão. Seu objetivo é fortalecer a cidadania e elevar, continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição, tendo como meta o aprimoramento dos serviços prestados.

A Ouvidoria do Ministério Público recebe, examina e encaminha reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informação e sugestões de qualquer interessado sobre as atividades desenvolvidas pelos Procuradores e Promotores de Justiça, assim como dos servidores da Instituição.

7.9.3 Planejamento Estratégico 2021

A pandemia obrigou a alteração do planejamento inicial, já em março, vez que, agendada a realização da primeira Ouvidoria Itinerante para o município vizinho de Nossa Senhora do Livramento e, com a Equipe comparecendo in loco para divulgação de data e local, surgiu a preocupação com o risco de propagação e contágio da pandemia do COVID19, fato que obrigou ao cancelamento do evento.

Posteriormente, foi sugerida a realização de uma Ouvidoria Virtual, estabelecendo contato com os representantes de bairros para proceder a pesquisa sobre a situação da comunidade frente a pandemia, com foco na área de saúde.

Todavia, listados 15 (quinze) bairros onde foi realizada a Ouvidoria Itinerante em 2019 e, com previsão de conclusão em 31 de julho p.p., a realização da pesquisa foi postergada pois não confirmados vários contatos dos representantes contatados em 2019 em razão da ocorrência das eleições comunitárias.

Colocou-se em pauta, então, se seriam realizados apenas com os contatos disponíveis e, assim definido, prorrogou-se o prazo de conclusão para 30 de novembro/2020, vez que já ultrapassado o período de campanha eleitoral, o que em tese poderia aumentar os riscos de propagação do vírus na comunidade e, com isso, obter respostas mais adequadas a proposta da pesquisa.

Ressalta-se que esta Ouvidoria do Ministério Público sempre trabalhou para estar presente nas comunidades mais carentes, desenvolvendo projetos como a Ouvidoria Itinerante, com atendimentos na região metropolitana de Cuiabá, bem como em alguns municípios do interior do estado onde a percepção da carência é maior.

Entretanto, considerando que os referidos projetos precisaram ser temporariamente suspensos em razão do surto pandêmico da COVID19 e, com o objetivo de estreitar a distância entre a Ouvidoria e população, fora disponibilizado

mais 4 canais de atendimentos a população via whatsapp, que ficam de plantão 24 horas.

No dia 04 de agosto foram retomados, de forma ordenada e organizada, os projetos da Ouvidoria Itinerante, paralisados desde 2020, em razão da pandemia da Covid-19.

7.9.4 Iniciativas de destaque do ano 2021

No Ano de 2021, esta Ouvidoria esteve presente em diversos encontros nacionais realizados de forma virtual, que teve início em 22 de janeiro de 2021, com o II Encontro Regional do CNOMP/Região Sudeste, cujo objetivo foi incentivar uma maior integração entre as ouvidorias através da troca de experiências.

Em 08 de fevereiro de 2021, ocorreu a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), com Palestras do: Dr. Rui Carlos Kolb Schiefler, Procurador de Justiça do MP/SC e Relator do subgrupo da LGPD no CNMP “Proposta de criação de uma política de proteção de dados pessoais e regulamentação da LGPD no MP brasileiro”; “MPDFT e a implementação da LGPD” com Dr. Libanio Alves Rodrigues, Ouvidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; “Tratamento das manifestações registradas na Ouvidoria e a LGPD” com Dr. Ney Roberto Zanlorenzi, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Paraná; e, “Processo de implantação da LGPD no MP/SP” com Dr. Gilberto Nonaka, Ouvidor do Ministério Público do Estado de São Paulo. Nesta ocasião também foram debatidos outros assuntos de interesse do Colegiado.

A 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP) foi realizada no dia 26 de março de 2021, com deliberações sobre a retomada ou não das contribuições dos Conselheiros e sobre a contratação de um contador para organizar e regularizar os registros contábeis e a situação fiscal do Conselho. Apresentação da Carta de Serviços Virtual pelo Dr. Paulo

Celso Ramos dos Santos além de assuntos de interesse do Colegiado. Posteriormente foi realizada a solenidade de posse da nova Diretoria do CNOMP.

Em 17 de maio de 2021, participamos da 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP) onde foram deliberadas questões como: definição de data para avaliação, com prazo para resposta das atas, criação de área restrita no site do CNOMP para os associados, atuação dos Vice-presidentes regionais – definição de propostas e projetos e encaminhamento para a Presidência e diretoria do Colegiado e inclusão em pauta das Reuniões Ordinárias e sobre retorno das reuniões regionais (criação de pauta).

No dia 30 de junho de 2021, participamos da Reunião no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com deliberações a respeito da possível adesão a Rede Nacional de Ouvidorias - plataforma “Fala BR”.

Retorno das atividades da Ouvidoria Itinerante (04/08/2021), no qual o primeiro bairro contemplado, foi o Bairro Itamaraty, Rua Cantagalo, onde realizamos o levantamento dos moradores da localidade, distribuimos kits de lanche e divulgamos a realização de atendimentos.

A Ouvidoria Geral do MPMT distribuiu para as famílias da região previamente cadastradas, 65 cestas básicas doadas pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP-MT).

Além disso, a convite do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do bairro Jardim Vitória, a Ouvidoria Geral participou, no dia 23 de setembro de 2021, das 9h às 11h, da Festa do Dia das Crianças, com objetivo de levar informações relevantes à população, para resolução de possíveis demandas da região.

A programação do evento incluiu, ainda, palestra sobre educação em saúde bucal, ministrada por dentistas do CEO, distribuição de kits odontológicos, brinquedos arrecadados, lanches e atividades de recreação, bem como palestra com a Promotora de Justiça da Promotoria da Infância e Juventude, Dra. Valnice Silva dos Santos.

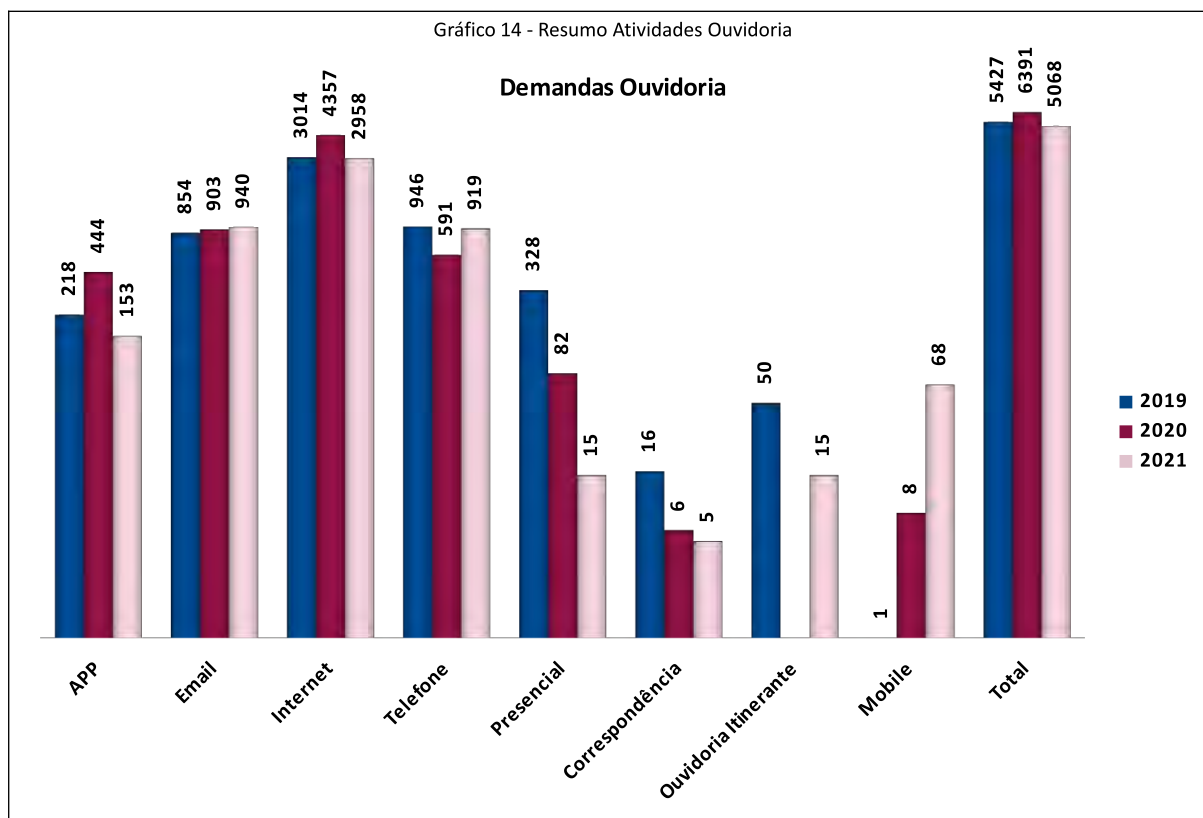


A Ouvidoria Itinerante Participa de Ação Social no bairro Osmar Cabral em Cuiabá (<https://www.youtube.com/watch?v=er4dh1lgKRE>)

7.9.5 Atuação Ministerial da Ouvidoria no Ano de 2021

• Acordo de Cooperação Técnica nº 017/2020 – Implantação da Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

7.9.6 Produtividade das principais atividades da Unidade



8.1 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – DEPLAN

O Departamento de Planejamento e Gestão, órgão de administração sistêmica, tem como missão promover a integração da execução orçamentária com a elaboração dos instrumentos de planejamento e a melhoria dos sistemas e processos administrativos.

8.1.1 Composição

Tabela 46 - Composição DEPLAN

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Annelyse Cristine Cândido Santos
Gerente Desenvolvimento e Projetos	Alex Magalhães Dias
Gerente de Planejamento e Execução Orçamentária	Davidson Aparecido Sodré Monteiro
Gerência de Gestão	Diego Dias de Lima

8.1.2 Principais Atribuições da Unidade

1. Gerência de Planejamento e Execução Orçamentária

Elaboração, controle, acompanhamento, orientação e avaliação da execução orçamentária das unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ e do Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – FUNAMP.

2. Gerência de Gestão

Tem como missão, coordenar os trabalhos de elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, tático e operacional, bem como orientar os processos de melhoria nos sistemas administrativos necessários ao pleno desenvolvimento da instituição.

2.1. Escritório de Processos Organizacionais – EPO

Tem como atribuição a programação, coordenação e realização de estudos sobre as rotinas administrativas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a fim de racionalizar, otimizar e padronizar seus procedimentos e métodos.

2.2. Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica – NEGE

Tem como atribuição a coleta e sistematização dos dados estatísticos do MPMT, notadamente os relacionados ao desempenho funcional dos órgãos de execução, bem como as informações sobre a gestão orçamentária, financeira e fiscal da Instituição. Ainda, elabora padrões e indicadores para coleta de dados estatísticos no âmbito da gestão estratégica do MPMT.

3. Gerência de Desenvolvimento e Projetos

Assessorar na elaboração e gestão de projetos, monitorar e controlar o desenvolvimento e execução de projetos estratégicos, fomentar a cultura de projetos, estabelecendo, implantando e mantendo padrões e boas práticas de elaboração e gestão de projetos para o fortalecimento da governança institucional.

8.1.3 Iniciativas de destaque no Ano 2021

1. Gerência de Planejamento e Execução Orçamentária

- Projeto de criação do Sistema Informatizado de Apoio à Gestão da

Execução Orçamentária – SIAGEO (observação: Início da elaboração do Sistema no exercício de 2020)

2. Gerência de Gestão

- Ajustes e melhorias, como automatização do FOCO através da autenticação do CROWD, melhoria dos layout das telas, o suporte ao Tableau em novas páginas, cadastro de premiações de projetos através do BEP e exibição no FOCO;

- Elaboração do Manual Orientativo para Navegação no Portal Foco, visando ampliar e popularizar o acesso ao Portal Foco, que foi desenvolvido para fins de acompanhamento da execução e monitoramento dos resultados da Gestão Estratégica. A ferramenta oferece subsídios para a atuação ministerial e da área meio no cumprimento do PEI, além de disponibilizar à sociedade as iniciativas estratégicas institucionais do MPMT; (<https://bit.ly/3iTJdNz>)

- Elaboração do Manual Lançamentos e Acompanhamento Assuntos PEI; (<https://bit.ly/2VieOQL>)

- Elaboração de Manuais do BAPRE, para o público externo no qual o usuário obtém informações sobre como acessar, realizar o cadastro, documentações exigidas e o processo de homologação. E ao público interno (somente servidores do MPMT), relacionadas às análises dos cadastros dos projetos e das entidades, elaboração de relatórios, entre outros itens;

- MP/MT em Números, um novo produto a ser lançado no Portal FOCO, com informações estatísticas da produtividade do MP/MT, cujo painel principal com dados gerais já fora implementado. Já foram levantamos temas específicos para a implementação dos futuros painéis temáticos, GEDOC (20.14.0001.0005522/2021-30);



- Acompanhamento funcional (Meritocracia) – Elaboração da proposta da regra de negócio a ser aplicada. Mapa de indicadores e forma de aferição com integração com SIMP, criação do painel de acompanhamento no BI – Tableau. Submissão à Administração e posterior aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público através da Resolução nº 091/2021; (<https://youtu.be/MdRvU6IS6v0>)



- Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Gestão Orçamentária – SIAGEO – aplicação web que tem como principal objetivo dar suporte aos processos operacionais da Gerência de Orçamento do Departamento de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que contempla as seguintes ações: Levantamento, análise, prototipação e documentação dos requisitos de sistema do módulo Execução como cadastro e manutenção de PTA, Atendimentos de Itens de PTA, Extrato de Execução Orçamentária, Cadastro e manutenção de Crédito Adicional, Emissão de Informações Orçamentárias (antigo OPAR), Estorno de Atendimentos, dentre outras; Levantamento, análise, prototipação e documentação dos requisitos de sistema do módulo Planejamento: Cadastro de Campanha de Planejamento, Manutenção dos Parâmetros de Campanha, Geração das Fichas Individuais de Planejamento (FIPs), Monitoramento de Campanha, etc.; Operação assistida à equipe da Gerência de Orçamento; Controle de atendimento das pendências (melhorias e ajustes); (<https://bit.ly/3AsxTQL>)



3. Gerência de Desenvolvimento e Projetos

- 1. Três projetos Finalistas e Premiados no Prêmio CNMP 2021

A. Projeto “Aplicativo Projeto Luz”

B. Projeto “Água para o Futuro – Interiorização”

C. Projeto “Satélites Alertas” <https://mpmt.mp.br/conteudo/58/104355/tres-projetos-do-mpmt-sao-finalistas>;

• Apoio à elaboração do Projeto “Reconstruindo Sonhos” PEI – CAO Criminal - (<https://bit.ly/3hvRQOA>) – (<https://www.youtube.com/watch?v=9RqaZWLKnIA>);

• Atualização e registro de 35 projetos no BNP-CNMP (Banco Nacional de Projetos) - (<https://mpmt.mp.br/conteudo/58/99123/mpmt-cadastra-e-atualiza-35-iniciativas-no-banconacional-de-projetos>)

8.1.4 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

1. Gerência de Planejamento e Execução Orçamentária

1.1. Execução Orçamentária

Tabela 47 - Atividades Execução Orçamentária - DEPLAN

Atividade	Unidade	
Pedidos de Empenho – PED’s	3.612 PGJ	106 FUNAMP
Empenho	3.306 PGJ	92 FUNAMP
Estorno	257 PGJ	18 FUNAMP
Informação Orçamentária – OPAR	523 (Unidades Orçamentárias PGJ e FUNAMP)	
Informação APLIC – TCE	180	
Ordens de Serviços de Diárias Cadastradas no FIPLAN	1.278	
Lançamentos dos Empenhos e Estornos de Empenhos no Sistema E-JADE, aproximadamente	500 de 2020	1.200 de 2021

• Elaboração e lançamento do PTA/LOA no Sistema FIPLAN, envolvendo diversos estudos com a projeção da despesa com pessoal e com a Despesa Primária Corrente-DPC;

Realizadas várias reuniões de alinhamento e retirada de dúvidas com cada Unidade demandante, bem como foram realizadas diversas reuniões com a Administração Superior para deliberações;

• Validação das receitas próprias da PGJ e do FUNAMP com o apoio da Gerência de Contabilidade/DEFIN para fins de projeção das receitas para a LDO;

- Elaboração mensal do Relatório das Despesas por Ação Orçamentária (janeiro a dezembro/2021) da PGJ e do FUNAMP e os seus lançamentos no Portal Transparência;

- Elaboração e lançamento no Sistema FIPLAN de:

- ▷ 8 Créditos Adicionais por Superávit Financeiro, sendo 01 (um) para o FUNAMP e 7 para a PGJ;

- ▷ 1 Crédito Adicional por Anulação de Dotação na PGJ;

- ▷ 2 Transferências Orçamentárias entre Categorias Econômicas de Despesa na PGJ;

- ▷ 1 Transposição Orçamentária entre Programas de Governo na PGJ;

- ▷ 32 Alterações de Região do Quadro de Detalhamento de despesa , os quais envolveram diversas reuniões com a Administração Superior e com as Unidades demandantes, bem como, seus acompanhamentos concomitantes junto a SEFAZ, além de seus lançamentos no Portal Transparência;

- Lançamentos das Peças Orçamentárias LDO e LOA no Portal Transparência;

- Ajustes diários na execução orçamentária, dialogando com as áreas;

- Controle diário da Planilha da execução orçamentária e controle inteligente BI;

- Cadastro dos credores no Sistema FIPLAN (fornecedores, servidores, órgãos, etc) dos que ainda não possuem, além de encaminhamento de e-mail para a SEFAZ solicitando suas autorizações, bem como seus acompanhamentos;

- Controle na emissão de disponibilidade orçamentária de licença prêmio com período aquisitivo anterior a LC 173/2020;

- Nos processos de solicitação e empenhos e estornos, em diversas situações são verificados vários documentos, tais como: ofício do solicitante, orçamentos dos fornecedores, informe com a classificação orçamentária (DEFIN), mapa de cotação de preços (DAQ), parecer jurídico, despacho da autoridade superior, relatório para fins de

empenho e liquidações (DGP), ordem de serviço de diária (DEFIN), concessão de adiantamento-CAD (DEFIN), memória de cálculo para licença prêmio (DGP) e demais documentos (ex: e-mails, CIs). Na renovação de contratos, por diversas vezes são analisados contratos e atas anteriores;

- Com relação aos Acompanhamento/Levantamentos de Informações e Estudos de Impactos, foi realizado conforme demanda institucional.

1.2. Planejamento, Controle e Monitoramento Orçamentário

- Acompanhamento Receita Corrente Líquida, Repasses do duodécimo x orçamento: Mensal;

- Acompanhamento da Despesa com pessoal: Mensal;

- Acompanhamento das Despesas primárias correntes: Mensal;

- Acompanhamento das Despesas previdenciárias: Mensal;

- Estudos de impacto orçamentário/financeiro: Por demanda institucional. Em média 2 estudos por mês.

2. Gerência de Gestão

2.1. Planejamento Estratégico Institucional – PEI

- Constante interlocução com todas as áreas para dirimir dúvidas acerca do PEI, com reuniões através de videochamadas, para auxiliar em relação ao preenchimento dos documentos referentes a apuração do Planejamento Estratégico (apuração ciclo 01/01/2021 a 30/06/2021);

- Apuração dos resultados apresentados pelas Unidades em relação ao Planejamento Estratégico (ciclo 01/01/2021 a 30/06/2021);

- Apuração e publicação mensal dos resultados alcançados do PEI através do PortalTransparência;

2.2. Relatório de Ações Governamentais – RAG

- Acompanhamento e orientação a todas as áreas no que diz respeito ao lançamento dos dados no RAG 2020.

2.3. Portal FOCO e Portal BEP

- Manutenção das páginas do Portal Foco;

- Análise de alterações necessárias para atender mudança de requisitos, adequando novas informações que o portal BEP necessita armazenar para manter compatibilidade com o sistema do CNMP;

2.4. Planos de Trabalho – Elaboração/alteração de 24 Planos de Trabalhos quando do estabelecimento de Convênios, Termos de Cooperação Técnica ou Acordos de Cooperação de interesse do MP/MT;

2.5. Sistema SIAGEO

- Operação assistida à equipe da Gerência de Orçamento;

- Controle de atendimento das pendências (melhorias e ajustes);

- Apoio no levantamento de requisitos do módulo Painel de Informações;

- Elaboração do painel;

2.6. APLIC MP – Auditoria Pública Informatizada

- Atendimento às demandas da Gerência de Controle e Pagamento de Pessoal – GCPP relativas a variações no fluxo de informações enviadas periodicamente ao TCE/MT;

- Atendimento às demandas da Gerência de Inativos (Aposentados e Pensionistas) relativas ao processo cadastral dos benefícios previdenciários, em virtude da inexistência de funcionalidades e/ou falhas apresentadas no sistema APLIC MP;

- Atendimento às demandas de Concurso Público, relativas ao processo final de homologação do último concurso público de membros do MPE/MT;

- Repasse de conhecimento a respeito do APLIC MP para novos integrantes da equipe técnica do DTI, em razão da necessidade de migrar a integração que o sistema tem com o Protheus para o novo sistema Athenas;

2.7. Relatório de Gestão – Elaboração e publicação do relatório de gestão 2020, no qual são retratadas, de maneira ordenada e aglutinadas segundo a estrutura organizacional da instituição, as principais atividades desempenhadas pelo órgão ao longo do ano, bem como análises comparativas com os anos anteriores, além de um verdadeiro “raio-x” sobre como está organizada sua estrutura funcional;

2.8. BAPRE – administração do portal, no qual foram enviados aproximadamente 365 mensagens de e-mails, com diversas solicitações como: orientações, solicitação de informações e correção de cadastros, envio de documentos. Atendimentos esses que em alguns deles, acarretaram em contatos direto via telefone, plataforma teams ou google meet. Reuniões via teams e google meet, com público externo para dar suporte na utilização do sistema. Reuniões via teams com Promotores, Servidores e Assessores, para orientações em geral e sugestões em relação a possíveis melhorias do sistema. Reuniões com equipe BAPRE, para discussão de melhorias. O BAPRE representa o arauto da transparência por ocasião da destinação de verbas oriundas de TACs e Acordos, beneficiando projetos de fundamental importância à sociedade, além de publicizar toda destinação efetuada pelos membros da instituição, perfazendo, desta feita, um verdadeiro sistema de ganha-ganha, com ganhos aos autores dos acordos, ao MP/MT e a toda sociedade. Outras atividades relativas ao BAPRE.

2.9. Atuações Pandemia COVID-19

- Elaboração de painel para acompanhar a atuação ministerial no enfrentamento a pandemia;
- Acompanhamento dos TAC's destinados ao controle da pandemia;
- Auxílio ao Programa Vida Pleno para elaborar questionário sobre casos de COVID-19 no MPMT;
- Análise e elaboração de relatório sobre os casos de COVID-19 no MPMT;

2.10. Outras atividades de BI e estatística

- Painel Autocomposição 2020;
- Apoio técnico no acompanhamento apuração PEI 2020;
- Criação Painel de acompanhamento de "Tempo de tramitação de ações penais" ligadas ao tráfico de drogas;
- Desenvolvimento do Painel de Acompanhamento Institucional;
- Atendimento Procuradoria criminal, dados tempo de tramitação;
- Extração dados TCU;
- Atendimento atualização painel ouvidoria;

- Atendimento à PJE Defesa da Probidade e do Patrimônio Público para apuração indicador patrimônio público;

- Levantamento dados SEMA;

- Levantamento de dados do Patrimônio afetos ao estoque antigo até 2019;

- Criação do Painel Impressões;

- Elaboração de relatório sobre feminicídio para público externo;

- Elaboração de relatório sobre “Pedidos de Afastamento realizados pelos integrantes do MPMT” para o Programa Vida Plena;

- Elaboração de questionário em parceria com a COGER e Administração Superior, com posterior apresentação de relatório final da pesquisa;

- Análise dos sistemas disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso em prol da apuração dos indicadores de impacto do PEI;

- Elaboração de relatório sobre quantitativo de pessoas em extrema pobreza no Estado de Mato Grosso solicitada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar;

2.11. Escritório de Processos Organizacionais – EPO

- Mapeamento e melhoria de 05 macroprocessos organizacionais, considerados Críticos pela Diretoria-Geral;

- Identificação de Problemas e respectivas Melhorias;

- Plano de Ação para proceder as melhorias;

- Fluxograma da Rede Protege de Cuiabá e de Várzea Grande, para Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Interpessoal ou Auto-provocada.

3. Gerência de Desenvolvimento e Projetos

- Apoio à elaboração do Programa DIALOGAR – Autocomposição no MPMT;

- Apoio à elaboração do Projeto de Implantação dos Núcleos Locais de Autocomposição;

- Apoio à elaboração do Projeto Núcleo Estadual de Autocomposição – NEA;

- Apoio à elaboração do Projeto Núcleo Autocompositivo “Construindo Diálogos”;
- Apoio à elaboração do TAP do Projeto de Melhorias no SISDIA (DEFIN);
- Apoio à elaboração do Plano de Ação do GAECO AMBIENTAL;
- Apoio à elaboração do Projeto de Gestão de Riscos;
- Apoio à elaboração do TAP do Projeto Central de Serviços do DAA;
- Apoio à elaboração do Projeto “CIBUS” - Segurança Alimentar (CAO DH);
- Apoio à elaboração do Projeto “Finanças na Escola” - PJ Apiacás;
- Apoio à elaboração do Projeto “MP em Números” (DEPLAN);
- Apoio à elaboração do Projeto “GIRASSOL” - (Núcleo das PJ. Infância e Juventude);
- Apoio ao projeto “Lagoa do Jacaré” - PJ. Meio Ambiente e Ordem Urbanística;
- Apoio ao projeto “Lagoa do Jacaré” - PJ. Meio Ambiente e Ordem Urbanística;
- Apoio ao projeto “Recuperação e Proteção de Nascentes e Cursos D’água” - PJ. Meio Ambiente e Ordem Urbanística;
- Apoio à elaboração do Projeto “1ª Mostra Estudantil de Arte de Barras do Garças”;
- Apoio à elaboração do Projeto “Minhas mãos também falam edição 2” - Barra do Garças;
- Elaboração do Projeto “Dimensionamento da Força de Trabalho – MPMT” (DEPLAN);
- Apoio à elaboração do Projeto “Direitos Humanos em Debate”;
- Apoio à elaboração do Projeto “Energia Renovável” PEI – DENGÉ;
- Apoio à elaboração do Projeto “SIAGEO” PEI – DEPLAN;
- Apoio ao projeto “Rede de Enfrentamento” - PEI – CAO Violência Doméstica;

- Apoio ao projeto “Núcleo de Defesa da Vida” - PEI – CAO Criminal;
- Atualização e registro de projetos no BEP (Banco Estadual de Projetos);
- Levantamento e apoio ao registro de boas práticas – no prêmio INNOVARE;
- Elaboração do Manual do Banco Estadual de Projetos – BEP;
- Participação e apoio às Reuniões de Planejamento Estratégico – Polos Regionais;
- Apoio e acompanhamento das iniciativas do PEI 2020-2023 – reuniões;
- Capacitação de novos Promotores de Justiça – Metodologia de Projetos;
- Apoio na revisão da RESOLUÇÃO N° 141-CPJ/MPE/MT – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017 – que dispõe sobre o planejamento estratégico institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

8.2 CONTROLE INTERNO

8.2.1 Composição

Tabela 48 - Composição Controle Interno

Cargo	Nome
Chefe de Departamento/Auditor	Leandro Seije Nagasawa
Analista Engenheiro Civil	Gabriella Folador Arrais da Costa
Técnico Administrativo	Alfredo Fitl Júnior

8.2.2 Principais Atribuições da Unidade

A Auditoria de Controle Interno, órgão de avaliação e de assessoramento da administração, tem como missão o exame e análise da adequação e eficiência dos sistemas e processos, bem como a qualidade do desempenho das unidades sistêmicas no cumprimento das metas, objetivos e políticas definidas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do desempenho das atribuições dispostas no art. 28, incisos I a VII, do Ato Administrativo nº 520/2016-PGJ (Regimento Interno).

8.2.3 Iniciativas de destaque no Ano 2021

Apoio ao desenvolvimento do projeto de implantação da gestão de riscos no Ministério Público do Estado de Mato Grosso:

a) Recomendação de capacitação para as quatro unidades que constam como meta do Planejamento Estratégico 2020-2023 (Gerência de Controle e Pagamento de Pessoal, Departamento de Engenharia, Departamento de Aquisições e Departamento de Tecnologia da Informação) – ETAPA FINALIZADA;

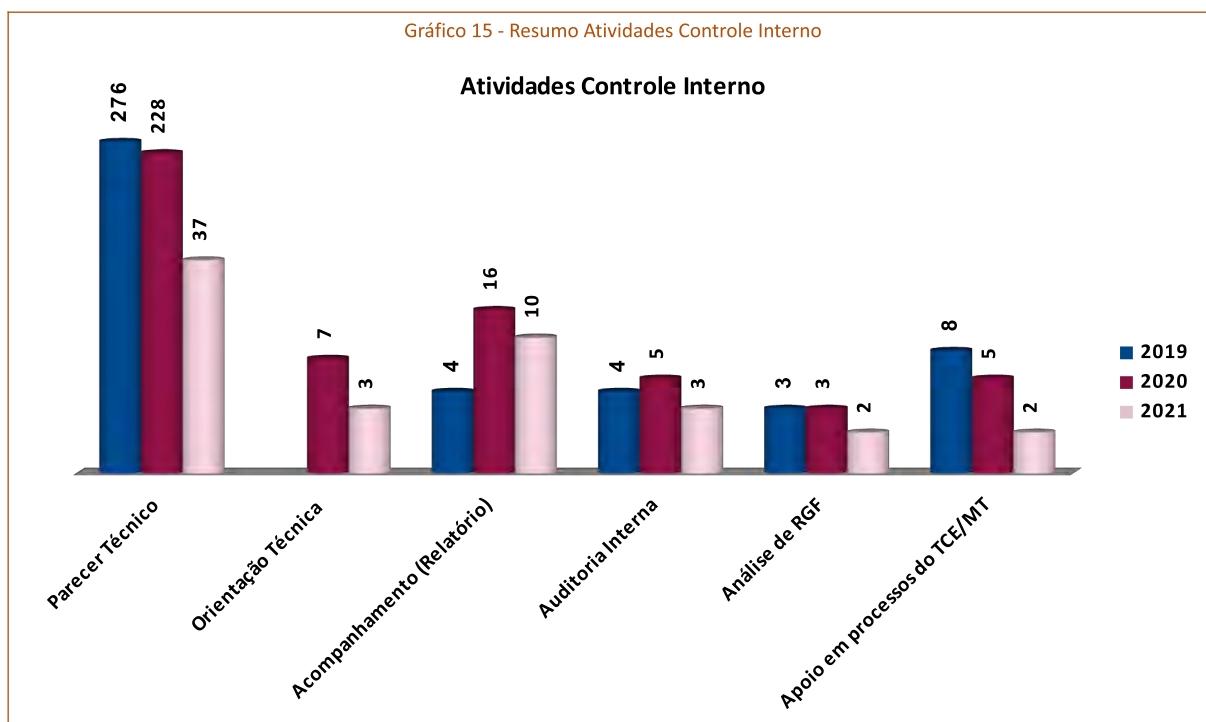
b) Apoio na elaboração de Termo de Abertura de Projeto para implantação da gestão de riscos – ETAPA FINALIZADA;

c) Indicação de professor capacitado para ministrar oficina de gestão de riscos para as unidades adotadas para a implantação inicial – ETAPA FINALIZADA;

d) Participação na oficina de gestão de riscos, com auxílio aos servidores envolvidos no desenvolvimento do mapeamento de riscos – ETAPA FINALIZADA;

e) Monitoramento do mapeamento de riscos em cada unidade – EM ANDAMENTO

8.2.4 Produtividade das Principais Atividades da Unidade



Fonte: Controle Interno - MPMT

8.3 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAA

O Departamento de Apoio Administrativo, órgão de administração sistêmica, tem como missão coordenar as atividades de recebimento e expedição de documentos e materiais, a execução de serviços de manutenção em geral, transportes, segurança, controle e conservação patrimonial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, através das gerências de Documentação e Arquivo, Gerência de Materiais e Almoxarifado Central, Gerência de Manutenção e Transporte e Gerência de Patrimônio.

8.3.1 Composição

Tabela 49 - Composição DAA

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Susana Fátima dos Santos
Gerente Documentação e Arquivo	Rafael Adão
Gerente Materiais e Almoxarifado Central	Marcos Aurelio Borges Nogueira
Gerente de Manutenção e Transporte	Antônio Evangelista da Costa
Gerente de Patrimônio	Wando Geremias Barbosa
Gerente de Serviços Gerais	Honorato Pires de Miranda Neto

8.3.2 Principais Atribuições da Unidade

1. Gerência de Documentação e Arquivo

Tem como missão promover a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, preservar e facilitar o acesso aos documentos sob a sua guarda, acompanhar e implementar a política arquivística.

2. Gerência de Materiais e Almoxarifado Central

Tem como missão coordenar a gestão e disponibilização de materiais para a execução e desenvolvimento das atividades institucionais, observados os quesitos qualidade, eficiência e tempestividade.

3. Gerência de Manutenção e Transporte

Tem como missão administrar, controlar e disponibilizar a frota de veículos para a realização das diligências e transporte de pessoal necessários, bem como dos recursos inerentes à frota, para melhor atender à demanda do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

4. Gerência de Patrimônio

Tem como missão controlar os materiais permanentes, bem como os bens inservíveis e imóveis, administrando o patrimônio da Instituição, visando ao seu pleno funcionamento.

5. Gerência de Serviços Gerais

Tem como missão planejar, executar e controlar atividades referentes à manutenção e conservação.

8.3.3 Iniciativas de Destaque no Ano de 2021

1. Gerência de Documentação e Arquivo

- Processo de Eliminação de Materiais e Encaminhamento Para Reciclagem;



- Realização de Cursos de Gestão Documental em algumas Comarcas e Polos do Estado.



2. Gerência de Materiais e Almoxarifado Central

- Realização de Curso com equipe do Almoxarifado Central



- Recebimento e conferência de Totens para Utilização de Álcool



3. Gerência de Patrimônio

Por meio do projeto “Vida Plena”, executamos o projeto de melhorias no ambiente de trabalhos, no qual foram adquiridos e colocados à disposição de todos os Membros e Servidores, diversos bens e equipamentos, visando o bem-estar no trabalho, tais como:

- Substituição de todas as cadeiras por cadeiras modelo ergonômica;
- Distribuição de umidificadores de ar;
- Suporte para monitor;
- Suporte para os pés;
- Kits para brinquedoteca;

Neste segundo semestre de 2021, estamos executando projeto de renovação dos bens mobiliários e condicionadores de ar, com mais de 10 (dez) anos de utilização, em todas as Promotorias da Capital e interior, sendo os seguintes bens: Armário alto, armário tipo estante, armário baixo, gaveteiro, cadeira giratória, cadeira fixa, longarina.



8.3.4 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

1. Gerência de Documentação e Arquivo

Tabela 50 - Atividades DAA - Gerência de Documentação e Arquivo

Atividades	2019	2020	2021
Classificação e emissão de Termo de Avaliação de Procedimentos Extrajudiciais:	-	924	756
Orientações sobre a Gestão Documental e Arquivística aos servidores e unidades do MP/MT:	32	34	77
Cursos de Gestão Documental e Arquivística	01 (Plataforma Ead - CEAF)	01	12 Cursos
			Participação de 253 servidores
Elaboração de Atos Administrativos relacionados à Gestão	02	-	03

Atividades	2019	2020	2021
Documental (Com aprovação da CPAD e do Procurador-geral de Justiça)			
Reuniões da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD – MP/MT	01	01	02

2. Gerência de Materiais e Almoxarifado Central

Tabela 51 - Atividades DAA - Gerência de Materiais e Almoxarifado Central

Atividades	2019	2020	2021
Compra diretas	202	86	43
Elaboração de Estudo de Aquisição	-	-	40
Termo de Referência Aquisição	40	24	52
Gestão / Fiscal -Ata vigente	40	24	52
Aqs (fiplan) de toda compra de materiais de Consumo de Toda a Instituição MPMT.	198	98	97
Conferir, armazenar provisoriamente e distribuir materiais adquiridos através de convênios, Atas e contratos; Coordenar, executar e controlar as atividades de recebimento, guarda, distribuição	52	28	43
Inventários Rotativo e anual Almoxarifado Central	11	02	07

Fontes dos dados aqui detalhados: Sistema GEDOC, Sistema SIMP, Controles Internos da Gerência de Documentação e Arquivo, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD – MP/MT (atas de Reunião).

3. Gerência de Manutenção e Transporte

Tabela 52 - Atividades DAA - Gerência de Manutenção e Transporte

Atividades	2019	2020	2021
Manutenções Realizadas (Ordens de Serviços finalizadas) – Quantidade e Valores	235	226	240
Valores gastos em manutenção de veículos	R\$ 661.863,54	R\$ 460.562,35	R\$ 324.008,62
Abastecimentos realizados (litros)	108.670,54 Litros	91.295,07	74.873,17
Valores gastos no abastecimento da frota	R\$ 387.727,44	R\$ 333.736,79	391.561,45
Requisições de Lavagem de veículos	348	218	185
Movimentação no GEDOC	410	257	695
GEDOC's físicos enviados ao Arquivo Central	58	109	16
Veículos locados	109	65	31

Fontes dos dados aqui detalhados: Sistema GEDOC, PRIME Benefícios, e-JADE.

4. Gerência de Patrimônio

Tabela 53 - Atividades DAA - Gerência de Patrimônio

Atividades	2019	2020	2021
Incorporação de bens patrimoniais	Total de bens: 2.806 Valor total geral: R\$ 6.384.127,07	Total de bens: 4.619 Valor total geral: R\$ 7.499.702,43	Total de bens: 2.515 Valor total geral: R\$ 9.517.383,08
Entrega de bens e ajuste conforme localização do bem	4.379	4.220	3.682
Processos de baixa de bens móveis	4.275	274	5.215
Termos de Responsabilidade, relativos à cautela de bens a Membros e servidores	1	17	434
Medição – Referente as novas construções e reformas das Promotorias	103	46	77
Distribuição de telefones celulares funcionais	280	350	440

5. Gerência de Serviços Gerais

Tabela 54 - Atividades DAA - Gerência de Serviços Gerais

Atividades	2019	2020	2021
Fornecimento de energia elétrica	R\$ 3.087.742,90 (9 contratos)	R\$ 2.604,645,43 (10 contratos)	R\$ 2.596.467,29 - até o mês 11/2021 (11 contratos)
Abastecimento de água	R\$ 186.548,88 (8 contratos)	R\$ 216.208,57 (7 contratos)	R\$ 90.966,83 - até o mês 11/2021 (7 contratos)
Locação de imóveis	R\$ 515.349,96 (23 contratos)	R\$ 499.850,76 (21 contratos)	R\$ 590.879,28 (21 contratos)
Postos Terceirizados – Auxiliar Administrativo (quantidade de postos ativados)	27	27	79
Postos Terceirizados – Recepcionista (quantidade de postos ativados)	94	95	95
Postos Terceirizados – Office Boy (quantidade de postos ativados)	41	30	25
Postos Terceirizados – Vigilantes (quantidade de postos ativados)	77	81	82
Postos Terceirizados – Serviços Gerais (quantidade de postos ativados)	139	139	139
Postos Terceirizados – Copeira (quantidade de postos ativados)	15	15	15
Postos Terceirizados – Garçom (quantidade de postos ativados)	7	1	1
Postos Terceirizados – Jardineiro (quantidade de postos ativados)	4	0	0
Postos Terceirizados – Limpador de vidros	4	0	0

Atividades	2019	2020	2021
(quantidade de postos ativados)			
Postos Terceirizados – Encarregado de limpeza (quantidade de postos ativados)	2	2	2
Postos Terceirizados – Oficial de manutenção predial (quantidade de postos ativados)	7	7	7
Postos Terceirizados – Técnico de manutenção de aparelhos ar-condicionado (quantidade de postos ativados)	7	7	7
Fornecimento de materiais e atendimentos – Carimbos e acessórios (unidades fornecidas)	1.033	397	183
Fornecimento de materiais e atendimentos – cópias de chaves, molas de piso, fechaduras, e outros mais (unidades fornecidas)	712	295	37
Fornecimento de materiais – Água Mineral em galões de 20L (unidades fornecidas)	13.000	4.880	3.822
Fornecimento de materiais – Gás de cozinha (GLP) em botijões de 13 kg (unidades fornecidas)	140	42	43

Fontes dos dados aqui detalhados: Sistema GEDOC, Sistema E-JADE, Controles Internos da Gerência de Serviços Gerais do MP/MT.

8.4 DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE – DAEXP

8.4.1 Composição

Tabela 55 - Composição DAEXP

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Ana Paula Teodoro Ninomiya
Gerente de Movimentação Processual	Geanny Merielle paes Godoes

8.4.2 Principais atribuições da Unidade

- Executar serviços de protocolo e tramitação de documentos direcionados a Procuradoria-Geral de Justiça e órgãos internos;
- Cadastrar e tramitar todos os documentos internos e externos referentes aos procedimentos administrativos no sistema GEDOC;
- Cadastro, distribuição e movimentação de procedimentos extrajudiciais em 1ª e 2ª Instância, no Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP;
- Tramitação, distribuição e movimentação processos judiciais, autos físicos e eletrônicos em 1ª e 2ª Instância no Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP e no sistema de Processo Judicial eletrônico – PJE;
- Triagem e a movimentação diária de todos os processos, encaminhados da Vara de Saúde em Várzea Grande, pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE, a esta Instituição que são de atribuição dos Promotores de Justiça da Capital e Interior;

- Elaborar a escala mensal referente às sessões de julgamento do Tribunal de Justiça, bem como as pautas das referidas sessões, encaminhando-as aos Procuradores de Justiça das Câmaras respectivas;

- Expedir, promover, supervisionar, controlar e fiscalizar os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT;

- Recebimento, remessa e entrega das correspondências das Promotorias de Justiça da Capital e da Procuradoria-Geral de Justiça;

- Atendimento e orientação ao público externo e interno de todo o Estado (servidores, promotores, partes em processo, advogados e etc), por meio de telefone, e-mail e presencial, no que se refere ao acesso às informações sobre tramitação de documentos, procedimentos ou processos.

8.4.3 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 56 - Atividades DAEXP

Atividades	2019	2020	2021 (até 11/21)
Registros e tramitação de procedimentos administrativos efetuados no sistema GEDOC	9453	6859	6582
Cadastro, distribuição e tramitação de procedimentos extrajudiciais no sistema SIMP	883	524	550
Cadastro, distribuição e tramitação de processos judiciais em 1ª Instância no sistema SIMP	94	65	65
Cadastro, distribuição e tramitação de processos judiciais em 2ª Instância no sistema SIMP	55006	56035	56311
Elaboração das pautas das sessões de julgamento do Tribunal de Justiça encaminhadas aos Procuradores de Justiça	512	523	658

8.5 DEPARTAMENTO FINANCEIRO – DEFIN

8.5.1 Composição

Tabela 57 - Composição DEFIN

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Ludmila Auxiliadora Silvente Audi Bernardino
Gerente de Contabilidade	Carlos Soares Aquino Júnior
Gerente de Tomada de Constas	Raul Barros Taques
Gerente Financeiro	Jorge Fernandez Asencio

8.5.2 Principais Atribuições da Unidade

- Emissão de diárias (ordem de serviço) e concessão de adiantamento;
- Análise e aprovação das prestações de contas de diárias a adiantamento;
- Preenchimento dos relatórios para o portal transparência;
- Análise dos processos para pagamento;
- Emissão das guias para retenção dos tributos no ato dos pagamentos (INSS – IR – ISSQN);
- Liquidação das despesas;
- Realizar os pagamentos de fornecedores, terceirizados, diária, adiantamento e folha;
- Levantamento e emissão de guias do Pasep;
- Conciliação bancária e de folha;
- Registros contábeis;
- Elaboração do RREO e RGF;

- Prestação de contas anual.

8.5.3 Iniciativas de destaque no Ano 2021

- Eliminação de docs físicos vindos para pgto - CI, Gedoc;
- Não impressão das NOBS;
- Remessas bancárias assinadas digitalmente e não impressas;
- Nova segregação do boletim financeiro (terceirizados, folha e diária);
- Melhorias nas planilhas do boletim financeiro;
- Novos fluxos dos processos de pagamento;
- Diminuição dos fluxos de assinaturas (Ofícios, nobs, Nfs);
- Envio via e-mail dos ofícios bancários para pagamento de folha;
- Unificação das folhas de pagamento;
- Acesso as contas bancárias destinadas a pgto de servidores (Santander);
- Agilidade nos pagamentos;
- Novos projetos: Projeto do SisDia;
- Redução das remessas canceladas por inconsistência ou float;
- Melhoria nas rotinas da contabilidade (conciliação bancária);
- Envio dos processos físicos ref. compra direta (anos de 2010 até 2018) e diária e adiantamento (2019) ao arquivo;
- Continuidade do Projeto de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos – ISGC

8.6 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA – DENG

8.6.1 Composição

Tabela 58 - Composição DENG

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	José Francisco Capistrano de Pinho
Gerente de Manutenção	Celso Hugueney de Melo
Gerente de Fiscalização de Obras	Tarsis Sartori Eko
Gerente de Projetos	Wander Cássio Soares de Sá

8.6.2 Principais Atribuições da Unidade

- Planejar, propor, desenvolver e gerenciar as atividades de engenharia civil (projeto, manutenção e fiscalização) no âmbito do MPMT, tais como as abaixo relacionadas, bem como dar suporte técnico de arquitetura e engenharia as demais áreas do órgão, sempre buscando a eficiência e eficácia nas soluções e obediência às normas;

- Prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público, em ações e procedimentos que envolvam conhecimentos técnicos nas áreas de Engenharia e Arquitetura;

- Avaliar propostas de preços de materiais e serviços de Engenharia;

- Atuar em atividade e auxílio aos órgãos de apoio técnico e administrativo, prestando informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de atuação, formação e/ou especialização, indicando a fundamentação, os métodos e os parâmetros aplicados;

- Favorecer a adequada ocupação e ambientação do espaço físico das edificações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, visando o maior conformo

para os clientes internos e externo;

- Executar outros trabalhos técnicos ou administrativos inerentes a sua área de atuação conforme designação pela autoridade competente.

8.6.3 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

1. Atividades do DENGGE

1.1. Obras e Manutenções Realizadas Pelo DENGGE

Nº	CONTRATO	OBJETO	INÍCIO - TÉRMINO	VALOR (R\$)	% de conclusão da obra até 12/2021
01	33/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO POR CIRCUITO FECHADO DE TV VIA INTERNET PROTOCOLO (CFTV-IP) NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS PRÉDIOS PRÓPRIOS DAS SEDES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO	20/03/2020 - 15/09/2021	R\$ 878.769,72	100%
02	101/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE SONDAGEM TIPO SPT (STANDART PENETRATION TEST), BEM COMO EXECUÇÃO DE ENSAIO DE PERMEABILIDADE/ABSORÇÃO DO SOLO, DE ACORDO COM A NBR 13.969/97 PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE JACIARA-MT	22/10/2020 - 19/08/2021	R\$ 9.599,94	100%
03	102/2020	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA PARA A EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL E DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO TERRENO QUE ABRIGARÁ A SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE JACIARA/MT	25/11/2020 - 21/09/2021	R\$ 4.800,00	100%
04	132/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO POR CIRCUITO FECHADO DE TV VIA INTERNET PROTOCOLO (CFTV-IP) EM 05 (CINCO) UNIDADES MINISTERIAIS LOCALIZADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO	21/12/2020- 20/12/2021	R\$ 451.024,03	100%
05	134/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR ADEQUAÇÃO DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CUIABÁ E SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO	29/12/2020- 28/12/2021	R\$ 89.594,70	100%

06	77/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO DE 800 KVA - 13,8 KV, PARA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RONDONÓPOLIS - MT	24/08/2020-24/05/2021	R\$ 456.000,44	100%
07	84/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO NA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RONDONÓPOLIS-MT	21/09/2020-19/03/2022	R\$ 1.095.000,00	100%
08	130/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E SUBSCRIÇÕES DOS SOFTWARES AUTO CAD LT E AUTODESK ARCHIECTURE ENGINEERING CONSTRUCTION COLLECTION IC NEW SINGLE-USER 3-YR SUBSCRIPTION	21/12/2020-20/12/2023	R\$ 89.000,00	100%
09	36/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE UMA SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO DE 800 KVA - 13,8 KV, PARA A NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE VÁRZEA GRANDE, LOCALIZADA NA AVENIDA PROJETADA, SESMARIA - BAIRRO CHAPÉU DO SOL - VÁRZEA GRANDE - MT.	08/06/2021-07/06/2022	R\$ 7.850,00	100%
10	53/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INTERLIGAÇÃO DA REDE DE ESGOTO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NA COLETA PÚBLICA	29/06/2021-28/12/2022	R\$ 18.715,42	100%
11	97/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA READEQUAÇÃO DE ESPAÇO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CUIABÁ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO C.I.R.A - COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	23/09/2021-23/03/2022	R\$ 299.194,21	100%
12	98/2021	ONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE IMÓVEL ALUGADO PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA UBIRATÁ/MT	01/10/2021-01/04/2022	R\$ 62.685,92	100%
13	84/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO NA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RONDONÓPOLIS-MT	21/09/2020-19/03/2022	R\$ 1.095.000,00	94,22%
14	133/2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT	18/12/2017-12/06/2022	R\$ 18.379.040,06	87,27%
15	23/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE/MT	18/02/2020-01/02/2023	R\$ 17.079.580,47	86,46%
16	110/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CÁCERES/MT	19/11/2020-18/11/2022	R\$ 1.710.506,91	21,75%
17	131/2020	CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE JUÍNA - MT	22/12/2020-21/06/2022	R\$ 1.840.968,58	68,09%
18	39/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT	12/05/2021-11/11/2022	R\$ 956.635,27	13,05%
19	76/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, PARA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RONDONÓPOLIS – MT	31/08/2021-30/08/2022	R\$ 683.110,25	65,29%
20	65/2021	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA (VISITA PERIÓDICA) E CORRETIVA (EVENTUAIS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO	24/08/2021-23/08/2022	R\$ 714.000,00	Em andamento (Sem medição)
21	66/2021	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA (VISITA PERIÓDICA) E CORRETIVA (EVENTUAIS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO	24/08/2021-23/08/2022	R\$ 189.000,00	Em andamento (Sem medição)
22	67/2021	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA (VISITA PERIÓDICA) E CORRETIVA (EVENTUAIS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA ATENDER AS	24/08/2021-23/08/2022	R\$ 161.000,00	Em andamento (Sem medição)

		UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO			
23	86/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TAMPONAMENTO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO	15/10/2021-14/04/2022	R\$ 9.950,00	Em andamento (Sem medição)
24	107/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETOMADA DA CONSTRUÇÃO DO ANEXO 2 DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO	15/10/2021-14/10/2023	R\$ 6.161.770,77	Em andamento (Sem medição)
25	115/2021	AQUISIÇÃO DE LETREIRO DO TIPO "LETRA CAIXA ALTA", EM AÇO INOXIDÁVEL E SUA INSTALAÇÃO COMPLETA EM PAREDE DE ALVENARIA NOS PRÉDIOS DAS NOVAS SEDES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA MUTUM E LUCAS DO RIO VERDE – MT	25/10/2021-24/10/2022	R\$ 15.799,99	Em andamento (Sem medição)
26	118/2021	CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT	29/10/2021-28/10/2023	R\$ 5.688.030,69	Em andamento (Sem medição)
N.º	CONVÊNIO	OBJETO	INÍCIO - TÉRMINO	VALOR (R\$)	% de conclusão até 12/2021
27	08/2019	PERMUTA DE IMÓVEIS ENTRE OS PARTÍCIPE, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL QUE ABRIGARÁ A NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.	11/11/2020-10/11/2025	R\$ 4.366.001,95	77,47%
28	09/2019	PERMUTA DE IMÓVEIS COM TORNA ENTRE OS PARTÍCIPE, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL QUE ABRIGARÁ A NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA MUTUM-MT.	05/11/2019-04/05/2022	R\$ 4.162.294,25	92,90%
N.º	COMPRA DIRETA	OBJETO	DATA DA AQUISIÇÃO	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
29	18/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA TIPO APOIADO, FABRICADO COM CHAPA DE AÇO EM FORMA CILÍNDRICA, LOCALIZADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CAPITAL	02/03/2021	R\$ 5.500,00	CONCLUÍDO
30	44/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INTERLIGAÇÃO DA REDE DE ESGOTO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NA COLETA PÚBLICA	27/05/2021	R\$ 18.715,42	CONCLUÍDO
31	60/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA EXECUÇÃO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA E NATURAL, NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO DA PROMOTORIA DE CÁCERES.	17/09/2021	R\$ 4.900,00	CONCLUÍDO

Fonte: Sistema E-Jade Departamento de Engenharia – MPMT

1.2. Regularização dos Imóveis Ministeriais Junto ao CB PM - MT

COMARCA	ÁREA DO TERRENO (M²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	STATUS DO ALVARÁ	N.º DO ALVARÁ	SITUAÇÃO INFORMADA DA SEDE (E-MAIL)
Água boa	800	305,08	27/10/2022	503308/2021	Ok. Vigente
Alta Floresta	565,2	472,18	27/10/2022	503321/2021	Ok. Vigente
Alto Araguaia	1.307,33	241,23	27/10/2022	503337/2021	Ok. Vigente
Alto Garças	Alugada	157,59	27/10/2022	503918/2021	Ok. Vigente
Alto Taquari	Alugada	90	27/10/2022	503927/2021	Ok. Vigente
Apiacás	Alugada	88	27/10/2022	503933/2021	Ok. Vigente
Araputanga	1.200,00	297,73	27/10/2022	503517/2021	Ok. Vigente
Arenópolis	1.479,23	351,43	27/10/2022	503558/2021	Ok. Vigente
Aripuanã	1.337,50	351,43	27/10/2022	503578/2021	Ok. Vigente

COMARCA	ÁREA DO TERRENO (M²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	STATUS DO ALVARÁ	N.º DO ALVARÁ	SITUAÇÃO INFORMADA DA SEDE (E-MAIL)
Barra do Bugres	474,9	234,33	27/10/2022	503358/2021	Ok. Vigente
Barra do Garças	1.470,00	1.545,39	12/09/2021	439301/2019	Ok. Vigente
Brasnorte	1.200,00	351,43	27/10/2022	503639/2021	Ok. Vigente
Cáceres (nova sede)	547,8	880,57	21/08/2022	92139/2020	Ok. Vigente
Cáceres (sede antiga)	1.507,80	551,93	Em Construção ou Reforma	248178/2019	Em construção ou Reforma
Campinápolis	Alugado	187,22	27/10/2022	503942/2021	Ok. Vigente
Campo Novo dos Parecis	2.316,00	461,27	27/10/2022	503369/2021	Ok. Vigente
Campo Verde	900	356,18	27/10/2022	503392/2021	Ok. Vigente
Canarana	1.000,00	310,76	27/10/2022	503405/2021	Ok. Vigente
Capital - Infância e Juventude	2.500,00	761	set/24	387483/2020	Ok. Vigente
Capital - PGJ, Anexo e outros	25.810,79	9.489,44	Pendente	-	Pendente - falta confirmação da sede
Capital - Promotorias da Capital	27.840,00	13.371,51	Pendente	-	Pendente - falta confirmação da sede
Chapada dos Guimarães	800	330,45	27/10/2022	503461/2021	Pendente - falta confirmação da sede
Cláudia	1.091,21	340,49	27/10/2022	503672/2021	Ok. Vigente
Colíder	920,28	312,39	27/10/2022	503476/2021	Ok. Vigente
Colniza	1.400,00	284,84	27/10/2022	503688/2021	Ok. Vigente
Comodoro	1.000,00	298	27/10/2022	503516/2021	Ok. Vigente
Cotriguaçu	2.155,34	351,43	27/10/2022	503692/2021	Ok. Vigente
Diamantino	1.312,80	417,26	27/10/2022	504207/2021	Pendente - falta confirmação da sede
Dom Aquino	Alugada	125,55	DESATIVADO		
Feliz Natal	Alugada	158,5	27/10/2022	503951/2021	Ok. Vigente
Guarantã do Norte	1.966,60	384,41	27/10/2022	503497/2021	Ok. Vigente
Guiratinga	576	214,08	27/10/2022	503772/2021	Ok. Vigente
Itaúba	Alugada	96,7	27/10/2022	503960/2021	Ok. Vigente
Itiquira	625	173,81	27/10/2022	503784/2021	Ok. Vigente
Jaciara	800	380,64	27/10/2022	503698/2021	Ok. Vigente
Jauru	1.200,00	336,49	27/10/2022	503793/2021	Ok. Vigente
Juara	450	187,06	27/10/2022	503724/2021	Ok. Vigente
Juína	883,58	327,04	27/10/2022	503752/2021	Ok. Vigente
Juscimeira	Alugada	178	DESATIVADO		
Lucas do Rio Verde	1.200,00	356,18	27/10/2022	503783/2021	Pendente - falta confirmação da sede
Marcelândia	1.200,00	330	27/10/2022	503798/2021	Ok. Vigente

COMARCA	ÁREA DO TERRENO (M²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	STATUS DO ALVARÁ	N.º DO ALVARÁ	SITUAÇÃO INFORMADA DA SEDE (E-MAIL)
Matupá	1.200,00	340,49	27/10/2022	503808/2021	Ok. Vigente
Mirassol D'Oeste	1.500,00	356,09	27/10/2022	503806/2021	Ok. Vigente
Nobres	432	170,36	27/10/2022	503816/2021	Ok. Vigente
Nova Canaã do Norte	Alugada	196,57	27/10/2022	503999/2021	Ok. Vigente
Nova Monte Verde	Alugada	-	27/10/2022	-	Ok. Vigente
Nova Mutum	2.000,00	360,1	27/10/2022	497011/2021	Ok. Vigente
Nova Ubiratã	Alugada	138	27/10/2022	504019/2021	Ok. Vigente
Nova Xavantina	990	304,7	27/10/2022	503828/2021	Ok. Vigente
Paranaíta	Alugada	128	27/10/2022	-	Ok. Vigente
Paranatinga	880	305,08	27/10/2022	503884/2021	Ok. Vigente
Pedra Preta	667	147,55	27/10/2022	503832/2021	Ok. Vigente
Peixoto de Azevedo	1.600,00	357,34	27/10/2022	503903/2021	Ok. Vigente
Poconé	792	330,45	27/10/2022	503845/2021	Ok. Vigente
Pontes e Lacerda	1.050,00	383,95	27/10/2022	503707/2021	Ok. Vigente
Porto Alegre do Norte	3.148,65	329,22	27/11/2022	503865/2021	Ok. Vigente
Porto dos Gaúchos	Alugada	250	27/10/2022	504195/2021	Pendente - falta confirmação da sede
Porto Esperidião	Alugada	115	27/10/2022	504102/2021	Ok. Vigente
Poxoréu	Alugada	135,39	27/10/2022	503719/2021	Ok. Vigente
Primavera do Leste	1.600,00	1.510,99	Pendente	-	Pendente - falta confirmação da sede
Querência	Alugada	391,73	27/10/2022	497015/2021	Ok. Vigente
Ribeirão Cascalheira	864	330	27/10/2022	503877/2021	Ok. Vigente
Rio Branco	Alugada	241,8	27/10/2022	504201/2021	Ok. Vigente
Rondonópolis	10.800,00	Em Construção	Sede em Construção	-	Em construção ou Reforma
Rondonópolis (Sede Atual)	1.552,30	1.006,93	Pendente	-	Pendente - falta confirmação da sede
Rosário Oeste	1.250,00	340,49	27/11/2022	503950/2021	Ok. Vigente
São Félix do Araguaia	1.200,00	330	27/10/2022	503955/2021	Ok. Vigente
São José do Rio Claro	800	328,31	27/10/2022	503730/2021	Ok. Vigente
São José dos Q. marcos	1.120,00	351,43	27/10/2022	503965/2021	Pendente - falta confirmação da sede
Sapezal	800	261,25	27/10/2022	503974/2021	Ok. Vigente
Sinop	5.000,00	1.624,95	09/12/2022	451320/2020	Ok. Vigente
Sorriso	1.250,00	890,95	13/09/2023	118188/2021	Ok. Vigente
Tabaporã	Alugada	165,14	27/10/2022	497020/2021	Pendente - falta confirmação da sede

COMARCA	ÁREA DO TERRENO (M²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	STATUS DO ALVARÁ	N.º DO ALVARÁ	SITUAÇÃO INFORMADA DA SEDE (E-MAIL)
Tangará da Serra	900	890,95	Pendente	-	Pendente - falta confirmação da sede
Tapurah	1.216,00	340,49	27/10/2022	503980/2021	Ok. Vigente
Terra Nova do Norte	Alugada	298	27/10/2022	497036/2021	Ok. Vigente
Várzea Grande	2.052,75	816,71	Pendente	-	Pendente - falta confirmação da sede
Vera	Alugada	96	27/10/2022	497055/2021	Ok. Vigente
Vila Bela da SS Trindade	Alugada	113,85	27/10/2022	504182/2021	Ok. Vigente
Vila Rica	991,95	338	27/10/2022	503986/2021	Ok. Vigente

Fonte: DENG

2. Atividades da Gerência de Manutenção

2.1 Fiscalização do Contrato da Implantação do Sistema de Videomonitoramento por CFTV das Promotorias do Interior, Polos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8;

2.2 Fiscalização do Contrato da Instalação e Montagem da Subestação Abrigada na nova Sede das Promotorias de Rondonópolis;

2.3 Vistoria Técnica no sistema de Alarme e Combate a incêndio da Promotoria de Sorriso, e regularização das falhas para obtenção de novo alvará dos Bombeiros;

2.4 Fiscalização do Contrato de Manutenção Preventiva e Corretiva da cabine de força grupos geradores da Sede das Promotorias da Capital – 05;

2.5 Fiscalização do Contrato da Implantação do Sistema de CFTV no Polo 01 – 5 Unidades Ministeriais do Estado, sendo elas Sede das Promotorias de Justiça da Capital, Promotoria da Infância e Juventude da Capital, Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, além das Projus de Poconé e Rosário Oeste;

2.6 Fiscalização do Contrato da Execução da adequação dos elementos construtivos da Sede das Promotorias da Capital e Sede da PGJ;

2.7 Vistoria técnica nas instalações elétricas da Promotoria da Infância e Juventude, e instalação de dispositivo contra surtos de tensão (DPS), no quadro geral de baixa tensão do prédio, para eliminação das causas das queimas constantes dos switches;

2.8 Fiscalização do Contrato de manutenção preventiva e corretiva para

atender as unidades ministeriais do Ministério Público de Mato Grosso;

2.9 Acompanhar e Controlar a execução das obras de eficiência energética, aprovadas junto a Energisa, (instalação de painéis solares, substituição de lâmpadas e troca dos aparelhos de ar-condicionado);

2.10 Levantamento e Fornecimento de dados para elaboração de projeto preliminar em conjunto com o Senai – MS, para apresentação de estudo de viabilidade visando a implantação de Usina Solares nas Promotorias do Estado, com objetivo de reduzir as despesas com faturas de energia elétrica;

2.11 Elaboração do Termo de Referência e Fiscal do Processo de contratação de empresa especializada na elaboração de projeto da subestação abrigada na nova Sede das Promotoria de Várzea Grande;

2.12 Elaboração do Projeto, Termo de Referência e Fiscal do Processo de contratação de empresa que fornecerá/instalará Grupo Gerador na Sede das Promotorias de Justiça de Marcelândia;

2.13 Execução de nova alimentação (lançamento de cabos) dos circuitos elétricos externos da Promotoria da Infância e Juventude e melhoria do aterramento do motor do portão eletrônico com os técnicos da empresa Expecta, para eliminar o problema de energização das grades/portões que estavam dando choque;

2.14 Preparação do imóvel para instalação da nova Sede das Promotorias de Justiça de Querência, nos itens de adequação da infraestrutura, quesitos: instalações elétricas e pontos de lógica;

2.15 Fiscal da compra Direta que trata da manutenção/reforma da caixa d'água modelo Taça, da Promotoria da Infância e Juventude da Capital;

2.16 Fiscal Contrato Marquise – (Expecta) – Elaboração Planilhas de medição para lançamento no Geobras;

2.17 Projeto e Fiscalização do Processo de melhoria do aterramento/instalação de filtros na central telefônica da Promotoria de Sorriso – Resp. Celso e Maxwell;

2.18 Participação em Licitações presenciais, como membro da comissão de licitação da PGJ, nos projetos de construção das novas Sedes das Promotorias de Nobres e Juína, Resp. Celso, Kenia e Douglas;

2.19 Levantamento e elaboração de relatório com objetivo de levantar/apontar as causas das constantes oscilações/faltas de energia no prédio sede das PGJ, identificadas e apresentadas ao Chefe do Denge através da Informação nº 038/2021/DENGE/PGJ, datada de 06/04/2021;

2.20 Apoio aos servidores que assistem os Promotores coordenadores das Promotorias de Cotriguaçu, Guiratinga, São Felix do Araguaia e Rondonópolis, nas análises e aprovações de orçamentos para regularização das infiltrações nos prédios;

2.21 Elaboração de Termo de Referência para aquisição de 3 USCAS (unidade de supervisão de corrente alternada), para substituir as existentes na Cabine de Força da Sede das Promotorias da Capital que se encontravam danificadas, bem como fiscalização da instalação das mesmas;

2.22 Elaboração do Termo de Referência para aquisição/instalação de disjuntores para os painéis da Cabine de Força que atende a PGJ, bem como fiscalização da execução;

2.23 Elaboração do Termo de Referência que visa a Manutenção Preventiva e Corretiva sob demanda, para as unidades ministeriais dos Polos 02 (Barra do Garças) e 07 Alta Floresta), devido ao processo de rescisão da empresa ENGEFAP, que está em andamento – 4796-001/2021;

2.24 Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa que dará manutenção preventiva e corretiva na subestação (cabine de força e grupo gerador), da nova Sede das Promotorias de Rondonópolis;

2.25 Elaboração do Termo de Referência e Fiscal do processo de contratação de empresa especializada na Montagem e Instalação da Subestação Abrigada na nova Sede das Promotorias de Várzea Grande;

2.26 Solicitação de Disponibilidade e elaboração de projeto do Posto de Transformação 300 KVA do prédio denominado Anexo II e protocolo junto a Energisa, Resp. Celso e Maxwell;

2.27 Tratativas junto a Energisa (preenchimento de formulário, definição de demanda a ser contratada, análise de Contrato CUSD e CCER) para a Nova Sede das Promotorias de Justiça de Nova Mutum;

2.28 Tratativas junto a Energisa (preenchimento de formulário, definição de demanda a ser contratada, análise de Contrato CUSD e CCER) para a Nova Sede das Promotorias de Justiça de Lucas do Rio Verde2.29 Participação em licitações da

retomada da construção do prédio Anexo II, Alta Floresta e construção do CIRA, Resp. Celso, Douglas e Kenia;

2.30 Fiscal dos novos Contratos, nºs 65,66 e 67, que visam a Manutenção Preventiva e Corretiva para as unidades ministeriais dos Polos 1,3,4,5,6 e 8 do Estado de Mato Grosso (Gedoc 005773-001/2020), Resp. Celso, Douglas, Jonathan, Kenia, Luiz Ikeda, Maxwell e Tarsis;

2.31 Levantamento das necessidades de manutenção preventiva e corretiva do Polo 5 (Tapurah) e Polo 6 (São José Rio claro e Sapezal), para execução do Contrato nº 66/2021, com a Empresa Soluminar Service;

2.32 Levantamento das necessidades de manutenção preventiva e corretiva no Polo 1 (Chapada dos Guimarães e Sede PGJ), para execução dos Contratos nº 65/2021, com a Empresa JP Construção e Serviços Ltda;

2.33 Levantamento das necessidades de manutenção preventiva e corretiva no Polo 8 (Cotriguaçu e Colniza), para execução dos Contratos nº 67/2021, com a Empresa A. E. F. Engenharia e Construção;

2.34 Tratativas/levantamentos para participação da Chamada Pública 2021 Energisa – Programa de Eficiência Energética, para as Unidades: Anexo I, Projus Barra do Garças e Projus Sinop;

2.35 Elaboração de cronograma e agendamento de reuniões com o Alex – Deplan, para alimentação de dados do projeto da Usina Solar do MPMT no sistema GPWEB, Resp. Celso e José Francisco;

2.36 Elaboração do Termo de Referência para contratação direta do SENAI de Mato Grosso do Sul, visando a elaboração dos projetos, participação nas licitações e acompanhamento das instalações das Usinas Fotovoltaicas nas Unidades do Grupo A do MP em todo o estado.;

3. Atividades da Gerência de Fiscalização

Descrição	Atividades Durante o Ano de 2021
Obra de Rondonópolis	• Realizados três medições entre os meses de junho a novembro; • Elaborado e protocolado o 6º e 7º Termo Aditivo da obra; • Analisado e aprovado o pedido de Reequilíbrio Financeiro; • Realizado alteração da sala do Espaço Vida Plena; • Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Aditivos, Reequilíbrio, etc; • Elaborado e protocolado o 3º Aditivo de prazo dos serviços de instalação de ar-condicionado;

	- Realizado medições do ar-condicionado entre os meses de junho a novembro de 2021; 8. Realizado medições do cabeamento estruturado.
Obra de Várzea Grande	- Realizados três medições entre os meses de junho a novembro de 2021, além das visitas técnica periódica devido à proximidade; - Analisado e aprovado o pedido de Reequilíbrio Financeiro; - Elaborado e encaminhado o 1º Termo Aditivo; - Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Aditivos, Reajuste, Reequilíbrio, etc;
Nova Mutum	- Realizados medições entre os meses de junho a novembro de 2021; - Realizado pedido de estorno de valor do Convênio; - Aprovado pedido de 1º e 2º Aditivo de valor do convênio; - Aprovado pedido de 1º Reajuste de valor; - Iniciado o serviço da aquisição e instalação do Letreiro; - Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Aditivos, Reajuste, Reequilíbrio, etc.
Lucas do Rio Verde	- Realizadas medições entre os meses de junho e novembro de 2021; - Realizado estorno de valor do Convênio; - Aprovado pedido de 1º Aditivo de valor do convênio; - Aprovado pedido de 1º Reajuste de valor; - Iniciado o serviço da aquisição e instalação do Letreiro; - Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Aditivos, Reajuste, Reequilíbrio, etc.
Juína	- Realizado medições entre os meses de junho e novembro de 2021; - Elaborado e protocolado o 1º Termo Aditivo da obra; - Analisado e aprovado pedido de Reequilíbrio da planilha orçamentária; - Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Aditivos, Reequilíbrio, etc.
Nobres	- Realizado medição nos meses de julho a novembro de 2021; - Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Reequilíbrio, etc; - Analisado e aprovado pedido de reequilíbrio Financeiro.
CIRA	- Realizado medições entre o período de novembro e dezembro; - Elaborado um Termo Aditivo para correção do forro e luminária;
ANEXO 02	Início da obra em Novembro 2021.
Cáceres	- Realizados medições entre os meses de junho e novembro de 2021; - Aprovado pedido de Reequilíbrio Financeiro; - Acompanhamento diário do andamento dos processos de Medição, Aditivos, Reajuste, Reequilíbrio, etc;
Alta Floresta	Início da Obra em novembro de 2021.

Fonte: DENG

4. Atividades da Gerência de Projetos

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021	GEDOC'S	SITUAÇÃO
CONTRATO SOFTWARE AUTODESK	1-FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ITENS FORNECIDOS BEM COMO SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO AO DTI DE DIREITOS DE ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO PARA A ATUALIZAÇÃO OU INSTALAÇÃO DOS SOFTWARES FORNECIDOS	005073-001/2020	FINALIZADO
	2-FORNECIMENTO E LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES AO FABRICANTE	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021	GEDOC'S	SITUAÇÃO
	AUTODESK TENDO EM VISTA O PROCESSO DE AUDITORIA DO MESMO		
CÁCERES -REFORMA COM DEMOLIÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SEDE EXISTENTE (BLOCO A)	1-CONTINUIDADE DA APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE OBRAS - NOME DA EMPRESA E ART	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2-PROPOSTA DE LEIAUTE DE NOVA RECEPÇÃO NO BLOCO B(OBRA NOVA) AFIM DE DIMINUIR PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA BEM COMO ATENDER PEDIDO DE EMPRESA VISANDO OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	3-TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO DE VENTILAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO	003376-001/2021	FINALIZADO
	4-MUDANÇA DE BACIA SANITÁRIA NO BLOCO B AFIM DE COMPATIBILIZAR COM LANÇAMENTO DE LAJE TRELICADA	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	5-FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO PROJETO VENTILAÇÃO PARA EXECUÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	003376-001/2021	FINALIZADO
	6-DETALHAMENTO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRA (PAGINAÇÃO DE PISO, FORRO, REVESTIMENTOS, IMPERMEABILIZAÇÃO)	FINALIZADO	
	7-ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PLATAFORMA DE AR CONDICIONADO PARA O BLOCO B.	NECESSIDADE COMUNICADA PELO FISCAL	EM ANDAMENTO
	8- REVISÕES DO PROJETO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO DA REFORMA DA PROJUS DE CÁCERES	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
BARRA DO BUGRES - SEDE EXISTENTE	1-ELABORAÇÃO DE ANTE - PROJETO PARA ANÁLISE MUNICIPAL SOBRE AMPLIAÇÃO DA SEDE	000140-001/2021	FINALIZADO
NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS DE RONDONÓPOLIS	1-PROJETO PLATAFORMA DE AR CONDICIONADO	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2-ALTERAÇÃO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA PREVISÃO DE ESPAÇO VOLTADO AO VIDA PLENA NO 2º PAVIMENTO	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	3-REVISÃO DO PROJETO DO BALCÃO FRALDÁRIO	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	4-ELABORAÇÃO DE PROJETO INFORMANDO OS LOCAIS COM PREVISÃO DE INSTALAÇÃO DE CORTINA (AO DAA WANDO)	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	5-ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO DA MUDANÇA DO ACESSO NA GUARITA 3	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	6-ELABORAÇÃO DO PROJETO DE FORRO ESTRUTURADO E FECHAMENTO LATERAL	COMUNICADO PELO FISCAL	FINALIZADO
	7-ELABORAÇÃO DE PRANCHA ALTERADA DO AUDITÓRIO PARA REFLETIR REVISÃO DO ACABAMENTO DO PISO, DEGRAUS E RAMPAS	COMUNICADO PELO FISCAL	FINALIZADO
ANEXO 2-PGJ	1-CONTATO COM SEMOB PARA SELEÇÃO DO TIPO DE TERMINAL DE ÔNIBUS VISANDO ATENDIMENTO DE MEDIDA MITIGATÓRIA ACORDADO NO RELATÓRIO DE IMPACTO DE TRANSITO	SOMENTE VIA EMAIL	FINALIZADO
	2-PROJETO PARA MONTAGEM DE OFÍCIO NA ABERTURA DE PORTÃO ENTRE DEFENSORIA E MP COM FINS A ENTRADA DA OBRA DO ANEXO 2	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO 300KVA (ENTRADA DE ENERGIA)	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	ELABORAÇÃO DE PASSARELA DE INTERLIGAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES	APONTADO PELA COMISSÃO	EM ANDAMENTO
ANEXO 1-PGJ-GAECO	1-ELABORAÇÃO DO ANTE PROJETO DE MUDANÇA DA RECEPÇÃO PARA RECEBIMENTO DE 2 BANHEIROS	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2-PREVISÃO DE NOVOS SERVIÇOS REFERENTE A NOVA DEMANDA APRESENTADA	007722-001/2018 002894-001/2019 008308-001/2019 008308-001/2019 004411-001/2020 008001-001/2019	EM ANDAMENTO

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021	GEDOC'S	SITUAÇÃO
PGJ-GAECO AMBIENTAL	1-ELABORAÇÃO DO ANTE PROJETO PARA APRESENTAÇÃO AOS INTERESSADOS	003525-001/2021	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES DE CONCRETO ARMADO, ELÉTRICA, CABEAMENTO	003525-001/2021	EM ANDAMENTO
TERRA NOVA DO NORTE	1-LEVANTAMENTO DA SEDE PARA QUANTIFICAÇÃO DA PINTURA EXTERNA	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
VÁRZEA GRANDE-NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS	1-ELABORAÇÃO DE PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2-MUDANÇA PROJETO GRUPO GERADOR COM GERAÇÃO DE QUANTITATIVOS	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	3-ELABORAÇÃO DE RESPOSTA AO PARECER DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE EM CONJUNTO AO CAO-CENTRO DE APOIO OPERACIONAL-PROJETOS DE PAISAGISMO, INFORMAÇÕES DA OUTORGA DO POÇO ARTESIANO, LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA OBRA	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	4-ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA LICITAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES (AR CONDICIONADO, ELEVADOR, CABEAMENTO ESTRUTURADO, PLATAFORMA METÁLICA)	003750-001/2021 (AR CONDICIONADO)	FINALIZADO
	5-ELABORAÇÃO DOS DETALHAMENTOS EXECUTIVOS PARA OBRA (PLANTA DE FORRO, PISO, PAREDES, ACABAMENTOS, ESQUADRIAS, COBERTURA)	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	6-ELABORAÇÃO DO PROJETO DE FECHAMENTO LATERAL	PADRONIZAÇÃO COM OBRA DE ROO	FINALIZADO
	7-ALTERAÇÃO DE PROJETO PARA INCLUSÃO DOS ESPAÇOS VIDA PLENA, FRALDÁRIO, SALA DE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	PADRONIZAÇÃO COM OBRA DE ROO	FINALIZADO
PGJ-TAMPONAMENTO DE POÇO	1-ELABORAÇÃO DA LOCAÇÃO DO TAMPONAMENTO PARA CONFECÇÃO POSTERIOR DE TERMO DE REFERENCIA.	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2- RASTREAMENTO DE INFORMAÇÕES REFERENTE AO MÉTODO EXECUTIVO, AFIM DE BALIZAR AS DECISÕES DO RELATÓRIO DAS SERVIDORAS DO CAOP (Chauanne e Jessica)	004355-001/2020	FINALIZADO
	3-ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERENCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TAMPONAMENTO DE POÇO TUBULAR	0002479-001/2021	FINALIZADO
PGJ-LIGAÇÃO DE ESGOTO	1-FINALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MONTAGEM DE TERMO DE REFERENCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	000963-001/2021	FINALIZADO
PROMOTORIA DA CAPITAL-CIRA	1-ELABORAÇÃO DE ANTE PROJETO PARA APROVAÇÃO DAS PARTES ENVOLVIDAS (DRª Januaria e Delegados)	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES E LEGAIS, QUANTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA MONTAGEM DE PLANILHA, ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA MONTAGEM DO MEMORIAL DESCRITIVO PARA MONTAGEM DE TERMO DE REFERENCIA	002700-001/2021	FINALIZADO
	3-DETALHAMENTO DO BALCÃO DE ATENDIMENTO DO TÉRREO	COMUNICADO PELO FISCAL	FINALIZADO
SOFTWARE DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA-TERMO DE REFERENCIA PARA FORNECIMENTO	1-COTAÇÃO E BUSCA DE EMPRESAS COM ESCOPO DE SOFTWARE QUE ATENDAM A METODOLOGIA BIM VISANDO A MONTAGEM DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO	002827-001/2021	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERENCIA PARA CONTRATAÇÃO DE	FINALIZADO	

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021	GEDOC'S	SITUAÇÃO
	EMPRESA FORNECEDORA DE SOFTWARE PARA ORÇAMENTOS EM BIM		
	3-EMISSION DA ORDEM DE SERVIÇO E FISCALIZAÇÃO PARA OS ITENS CONTRATADOS - CONTRATO Nº126/2021 SOFTWARE ALTOQUI-VISUS	002827-001/2021	EM ANDAMENTO
ALTA FLORESTA SEDE EXISTENTE	1-APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ESTACIONAMENTO COM VAGA DE IDOSO NO PORTÃO DE ENTRADA DA PROMOTORIA	001272-001/2021	FINALIZADO
	2-LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE VAGAS PARA PESSOAS AUTISTAS.	006617-001/2020	FINALIZADO
JACIARA NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS	1-ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO CONTRATO 102/2020	004255-001/2020	FINALIZADO
	2-ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATO DE SONDAGEM CONTRATO 101/2020	001404-001/2021	FINALIZADO
	3-ELABORAÇÃO DOS PROJETOS (ARQUITETURA, ESTRUTURA CONCRETO ARMADO E METÁLICA, CABEAMENTO, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO) PARA LICITAÇÃO DA OBRA COM CONTRATOS 102/2020 E 101/2020 ENCERRADOS	004855-001/2021	FINALIZADO
	4-ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NA LICITAÇÃO DA OBRA	FINALIZADO	
	5-REVISÃO DO PROJETO LICITADO TENDO EM VISTA A SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO PROJETO APROVADO PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DA PREFEITURA	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
TERMO DE REFERENCIA MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, BANCADAS DE PEDRA E ELETRODOMÉSTICOS PROMOTORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1-ALTERAÇÃO PARA UNIFICAR EM UM LOTE ÚNICO TODOS OS SERVIÇOS	006739-001/2020	FINALIZADO
TERMO DE REFERENCIA SONDAGEM E LEVANTAMENTO ELABORAÇÃO DE MAPAS DE LOCAÇÃO, COTAÇÃO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA ENVIAR TERMO DE REFERÊNCIA	1-RIO BRANCO	005187-001/2021	FINALIZADO
	2-QUERÊNCIA	SOMENTE VIA E-MAIL	EM ANDAMENTO
	3-NOVA XAVANTINA	005187-001/2021	FINALIZADO
	4-JUARA	SOMENTE VIA E-MAIL	EM ANDAMENTO
	5-ÁGUA BOA	SOMENTE VIA E-MAIL	EM ANDAMENTO
	6-BARRA DO BUGRES	005187-001/2021	FINALIZADO
VERA ADEQUAÇÃO DE CASA ALUGADA	1-VISTORIA EM IMÓVEL E ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO	006906-001/2019	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, COMPLEMENTARES, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO PARA MONTAGEM DE TERMO DE REFERENCIA	003595-001/2021	FINALIZADO
JUARA	1-DIAGRAMAÇÃO DE PLANTA CONSIDERANDO REMEMBRAMENTO DE	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021	GEDOC'S	SITUAÇÃO
TERRENO DOADO	TERRENO TROCADO ENTRE MP E OAB		
	2-LAUDO DE AVALIAÇÃO DE PERMUTA DO TERRENO DA PROMOTORIA E OAB	001924-001/2021	FINALIZADO
NOVA MUTUM NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS	1-ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
MARCELÂNDIA SEDE EXISTENTE	1-PROJETO DE ABRIGO PARA GERADOR	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
JUINA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE	1-LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ATENDIMENTO DE PARECER DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE EM CONJUNTO COM O CAO-CENTRO DE ATENDIMENTO OPERACIONAL	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DE DETALHAMENTOS EXECUTIVOS PARA OBRA (PLANTA DE FORRO, PISO, REVESTIMENTOS, LUMINÁRIAS, IMPERMEABILIZAÇÃO)	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	3-ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA MUDANÇA DAS ASSESSORIA E DA COPA.	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
	4-ELABORAÇÃO DE SOMBREADOR	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
ÁGUA BOA TERRENO PARA NOVA SEDE	1-1-DIAGRAMAÇÃO DE PLANTA CONSIDERANDO DOAÇÃO DE TERRENO AO LADO DO FÓRUM	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
PEDRA PRETA SEDE EXISTENTE	1-ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO A REDE COLETORA MUNICIPAL	000848-001/2021	FINALIZADO
	2-CONTATO COM SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO INFORMANDO POSSÍVEL LOCAL DE LIGAÇÃO	CONTATO PRESENCIAL	FINALIZADO
RIBEIRÃO CASCAHEIRA REFORMA COM AMPLIAÇÃO	1-ALTERAÇÃO DO PROJETO PARA PREVISÃO DE GABINETE	INFORMADO VERBALMENTE PELA CHEFIA DO SETOR	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DOS PROJETOS COMPLEMENTARES (ELÉTRICA, CONCRETO ARMADO, METÁLICA, HIDROSSANITÁRIO, CABEAMENTO ESTRUTURADO)	SOMENTE VIA E-MAIL	EM ANDAMENTO
BARRA DO GARÇAS SEDE EXISTENTE	1-LAUDO DE VISTORIA DE EDIFICAÇÃO CONSIDERANDO FORRO COM INFILTRAÇÃO, TOMADAS SEM FUNCIONAMENTO, PORTA ENTRADA COM ABERTURA PREJUDICADA	000192-001/2021	FINALIZADO
NOBRES CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE	1-ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTA APRESENTADAS NA LICITAÇÃO DA OBRA	005744-001/2020	FINALIZADO
ALTA FLORESTA NOVA SEDE	1-ELABORAÇÃO DE PERSPECTIVAS PARA MONTAGEM E BANNER	SOMENTE VIA E-MAIL	FINALIZADO
PGJ ADEQUAÇÕES INTERNAS	1-REVISÃO DOS MODELOS DE REFERENCIA PARA GEDOC RELACIONADO A SALA DA IMPRENSA	003517-001/2020	FINALIZADO
	2-ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA ADEQUAÇÃO DO NEA	004873-001/2021	FINALIZADO
	3-ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA ATENDIMENTO DE ADEQUAÇÃO DA SALA DA SUBPROCURADORA	20.14.0001.0006367/2021-10	FINALIZADO
PONTES E LACERDA SEDE EXISTENTE	1-ELABORAÇÃO DE ANTE-PROJETO PARA ATENDIMENTO DE AMPLIAÇÃO DE GABINETES E ESTACIONAMENTO, BEM COMO LEVANTAMENTO DO PROJETO ARQUITETÔNICO	005629-001/2021	FINALIZADO
SORRISO SEDE EXISTENTE	1-ELABORAÇÃO DE PRANCHA PARA SOLICITAÇÃO DE TERRENO	INFORMADO VERBALMENTE PELA CHEFIA DO SETOR	FINALIZADO
CAMPO VERDE	1-PROPOSTA PARA DIMINUIÇÃO DE RUÍDO OCASIONADO POR ATIVOS E	005310-001/2021	EM ANDAMENTO

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021	GEDOC'S	SITUAÇÃO
SEDE EXISTENTE	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		

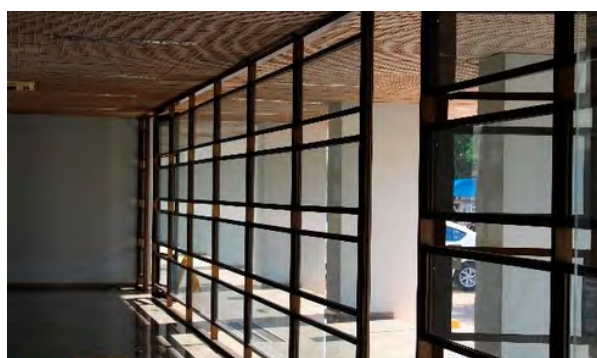
Fonte: DENG

8.6.4 Destaque em fotos DENG

- Implantação do Sistema CFTV no Polo 01;



- Adequação Elementos Construtivos Capital;



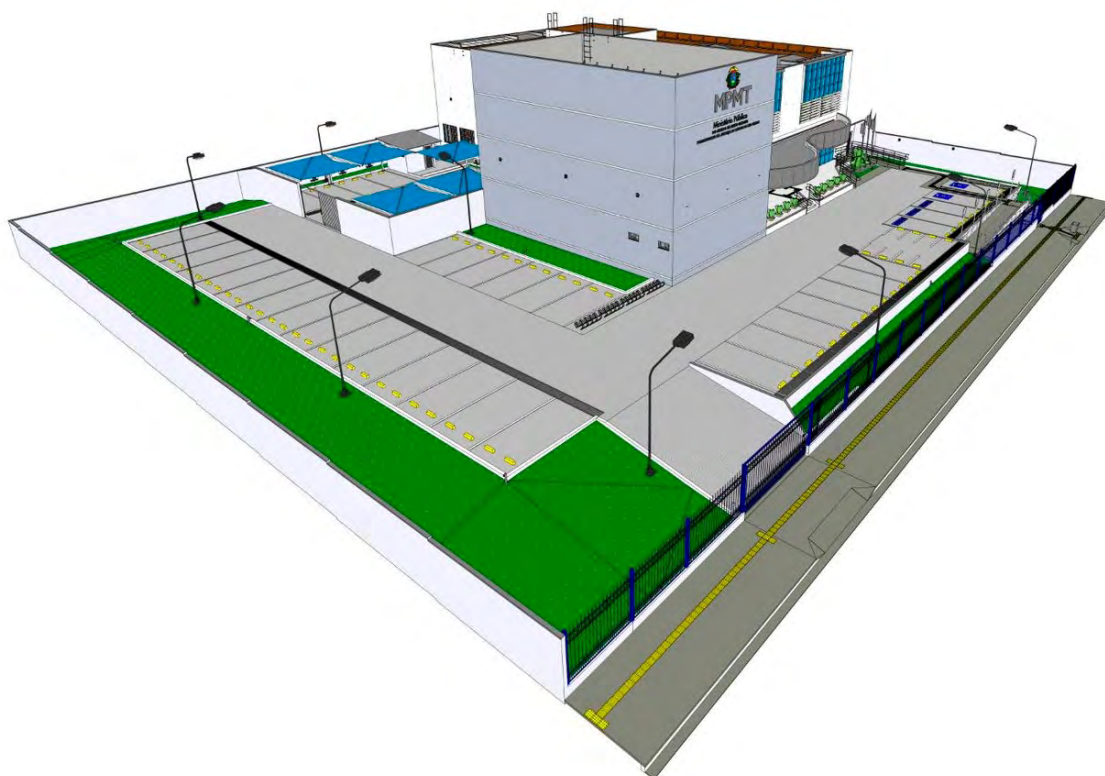
- Acompanhamento Obras Energia Fotovoltaica;



- Projeto Promotoria Nova Mutum;



- Projeto Promotoria Lucas do Rio Verde;



8.7 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP

8.7.1 Composição

Tabela 59 - Composição DGP

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Mariane Mesquita Souza Hartung
Gerente de Controle e Pagamento de Pessoal	Durvalino de Figueiredo Junior
Gerente de Inativos e Pensionistas	Bruno Oliveira Santana
Gerente de Pessoas – Membros	Alessandra Araujo de Carvalho Silva
Gerente de Pessoas – Servidores	Dálete Campos Mariano
Gerente de Desenvolvimento	Josyane Lima de Cerqueira

8.7.2 Principais Atribuições da Unidade

O Departamento de Gestão de Pessoas é a unidade responsável por executar as atividades de administração de pessoal desde a nomeação até o desligamento ou aposentadoria de todos os integrantes da Instituição, exceto de trabalhadores vinculados a contratos de prestação de serviços.

Dentro desta trajetória o Departamento é responsável pela execução de posse, lotação, remoção e movimentação de pessoal além de todas as demais atividades rotineiras como controlar as informações cadastrais relativas aos membros e servidores, supervisionar a frequência de servidores e estagiários, escala de férias de servidores, supervisão das licenças saúde, paternidade/maternidade, gala e luto. Também realiza a gestão da avaliação de desempenho de servidores efetivos para fins de progressão funcional (vertical e horizontal), de e servidores em estágio probatório nomeado para cargo de provimento efetivo.

É responsável também por coordenar e controlar a folha de pagamento de membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso,

ativos e inativos, bem como dos pensionistas da Instituição.

Supervisiona as atualizações do quadro de vagas e do lotacionograma da Instituição e também coordena, fiscaliza e acompanha as informações pertinentes ao Departamento de Gestão de Pessoas no Portal Transparência.

8.7.3 Iniciativas de destaque do ano 2021

- Implantação do Athenas em ambiente de produção não mais somente em ambiente de teste e homologação em consonância ao planejamento estratégico do departamento;

- Implantação do Novo Vida Funcional e 1 LIVE! de apresentação das funcionalidades; (<https://mpmt.mp.br/conteudo/58/105950/novo-sistema-proporciona-maior-integracao-econfiabilidade-aos-usuarios;>)

- Envio da 1ª fase do E-Social;

- Alteração do Regimento Interno para readequação das atribuições das Gerências de Desenvolvimento e Gerência de Servidores;

- Vinculação do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena ao Departamento de Gestão de Pessoas;

- Confecção de placa e carta para os servidores aposentados nos anos de 2020 e 2021 para entrega no evento de comemoração do Dia do Servidor e em domicílio;

- Início das tratativas para cedência do sistema de gestão de competência do CNMP. (<https://mpmt.mp.br/conteudo/58/107183/mpmt-e-cnmp-discutem-gestao-por-competencias-eavaliacao-de-desempenho>)

- Finalização do censo previdenciário iniciado em 2020, atingindo em

dezembro/2021 o total de 91% dos cadastramentos realizados;

- Realização e auxílio dos cadastramentos de aposentados e pensionistas no sistema de solicitação e prestação de contas do auxílio-saúde;

- Implementação da Previdência Complementar, em cumprimento a Lei Complementar n.º 670/2021.

8.7.4 Produtividade das Principais Atividade da Unidade

Tabela 60 - Atividades DGP

Atividades	2019	2020	2021
Informações prestadas	-	1.507	1.855
Ofícios expedidos	-	39	76
Comunicações internas expedidas	-	84	80
Edições publicadas no Diário Eletrônico do MP/MT	-	225	226
Tramitação de GEDOC - recebimento Interno e externo ao Departamento	17.602	15.727	17.383
Processos de Pensão finalizados e implementados	-	-	14
Processos de aposentadorias de membros e servidores finalizados	-	-	13
Processos de Homologação de Aposentadoria e Pensões enviados para o TCE	10	-	12

Atividades	2019	2020	2021
Visitas Domiciliares para recenseamento/Homenagem/Auxílio Saúde	-	-	32
Nomeação	372	281	415
Exoneração	267	254	375
Progressões horizontais	-	-	13
Progressões verticais	-	-	59
Credenciamento de estagiário	-	171	227

Fonte: DGP

8.8 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – DICS

8.8.1 Composição

Tabela 61 - Composição DICS

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Clênia Goreth da Silva Souza
Gerente de Comunicação Institucional	Ana Luíza Anache Leite
Gerente de Som e Imagem	Faber Juliano Pires Cardoso

8.8.2 Principais atribuições da Unidade

- Produção de releases sobre a atuação institucional;
- Atualização do Portal de Notícias;
- Monitoramento das notícias veiculadas nos sites, rádios e tvs;
- Atendimento à imprensa;
- Produção de Artes;
- Produção de Podcasts;
- Produção de vídeos (site e Youtube);
- Produção de cards factuais e comemorativos para as redes sociais (Facebook, Instagram, MZAP e Twitter);
- Realização de interação nas redes sociais;
- Tradução em libras dos eventos direcionados ao público externo;
- Produção de campanhas internas;

- Atualização da Intranet;
- Transmissão e sonorização das reuniões do Colégio e Conselho do MPT;
- Elaboração de roteiros de cerimonial para os eventos;
- Condução dos eventos.

8.8.3 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Matérias produzidas, posts publicados nas redes sociais (Facebook, Twitter, instagram, Youtube) e Taxa de incremento de seguidores no Instagram;

Tipo Matéria	2020	2021
Releases	864	699
Posts Publicados	3.907	3.401
Novos seguidores no Instagram	7.502	3.087
Número de seguidores Instagram	12.453	15.540

Fonte: DICS

Índice de destaque de publicações;

- 2020 – Índice de Destaques de publicações – 319;
- 2021 – Índice de Destaques de publicações – 241.

8.9 DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

8.9.1 Composição

Tabela 62 - Composição DTI

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Fernando Augusto Oliveira Vasconcelos
Gerente de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos	Daniel Ribeiro Soares
Gerente de Conectividade de Redes e Segurança da Informação	Carlos Alberto Arça Gaspar
Gerente de Suporte à Infraestrutura Tecnológica	Maryel Juliane de Souza e Silva Almeida

8.9.2 Principais atribuições da Unidade

1. Gerência de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos:

- Desenvolver e gerir sistemas no âmbito do MPMT fornecendo as ferramentas necessárias para automatização de várias tarefas das áreas fim e meio.

2. Gerência de Conectividade de Redes e Segurança da Informação:

- Sustentar e manter alta disponibilidade de serviços e servidores de redes com segurança em procedimentos e ativos de processamento da informação, entregando segurança, conectividade e alta disponibilidade aos sistemas do MPMT.

3. Gerência de Suporte à Infraestrutura Tecnológica:

- Suporte Técnico à infraestrutura tecnológica no âmbito do MPMT provendo recursos, serviços e equipamentos e materiais de TI necessárias apoiar o trabalho dos membros e servidores.

8.9.3 Iniciativas de Destaque no Ano de 2021

1. Gerência de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos:

- SIMP: Novas funcionalidades como “minutas de peças” e integração com Pje possibilitando o peticionamento inicial;
- Sistema de Movimentação na Carreira – novo sistema possibilitando a inscrição e gerenciamento dos editais de promoção e remoção de Membros de forma eletrônica;
- Implantação do Sistema Athenas cedido pelo MPTO para gestão das informações de recursos humanos no MPMT no DGP: Notícia: <https://mpmt.mp.br/conteudo/58/105950/novosistema-proporciona-maior-integracao-e-confiabilidade-aos-usuarios>
- Implantação do módulo Vida Funcional dentro do Athenas possibilitando a solicitação online de informações pessoais de cada integrante do MPMT;
- Sistema de Auxílio Saúde – criação de funcionalidade para prestação de contas, dependentes e liberação de acesso para inativos e pensionistas;
- Sistema de normativas – criação de sistema para cadastro e gerenciamento de todas as normativas do MPMT, bem como disponibilização ao cidadão no site institucional.

2. Gerência de Conectividade de Redes e Segurança da Informação:

1. Pentest em Servidores	Sanado mais de 20 Vulnerabilidades de Alto Risco e Alto impacto.
2. Upgrade de links OI	Foi iniciado o upgrade dos links que tinham conexão de 8MB, 16MB resultando e maior largura de banda pelo mesmo valor.
3. Ativação de Hiper Convergência	Concluída compra e instalação de novo ambiente moderno e com 5x mais recursos, gerando alta disponibilidade e maior velocidade de acesso as aplicações.
4. Implementado Gestão de Logs	Implementado Ferramental de Gestão de Logs Graylog, para monitoramento e rastreamento de acessos para promover segurança.
5. Capacitação DTI	Atualização do TIME DTI em cursos de relevância técnica e atuais, sendo ministrado 3 cursos oficiais (Microsoft, Kubernetes e VMware)
6. Enlace entre TJMT E MPMT	Projeto gerou alta velocidade de conexão aos serviços do PJE e SIMP, além de promover integração entre os órgãos Link da matéria: http://www.tjmt.jus.br/Noticias/63628#.YbeKydDMJD8
7. Retomado Projeto Máquinas no AD	Projeto visa adicionar as estações de trabalho do MPMT ao Active Directory, gerando maior segurança e aderência as normas de segurança da informação mais de 90% de computadores seguro.
8. Implementação de OKR	Implementação de OKR, para atingimento de metas estratégicas.
9. Finalização da PSI	Finalizado Política de segurança da informação com base nas recomendações técnica e normas Internacionais;
10. Otimização de Licenças OFFICE 365	Análise em conjunto com DGP e DAA para remoção e readequação das licenças E1 do Office365, visando otimização de gastos, gerando economia de $431 \times 300 = R\$ 129.300,00$.
11. Aquisição de WAF	Compra de Firewall para Aplicações e publicações WEB, entregando maior Segurança contra ataques de cibercriminosos.
12. Aquisição de end point fortinet	VPN nativa em notebooks que promove segurança mesmo nível de segurança Da rede corporativa, evitando assim que os notebooks sejam alvos fáceis;
13. Atualização de fibras internas SEDE	Projeto de troca das fibras optica entre níveis de andares n SEDE das promotorias, gerando ganho de velocidade em trafego na rede mais de 1000x
14. Apoio implementação CIRA	Apoio no projeto CIRA adequação de rede e implementação de segurança e conectividade com SESP através de enlace seguro de redes;
15. Segregação de Subgerências	Subdivisão de Gerência de redes em duas para melhorar o direcionamento de OKR, geração de processos, base de conhecimento, e atuação por competência da equipe;
16. Aquisição de Backup de redundância	Aquisição de servidor de backup para replicação de redundância em local remoto ao datacenter, convergindo em backup secundário para maior garantia de retorno as atividades em caso de perda de dados por ataque hacker ou incidente natural;

3. Gerência de Suporte à Infraestrutura Tecnológica:

- SIMP: Implantação do Software de Acesso Remoto, provendo segurança e rastreabilidade para os atendimentos remotos.
- Implantação de raspberrys na Sala do Colegiado, que moderniza e auxilia a atuação dos MPMT para cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional, como ação inovadora e econômica. Benefícios em relação ao computador convencional: até 90% de economia de energia, em média 1/5 do custo, menor custo administrativo para gestão de patrimônio, sem custo com sistema operacional e manutenção facilitada. Além disso, para segurança dos usuários todos os dados de navegação e download são excluídos ao desligar o aparelho.
- Implantação do chatbot da Central de Serviços, para automação de reset e desbloqueio de senha, objetivando a redução em 10% do número de ligações telefônicas para estas requisições na Central de Serviços, possibilitando aos membros e servidores maior autonomia e agilidade na resolução dessas demandas.

8.9.4 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

1. Gerência de Suporte à Infraestrutura Tecnológica

- Portal Transparência – ajustes de segurança e adequação das consultas para melhorar a usabilidade conforme orientações do CNMP;
- NOVO – Portal de Suporte nova página para;
- SIMP – Integração com PJe permitindo o peticionamento via SIMP;
- SIMP – Nova funcionalidade de minuta de peças permitindo que a assessoria agilize o trâmite processual com o Promotor de Justiça;
- SIMP – Nova funcionalidade permitindo que o cidadão avalie o atendimento prestado pelo Promotor de Justiça;
- Banco de Cadastro de Projetos e entidades – BAPRE – Implantação de melhorias para agilizar o fluxo de aprovação e visualização dos projetos e entidades cadastrados;

• Sistema de Movimentação na Carreira – novo sistema possibilitando a inscrição e gerenciamento dos editais de promoção e remoção de Membros de forma eletrônica;

• Sistema de Análise estratégica - SAE – Reestruturação geral e inclusão de novas informações para gestão da Promotoria de Justiça;

• Implantação do Sistema Athenas cedido pelo MPTO para gestão das informações de recursos humanos no MPMT;

• Implantação do módulo Vida Funcional dentro do Athenas possibilitando a solicitação online de informações pessoais de cada integrante do MPMT;

• Ouvidoria – Adequação do sistema melhorando o layout e disposição de campos e usabilidade para o cidadão;

• Sistema de Auxílio Saúde – criação de funcionalidade para prestação de contas, dependentes e liberação de acesso para inativos e pensionistas;

• Sistema de normativas – criação de sistema para cadastro e gerenciamento de todas as normativas do MPMT, bem como disponibilização ao cidadão no site institucional.

8.10 DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES – DAQ

8.10.1 Composição

Tabela 63 - Composição DAQ

Cargo	Nome
Chefe de Departamento	Luciano Lara de Barros
Gerência de Aquisições	Lidiane de Oliveira Caldas
Gerência de Convênios e Contratos	Maria Cecília Federici de Almeida Barros
Gerência de Licitações	Milton do Prado Gunthen Junior

8.10.2 Principais Atribuições da Unidade

O Departamento de Aquisições tem como missão garantir a efetivação e a agilidade das aquisições de bens e contratação de obras e serviços, de forma eficiente para melhor atender às demandas da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio de suas atribuições, tendo como principal atribuição a instrução processual visando a formalização das contratações, por meio de ações como:

- Providenciar a estimativa de preços dos bens ou serviços a serem adquiridos e/ou a fim de demonstrar a vantagem ou não na renovação/prorrogações de contratos;
- Instruir os processos para a realização de compra direta de bens ou serviços, nos termos dos incisos I e II, art. 24, da Lei nº 8.666/93;

- Elaboração da minuta de edital e seus anexos, conforme art. 40 da Lei nº 8.666/93, bem como auxiliar os pregoeiros e a comissão de licitação em todos os desdobramentos dos processos licitatórios;

- Instruir os processos para a realização de contratações por dispensa de licitação (exceto as fundamentadas nos incisos I e II, art. 24, da Lei nº 8.666/93) e de inexigibilidade de licitação;

- Elaboração das minutas de convênios, cooperações técnicas, contratos, atas de registro de preços, termos aditivos, termos de rescisão, termos de doação, termos de cessão, apostilamentos, notificações e outros ajustes, formalizando-os;

- Acompanhar, junto às áreas executoras, os prazos de execução, mantendo-as informadas quanto aos prazos de vigência dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, pedidos de renovação e outros atos processuais necessários entre outras funções.

8.10.3 Iniciativas de destaque no ano 2021

Definição, junto com a equipe do Departamento de Gestão (DEPLAN), dos fluxos de todos os processos do Departamento de Aquisições, visando a implementação de melhorias nos processos organizacionais de aquisição e contratação.

8.10.4 Produtividade das Principais Atividades da Unidade

Tabela 64 - Atividades DAQ - 2019 a 2021

Produtividade das atividades principais da Unidade			
Atividades	2019	2020	2021
Gerência de Aquisições			
Compra Direta	170	88	72
Dispensa COVID-19	--	10	--
Vantajosidade Prorrogação	01	08	17
Estimativa preço para licitação	89	90	91
Total da Gerência de Aquisições	260	196	180
Gerência de Licitações			
Inexigibilidade	73	40	56
Dispensa	22	20	13
Pregão Eletrônico	89	105	89
Pregão Presencial	04	01	01
Leilão	01	01	00
Tomada de Preços	08	07	10
Concorrência	01	01	02
Credenciamento	--	02	00
Adesões Caronas autorizadas pelo MP	33	13	18
Atestados de Capacidade Técnica emitidos	16	09	21
Total da Gerência de Licitações	247	199	210
Gerência de Convênios e Contratos			
Contrato/Aditivo/Apostilamento	266	252	368
Ata de Registro de Preços	158	112	98
Convênio	10	09	04
Termo de Cooperação Técnica	75	62	22
Termo de Cessão de Uso	01	07	01
Termo de Cessão de Servidor (firmados/rescindidos)	04	07	03
Termo de Doação	20	07	11
Termo de Acordo (Credenciamento)	--	25	13
Total da Gerência de Convênios e Contratos	534	481	520
TOTAL GERAL DO DEPARTAMENTO	1041	876	910

Fonte: GEDOC, e-Jade e Portal Transparência

8.11 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso teve um 2021 bastante promissor, haja vista as implementações e melhorias obtidas, mesmo diante de um cenário atípico, de crise de saúde no mundo, a atuação finalística em defesa da sociedade, receberam o suporte dos órgãos auxiliares e unidades administrativas para manutenção de sua missão de defesa da sociedade, ordem jurídica e interesse social.

Em destaque:

- A implantação do novo sistema de gestão de pessoas “Athenas”;
- Desenvolvimento de um sistema informatizado para a gestão da execução orçamentária “SIAGEO”;
- Elaboração de projeto para implantar a governança de gestão de riscos na área meio;
- Organização e melhoramento dos processos financeiros, visando assegurar a disponibilidade financeira e a agilidade nos pagamentos, o setor reduziu a impressão de documentos e investiu em novos fluxos na sua rotina;
- Ampliação das ações de qualidade de vida no trabalho, como implementação de medidas de biossegurança, desenvolvimento de atividades de integração e apoio à gestão de pessoas às unidades ministeriais, intervenção multiprofissional às demandas individuais, mapeamento dos casos de Covid-19 na instituição, revisão do Guia de Orientações sobre a Covid-19 e desenvolvimento de campanhas;

O Ministério Público de Mato Grosso, instituição com credibilidade, moderna e transparente, tem atuado para estar mais próximo e acessível ao cidadão matogrossense, buscando a gestão por resultados, crescimento social e modernização, a fim de alcançar excelência no atendimento a sociedade.



acompanhe também nas redes sociais:

 @MPMT  @MPMT  @MPDEMT